



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Autoridade Tributária de Moçambique

RELATÓRIO

**BALANÇO DAS ACTIVIDADES
DESENVOLVIDAS PELA AT EM 2012
E
PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2013**



Março de 2013

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	11
I. INTRODUÇÃO.....	14
II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA	17
2.1. RECEITA GLOBAL	18
2.2. CONTRIBUIÇÃO DOS GRANDES CONTRIBUÍNTES	20
III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS	25
3.1 AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES DOS IMPOSTOS INTERNOS E DAS ALFÂNDEGAS.....	26
3.1.1 <i>Auditorias e Fiscalizações Tributárias.....</i>	26
3.1.2 <i>Análise de Processos de Contas.....</i>	29
3.1.3 <i>Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro.....</i>	29
3.2 PROCESSOS EXECUTIVOS, CONTENCIOSOS FISCAL E ADUANEIRO	32
3.2.1 <i>Execuções Fiscais</i>	32
3.2.2 <i>Contencioso Fiscal</i>	33
3.2.3 <i>Contencioso Aduaneiro.....</i>	35
3.3 REEMBOLSOS.....	36
3.3.1 <i>Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento</i>	36
3.3.2 <i>Reembolsos do IRPC</i>	38
3.3.3 <i>Situação geral dos Reembolsos do IVA.....</i>	39
IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA.....	42
4.1. EDUCAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA.....	43
4.2. CADASTRACÃO FISCAL	44
4.2.1 <i>Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC.....</i>	45
4.3. ABERTURA DE NOVOS POSTOS FISCAIS E DE COBRANÇA	46
V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	48
5.1. SITUAÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS	49
5.1.1 <i>Distribuição dos Funcionários por Regiões.....</i>	50
5.1.2 <i>Distribuição por Níveis Académicos.....</i>	50
5.1.3 <i>Contagem de Tempo de Serviço, Aposentação e Fixação de Salário.....</i>	50
5.1.4 <i>Recenseamento de Funcionários.....</i>	51
5.1.5 <i>Enquadramento dos Funcionários nas Carreiras da AT.....</i>	51
5.1.6 <i>Regularização do Vínculo dos Funcionários com mais de 35 Anos de Idade</i>	52
5.2. ASSUNTOS SOCIAIS	52
5.2.1 <i>Subsídio por Morte e Pensão de Sobrevivência</i>	53
5.2.2 <i>Emissão de Cartões de Assistência Médica Medicamentosa</i>	53
5.3. IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	53
5.3.1 <i>Formação dos Novos Ingressos</i>	54
5.3.2 <i>Bolsas de Estudos, Continuação de Estudos e Estágios Pré-Profissionais</i>	55
5.3.3 <i>Criação do IPFFT para Ministar Cursos de Nível Superior</i>	55
VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	57
6.1. PROJECTO E-TRIBUTAÇÃO	58
6.2. PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONTRIBUÍTE – FASE 1	59
6.3. PROJECTO JANELA ÚNICA ELECTRÓNICA	60
6.4. MANUTENÇÃO EVOLUTIVA E CORRECTIVA DOS SISTEMAS CORRENTES	61
6.4.1 <i>No âmbito do Controlo e Cobrança da Receita</i>	61
6.4.2 <i>No Âmbito da Gestão Administrativa.....</i>	63
VII. GESTÃO DO	65
ORÇAMENTO DA DESPESA	65

7.1.	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	66
7.1.1	Salário e Remunerações	67
7.1.2	Outras Despesas com Pessoal	67
7.1.3	Bens e Serviços	67
7.1.4	Despesas de investimento	67
7.1.5	Fronteira de Paragem Única – Implementação e Execução do Orçamento	67
7.1.6	Suporte a Reforma Tributária (Fundos Externos)	68
7.2.	PATRIMÓNIO DA AT	68
7.2.1.	Concursos e Contratos	68
7.2.2.	Imóveis, Reabilitações e Construções	69
VIII.	71
PLANEAMENTO	71
E ESTUDOS	71
8.1	PLANEAMENTO	72
8.2	ESTUDOS.....	72
IX.	REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA	75
X.	DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO	81
10.1.	ÁREA DE BIBLIOTECAS	82
10.2.	ÁREA DOS MUSEUS.....	83
10.3.	ÁREA DOS ARQUIVOS	83
XI.	INTEGRAÇÃO REGIONAL	85
11.1.	INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	86
11.2.	IMPACTO FISCAL – DESPESA FISCAL	87
11.3.	EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ZONA DE COMÉRCIO LIVRE DA SADC	88
XII.	COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILARAL	89
12.1.	COOPERAÇÃO BILATERAL	90
12.2.	COOPERAÇÃO MULTILATERAL.....	90
XIII.	FINANCIAMENTOS	92
AOS PROJECTOS DE	92
REFORMA DA AT	92
13.1.	FUNDO COMUM DA AT	93
13.2.	OUTROS FINANCIAMENTOS	94
XIV.	CONTROLO INTERNO	95
14.1	INSPECÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	96
14.2	AUDITORIAS INTERNAS	96
14.2.1	APLICAÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS DE RECOLHA, CONTABILIZAÇÃO, CONTROLO E TRANSFERÊNCIA DE RECEITA	97
14.2.2	CONTROLO DE AUDITORIAS PÓS-DESEMBARAÇO	98
14.2.3	CONTROLO DE AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES TRIBUTÁRIAS	98
14.2.4	CONTROLO DE REEMBOLSOS E CONTENCIOSO	98
14.2.5	INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA	98
14.2.6	PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E OUTRAS IRREGULARIDADES DO PESSOAL	99
14.2.7	WORKSHOP SOBRE O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	99
14.2.8	REPRESSÃO DAS IRREGULARIDADES DO PESSOAL	99
14.2.9	ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES ORGÂNICAS REGIONAIS DE CONTROLO INTERNO	99
14.2.10	WORKSHOP SOBRE O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	100
14.2.11	PROJECTO DAS <i>HOTLINES</i>	100
XV.	ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS	101

15.1	CONSELHO SUPERIOR TRIBUTÁRIO	102
15.2	CONSELHO DIRECTIVO	102
15.3	CONSELHO DA FISCALIDADE	103
15.4	OUTROS EVENTOS	103
15.4.1	<i>Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira</i>	103
15.4.2	<i>Outros</i>	103
XVI.	PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2013	105
16.1	NO ÂMBITO DA COBRANÇA DE RECEITAS	106
16.2	NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	106
16.3	NO ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	106
XVII.	ANEXOS	107
	ANEXO I – DESEMPENHO ANUAL DA AT, POR ÁREA OPERATIVA – 2012	
	ANEXO II – TOTAL DE NUI-T’S ATRIBUÍDOS EM 2012 E ACUMULADO	
	ANEXO III – REGISTO DE CONTRIBUINTES DO ISPC – 2012 E ACUMULADO	
	ANEXO IV – CRITÉRIO DE SELECÇÃO DE GRANDES CONTRIBUINTES	
	ANEXO V – RESUMO DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM DA AT	
	ANEXO VI – ACÇÕES DO IFPFT-SEDE E RESPECTIVAS DELEGAÇÕES REGIONAIS	
	ANEXO VII – PARQUE INFORMÁTICO OPERACIONAL NA AT EM 2012	
	ANEXO VIII – PARQUE DE VIATURAS DA AT	
	ANEXO IX – RELAÇÃO DE IMÓVEIS DA AT POR REGIÃO E PROVÍNCIA	
	ANEXO X – GRAU DE REALIZAÇÃO DOS PROJECTOS FINANCIADOS PELO FUNDO COMUM EM 2012	

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita –2012	18
Tabela 2. Execução Global da Receita do Estado em 2012.....	18
Tabela 3. Distribuição dos Grandes Contribuintes	20
Tabela 4. Peso dos Grandes Contribuintes em 2012.....	21
Tabela 5. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos.....	22
Tabela 6. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras.....	24
Tabela 7. Matéria Colectável e Imposto Devido em 2012.....	27
Tabela 8. Imposto Apurado DAFT, DAF's e UGC's em 2012	27
Tabela 9. Valor Apurado pelas DAF's/UGC's em 2012, por Imposto.....	28
Tabela 10. Cobranças Resultantes das Auditorias em 2012	28
Tabela 11. Processos Analisados e Impostos Apurados	29
Tabela 12. Análise Comparativa da Receita da DAI – 2011/2012.....	30
Tabela 13. Resumo de Processos Executivos	32
Tabela 14. Resumo dos Processos de Execução Fiscal por ano	33
Tabela 15. Resumo dos Processos de Contencioso Fiscal.....	34
Tabela 16. Processos de Contencioso Aduaneiro 2012	35
Tabela 17. Pedidos de Reembolso de IR em 2012 e Acumulado de 2005 a 2012.....	36
Tabela 18. Reembolso do IRPS	37
Tabela 19. Reembolsos do IRPC	38
Tabela 20. Pedidos de Reembolso de IVA	39
Tabela 21. Pedidos de Reembolso de IVA recebidos em 2012	39
Tabela 22. Projectos de Investimentos Recebidos.....	41
Tabela 23. Registo de Contribuintes.....	44
Tabela 24. Registo em ISPC de 2009 a 2012.....	45
Tabela 25. Distribuição dos Funcionários por Área	49
Tabela 26. Distribuição dos Funcionários por Faixas Etárias.....	49
Tabela 27. Distribuição dos Funcionários por Região e Órgão Central	50
Tabela 28. Enquadramento de funcionários nas carreiras da Autoridade Tributária.....	52
Tabela 29. Formações Realizadas em 2012.....	53
Tabela 30. Balancete de Execução do Orçamento – 2012.....	66
Tabela 31. Aquisição de Livros 2012	82
Tabela 32. Empréstimo	82
Tabela 33. Total das Importações Realizadas em 2012.....	86
Tabela 34. Importações Provenientes da SADC, em 2012.....	87
Tabela 35 Impacto Fiscal-Despesa Fiscal em 2012.....	88
Tabela 36. Evolução das Importações de 2008 a Dezembro de 2012	88
Tabela 37. Recursos Desembolsados em 2012, em Milhões de MT	93

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estrutura da Receita Total Cobrada – 2012	19
Gráfico 2. Estrutura das Receitas Totais Cobradas em 2012, em Milhões de MT	19
Gráfico 3. Peso da Receita dos Grandes Contribuintes	21
Gráfico 4. Contribuição dos Megaprojectos por Imposto, em 2011/2012, em Milhões de MT	22
Gráfico 5. Contribuição das Instituições Financeiras – por Imposto, em Milhões de MT	24
Gráfico 6. Imposto Devido em 2012, em Milhões de MT	27
Gráfico 7. Receita Recuperada pela DAI 2011/2012, em Milhões de MT	30
Gráfico 8. Processos de Execuções Fiscais Quantidades.....	32
Gráfico 9. Processos de Execuções Fiscais Valores	33
Gráfico 10. Grau de Realização dos Processos de Reembolso em Relação as Solicitações	36
Gráfico 11. Grau de Realização dos Reembolsos de IRPS face aos Processos Recebidos em 2012	37
Gráfico 12. Processos de Reembolsos de IRPC em 2012.....	38
Gráfico 13. Quantidades de Processos de Reembolsos de IVA em 2012.....	40
Gráfico 14. Valores de Reembolso do IVA em 2012, em Milhões de MT	40
Gráfico 15. Registo de Contribuintes.....	44
Gráfico 16. Registo de Contribuintes – Grau de Realização	45
Gráfico 17. Distribuição dos Funcionários por Faixas Etárias	50
Gráfico 18. Execução em 2012, em Milhões de MT	66
Gráfico 19. Desembolsos Efectuados em 2012, em Milhões de MT.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS

ADENA – Agência Nacional de Despacho
AFRITAC – Centro Regional de assistência Técnica para África
ATAF- Fórum Africano das Administrações Fiscais
ANAMM – Associação Nacional dos Municípios de Moçambique
APD – Auditoria Pós-Desembarço Aduaneiro
APIE – Administração do Parque Imobiliário do Estado
BACs – Balcões de Atendimento aos contribuintes
BAU – Balcão de Atendimento Único
BCI – Banco Comercial e de Investimentos
BDO – *Binder Djiker Otte* PCO
BRT – Brigada de Reacção Táctica
CEDIMO – Centro de Documentação e Informação de Moçambique
CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CIRPC – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
CIRPS – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
CLD – Colectivo de Direcção
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CST – Conselho Superior Tributário
CVM – Cruz Vermelha de Moçambique
DAF – Direcção de Área Fiscal
DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária
DAII – Direcção de Auditoria Inteligência e Investigação e Investigação
DAPD – Divisão de Auditoria Pós-desembarço Aduaneiro
DCA – Direcção do Contencioso Aduaneiro
DCIA – Divisão de Controlo, Inspecção e Auditoria
DCT – Direcção de Contencioso Tributário
DF – Direcção de Finanças
DFID – Agência Internacional Dinamarquesa para o Desenvolvimento
DGA – Direcção Geral das Alfândegas
DGI – Direcção Geral de Impostos
DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns
DIDOTI – Divisão de Documentação e Tratamento de Informação
DIFOR – Direcção de Formação
DIPAC – Direcção de Irregularidades de Pessoal e Anti-corrupção
DIR – Divisão de Integração Regional
DLI – Direcção de Logística e Infra-estruturas
DNC P – Direcção Nacional da Contabilidade Pública
DNO – Direcção Nacional de Orçamento
DNT – Direcção Nacional do Tesouro
DPAR – Direcção de Previsão e Análise de Receita
DPIVA – Declaração Periódica do IVA
DRIR – Direcção de Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento
DRIVA – Divisão de Reembolsos do IVA
DRN – Direcção Regional Norte
DRS – Direcção Regional Sul
DTIC – Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação
DU – Documento Único
DUC – Documento Único Certificado
DUGCAT – Divisão da Unidade de Grandes Contribuintes – Direcção de Apoio Técnico
e-CAF – Cadastro de Funcionários e Agentes do Estado (Aplicativo Informático)

e-FOLHA - Sistema de Pagamento de Salário via electrónica
EGFAE – Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
ESA – África Austral e Oriental
e-SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado baseada na Tecnologia de Internet
ETPM – Enterprise Taxation Police Management
FACIM – Feira Internacional de Maputo
FAD – Departamento de Finanças Públicas do FMI
FAO – Food Agricultural Organizational
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUSAT – Fundo Social dos Funcionários da AT
GCI – Gabinete de Controlo Interno
GCIIm – Gabinete de Comunicação e Imagem
GGQ – Grupo de Garantia de Qualidade
GJ – Giga joules
GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional
ICE – Impostos sobre Consumos Específicos
ICF – Investment Climate Facility
IFP – Instituto de Formação Paramilitar
IFPFT – Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária
IFRS – International Financial Reporting Standards
INE – Instituto Nacional de Estatística
INP – Instituto Nacional do Petróleo
INSS – Instituto Nacional de Segurança Social
IPD – Inspeção Pós-desembarço
IPE – Inspeção Pós-desembarço
IR – Impostos sobre o Rendimento
IRN – Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISPC – Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes
IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado
JUE – Janela Única Electrónica
KFW – Banco Alemão de Desenvolvimento
MARP – Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MCNET – Mozambique Community Network
MdE – Memorando de Entendimento
MF – Ministério das Finanças
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MIREM – Ministério dos Recursos Minerais
MISAU – Ministério da Saúde
NIRFs (IFRS) – Normas Internacionais de Relato Financeiro
NUIT – Número Único de Identificação Tributária
P.Inq.s – Processos de Inquérito
PARP – Plano de Acção à Redução da Pobreza
PEFA – Despesa Pública e Responsabilidade Financeira
PES – Plano Económico e Social
PGR – Procuradoria Geral da República
PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda. (Produtora de software)
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Polícia de Investigação Criminal

PRM- Polícia da República de Moçambique
QAD-PAF – Quadro de Avaliação de Desempenho - *Performance Assessment Framework*
QTDS – Quantidades
RENA – Rede Nacional da Autoridade Tributária de Moçambique
RM – Rádio Moçambique
RSA – República da África do Sul
RTIC – Repartição de Tecnologias de Informação e Comunicação
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SECF – Secretariado Executivo do Conselho da Fiscalidade
SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas
SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado
SNAE – Sistema Nacional de Arquivos do Estado
STV – Soico Televisão
TDM – Telecomunicações de Moçambique
TIAUTO – Terminal Internacional Automóvel
TIM – Televisão Independente de Moçambique
TIMAR -Terminal Internacional Marítima
TIMS – *Trading Information Management System*
TIROFER – Terminal Internacional Ferroviário
TV – Televisão
TVM – Televisão de Moçambique
UAT – *User Accepting Test*
UGC – Unidade de Grandes Contribuintes
USAID – United States Agency for International Development
USD – *United States Dollars*

SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2012, a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) arrecadou para os cofres do Estado 98.615,05 milhões de MT, que correspondem a uma realização de 103,2% face à meta anual fixada em 95.537,96 milhões de MT, representando um crescimento nominal de 21,66%, relativamente à receita cobrada no ano de 2011, que foi de 81.058,50 milhões de MT.

Da realização alcançada nesse período, 67.407,79 milhões de MT, correspondentes a 68,35%, foram colectados pela área operativa dos impostos internos e 31.207,26 milhões de MT, equivalente a 31,65%, são provenientes dos impostos sobre o comércio externo.

Da totalidade do valor cobrado, 96.835,64 milhões de MT são proveniente das receitas correntes e 1.779,41 milhões de MT de receitas de capital, sendo que na estrutura de cobrança do período, ambas contribuíram com 98,20% e 1,80%, respectivamente.

Em relação as auditorias, foram realizadas 1.097 visitas, das quais 285 pela DAFT e 812 auditorias e fiscalizações tributárias pelas DAF/UGCs, tendo culminado com o apuramento de 7.025,94 milhões de MT e a cobrança de 159,92 milhões de MT.

No que respeita aos reembolsos, foram recebidos no período em análise 16.994 pedidos, dos quais 15.868 processos em sede do IRPS, 36 em sede do IRPC e 857 em sede do IVA. Destes processos, foram pagos 8.424 pedidos no valor de 118,43 milhões de MT em sede do IRPS, 117 solicitações no montante de 277,34 milhões de MT em sede do IRPC e 778 processos no valor de 3.529,97 milhões de MT em sede do IVA.

No que se refere à implementação de medidas para o alargamento da base tributária, durante o período em análise, foram formados 15.465 disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, em 35 Distritos e 82 Postos Administrativos. Foram também atribuídos 506.254 NUITs, dos quais 498.440 a pessoas singulares e 7.814 a pessoas colectivas. A totalidade dos NUIT's atribuídos corresponde a uma realização de 140,63% face ao programa anual fixado em 360.000 NUITs.

No que tange ao ISPC, foram registados 31.450 novos contribuintes para este imposto, tendo a Região Sul contribuído com 10.690, a Região Centro com 10.936 e a Região Norte com 9.824 registos, que representam uma realização de 52,42% face a meta anual fixada em 60.000.

No âmbito da expansão de serviços e aproximação ao contribuinte, foram abertos 12 postos de cobrança, correspondente a uma realização de 109,1%, sendo, 1 posto na região norte, 6 na região centro e 5 na região sul, o que permitirá a AT continuar a alcançar as metas anuais de receitas para os cofres do Estado, definidas pela Lei do Orçamento do Estado (LOE).

No que se refere à modernização tecnológica, foi implementado o novo Modelo do NUIT no âmbito do projecto e-Tributação, expandido pelas UGC's de Maputo, Beira e Nampula, tendo sido actualizados os dados fiscais de 124 grandes contribuintes e, iniciada a criação de formulários para migração manual de dados do NUIT. Foi também implementada a JUE em 30 pontos de desembaraço, responsáveis por cerca de 90% das declarações processadas pelas Alfândegas para o desembaraço de mercadorias, nos regimes gerais de importação e exportação, de um total de 125 estâncias aduaneiras em funcionamento.

No âmbito do desenvolvimento dos recursos humanos, foram recrutados e formados 962 funcionários, distribuídos pelas operativas e administrativas da AT em todo o País, prevendo-se que venham a dar mais dinâmica nas actividades de expansão da AT.

No quadro da reforma legislativa foram elaboradas diversas propostas e submetidas à aprovação pelas entidades superiormente competentes. Este programa de reforma, resultou na publicação de 4 Leis, 4 Decretos, 4 Diplomas Ministeriais, 2 Despachos e 1 Resolução, sendo a destacar a seguinte legislação: *i)* Lei nº 2/2012, de 23 de Janeiro, que introduz um novo Código Pautal do Sistema Harmonizado, na posição pautal 22.06. Capítulo 22; *ii)* Lei nº 5/2012, de 23 de Janeiro, introduz o artigo 4-A ao Código do Imposto sobre Consumos Específicos, aprovado pela Lei nº 17/2009, de 10 de Setembro; *iii)* Decreto nº 2/2012, de 24 de Fevereiro – que introduz os artigos 2-A e 2-B e altera o artigo 7 do Regulamento do Código do imposto sobre Consumos Específicos; *iv)* Decreto nº 3/2012, de 24 de Fevereiro – que altera os artigos 4,8 e 36 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas; *v)* Decreto nº 4/2012, de 24 de Fevereiro – que altera os artigos 4,6,15, 55 e 56 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado; *vi)* Decreto nº 28/2012, de 26 de Julho, que altera o Regulamento do NUIT, aprovado pelo Decreto nº 52/2003, de 24 de Dezembro; *vii)* Diploma Ministerial nº 16/2012, de 1 de Fevereiro – aprova o Regulamento de Desembarço Aduaneiro; e *viii)* Diploma Ministerial nº 314/2012, de 23 de Novembro, que altera o Regulamento do Operador Económico Autorizado.

No âmbito do controlo interno, foram desenvolvidas diversas acções com destaque para: *i)* realização de 91 acções de fiscalização e inspecções pela área da Inspecção Administrativa, abrangendo os órgãos centrais e regionais; *ii)* efectivação de 63 acções de inspecção e auditoria, pela área das Auditorias Internas *iii)* formação em matérias de Prevenção e Combate à Corrupção e Outras Irregularidades do pessoal nas regiões sul, centro e norte; e *iv)* instauração de 13 processos de inquérito pela área da Repressão das Irregularidades de Pessoal.

No que se refere as actividades dos órgãos Colegiais, destacam-se os seguintes: *i)* realização de 45 sessões do Conselho Superior Tributário, sendo 02 ordinárias e 43 extraordinárias, para apreciação e aprovação de vários documentos; *ii)* realização de 12 sessões ordinárias e 04 sessões extraordinárias, pelo Conselho Directivo, em que foram apreciadas várias matérias e posteriormente submetidas ao CST; *iii)* IX Sessão do Conselho da Fiscalidade da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) sob o lema “Por uma Administração Tributária em prol de excelência na qualidade do Atendimento ao Contribuinte”; *iv)* efectivação no dia 16 de Março, do VI Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira e, na mesma altura, a realização da comemoração do V aniversário da AT, onde foi lançado a Edição Zero do Boletim de Estatísticas Tributárias, apresentando dados estatísticos em séries anuais de 2006 a 2011, na cidade de Maputo, no Campus da Universidade Eduardo Mondlane; e *v)* realização de diversas palestras ministradas por várias personalidades de reputação nas áreas económica, social e política.

I. INTRODUÇÃO

O Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas pela AT em 2012 e Perspectivas de Acções para 2013 é um instrumento de gestão cujo objectivo é ilustrar os níveis de desempenho em relação ao plano traçado pela AT, através do qual são actualizadas as opções estratégicas direccionadas a materializar as grandes linhas constantes no Plano Quinquenal do Governo (PQG).

O ano de 2012 foi caracterizado, na conjuntura macroeconómica internacional, pelo abrandamento da crise financeira internacional, contudo continuando a sentir-se os seus efeitos nas economias de muitos países, particularmente da União Europeia, um dos principais parceiros de Moçambique no âmbito do apoio ao Orçamento do Estado, o que reduziu o seu protagonismo, desacelerando o apoio financeiro às economias de baixa renda.

Estes cenários, colocaram grandes desafios ao nosso Governo, no âmbito da mobilização de receitas do Estado, forçado a uma pressão interna maior para a redução do défice orçamental, cabendo à Autoridade Tributária grande responsabilidade na colecta dessas receitas. Assim, a Lei n.º 1/2012, de 13 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado para 2012, fixou o volume de receitas do Estado em 95.537,96 milhões de MT, representando 22,0 % do PIB, mais 0,7 PP em relação à previsão de cobrança de receitas para 2011 e 58,6% de recursos.

Neste contexto, o cenário macroeconómico nacional prévio: *i*) um crescimento económico de 7.5%; *ii*) uma taxa de inflação de 5.6%; e *iii*) um PIB a preços correntes no valor de 414.375,00 milhões de MT.

Assistiu-se durante o ano de 2012, ao início e incremento da exploração do carvão mineral em Tete e descoberta de mais reservas e, ainda, à descoberta de importantes reservas de gás natural, na bacia do Rovuma, colocando o nosso País entre os maiores detentores deste produto natural. Outras importantes descobertas na área de recursos naturais foram também realizadas, o que colocou muitos desafios no âmbito da reforma legislativa, particularmente no que concerne à tributação dos mesmos e, na formação dos quadros em áreas especializadas.

Foi neste âmbito que a Autoridade Tributária logrou arrecadar para os cofres do Estado, 98.615,05 milhões de MT de receitas, que representa um crescimento nominal de 21,66%, relativamente à receita arrecadada no ano anterior e um rácio fiscal de 23,80%, face ao PIB, a preços correntes de 414.375,00 milhões de MT.

Para este desempenho, a AT contou com a colaboração dos seus 3.324 funcionários e, um orçamento de 3.900,95 milhões de MT, para cobrir as despesas de funcionamento, investimento, bem como actividades de apoio à reforma tributária. Este orçamento representa 3,96% da receita arrecadada.

O presente relatório é composto por dezassete partes, contemplando *i*) uma introdução; *ii*) as actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita; *iii*) as acções de fortalecimento do cumprimento das obrigações fiscais; *iv*) as acções desenvolvidas no âmbito do alargamento da base tributária; *v*) as actividades desenvolvidas no âmbito de gestão e desenvolvimento de recursos humanos; *vi*) as acções realizadas no âmbito da modernização tecnológica; *vii*) a gestão do orçamento da despesa; *viii*) as relativas ao planeamento e estudos; *ix*) a concernente a reforma da legislação fiscal e aduaneira; *x*) as acções relativas à documentação e tratamento da informação; *xi*) acções relativas à Integração Regional; *xii*) actividades relacionadas com a cooperação internacional; *xiii*) Comissão de Parceria do Fundo Comum; *xiv*) acções das realizações do Controlo Interno; *xv*) acções desenvolvidas pelos órgãos Colegiais; *xvi*) Acções a serem desenvolvidas em 2013; e *xvii*) os anexos que ilustram o desempenho das unidades operativas de

Impostos Internos e Alfandegários, registo de contribuintes, parque informático da AT e o grau de realização dos projectos financiados pelo Fundo Comum.

II. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

2.1. Receita Global

A receita a cobrar pela AT em 2012, foi fixada em 95.537,96 milhões de MT, desdobrado em 92.998,45 milhões de MT de receitas correntes e 2.539,51 milhões de MT de receitas de capital, conforme a tabela 1, correspondente a uma previsão de crescimento de 17,86%, em relação ao cobrado em igual período do ano anterior e uma contribuição de 23,06% do PIB a preços correntes.

Tabela 1. Evolução da Realização da Receita –2012

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Exercício 2011		Exercício 2012	
	Cobrança	Peso no PIB	Cobrança	Peso no PIB
Receita Total	81.058,50	21,81%	98.615,05	23,80%
Receitas Correntes	79.268,35	21,33%	96.835,64	23,37%
Receitas de Capital	1.790,10	0,48%	1.779,41	0,43%

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 414.375,00 milhões de MT

A AT, durante o período, colectou para os cofres do Estado o montante de 98.615,05 milhões de MT, correspondente a uma realização 103,22% e um rácio de 23,80% sobre o PIB. Comparando com igual período de 2011 registou-se um crescimento nominal de receitas na ordem 21,66%, tendo em conta a cobrança alcançada de 81.058,50 milhões de MT naquele período, conforme ilustram a tabela 2 e o gráfico 1.

Do valor total cobrado, 67.407,79 milhões de MT, resultam da cobrança dos impostos internos e 31.207,26 milhões são provenientes dos impostos sobre o comércio externo.

Tabela 2. Execução Global da Receita do Estado em 2012

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Cobrança 2011	Programa 2012	Cobrança 2012	Realização	Cresc. Nominal	PIB	Estrutura
Receita Total	81.058,50	95.537,96	98.615,05	103,22%	21,66%	23,80%	100,00%
Receitas Correntes	79.268,35	92.998,45	96.835,64	104,13%	22,16%	23,37%	98,20%
Receitas Fiscais	68.263,08	80.441,70	88.341,89	109,82%	29,41%	21,32%	89,58%
Receitas não Fiscais	5.230,48	6.530,88	5.275,49	80,78%	0,86%	1,27%	5,35%
Receitas Consignadas	5.774,79	3.122,14	4.103,87	131,44%	-28,93%	0,99%	4,16%
Receitas de Capital	1.790,10	2.539,51	1.779,41	70,07%	-0,60%	0,43%	1,80%

Fonte: GPECI - DPAR

PIB a preços correntes de 414.375,00 milhões de MT

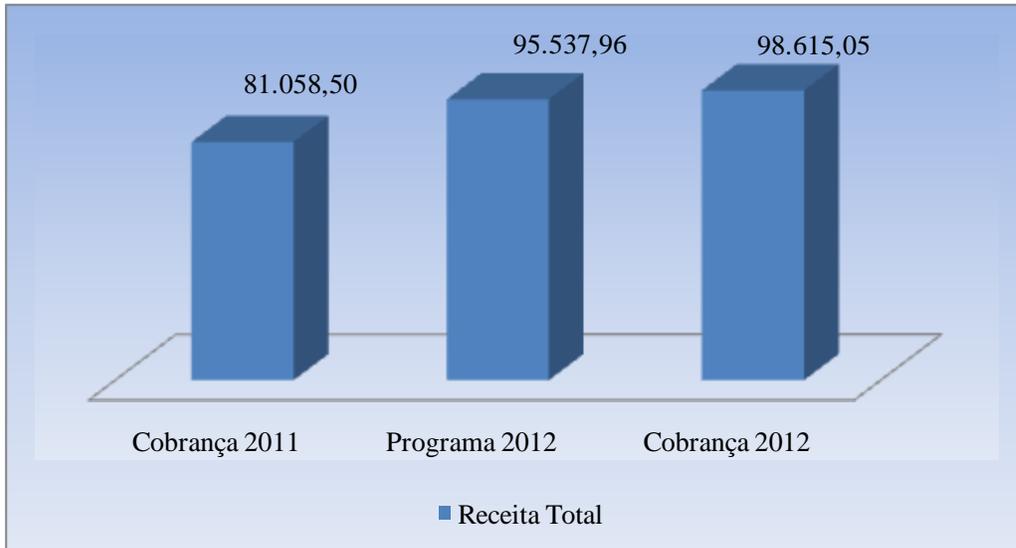
Dos 98.615,05 milhões de MT de receita cobrada no período em análise, 96.835,63 milhões de MT correspondente a 98,20% do total arrecado, são de receitas correntes e 1.779,41 milhões de MT, que representam 1,80% do total, são de receitas de capital.

Em relação as Receitas Fiscais programadas para 2012, no valor de 80.441,70 milhões de MT, foram colectados 88.341,89 milhões de MT, correspondente a uma realização de 109,82% e um

crescimento de 29,41% quando comparado com o período homologado anterior e uma contribuição de 21,32% no PIB, conforme a tabela 2.

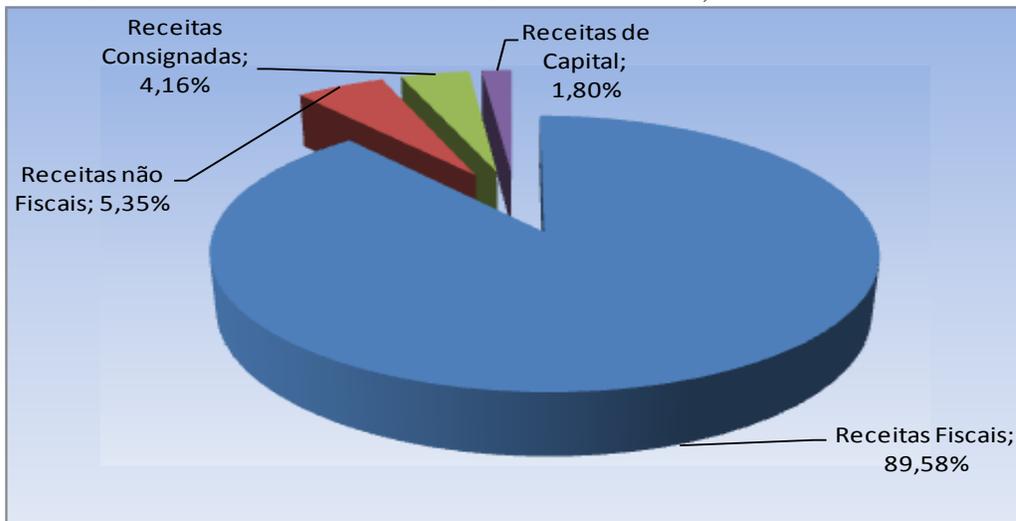
As Receitas de Capital tiveram uma arrecadação de 1.779,41 milhões de MT contra um programa de 2.539,51 milhões de MT, correspondente a uma realização de 70,07% e a um crescimento negativo na ordem de 0,60%, conforme a tabela 2.

Gráfico 1. Estrutura da Receita Total Cobrada – 2012



Em termos de estrutura da receita, as Receitas Fiscais têm o maior peso, 89,58%, justificando-se pelo facto de deterem os grupos de impostos mais representativos, nomeadamente: Impostos sobre o Rendimento, Impostos sobre Bens e Serviços e os Outros Impostos, seguido pelas Receitas não Fiscais, que tiveram um peso de 5,35%, perfazendo um total de 95% das receitas arrecadadas, conforme a tabela 2 e gráfico 2.

Gráfico 2. Estrutura das Receitas Totais Cobradas em 2012, em Milhões de MT



2.2. Contribuição dos Grandes Contribuintes

No âmbito da mobilidade dos contribuintes que reúnem as contribuições dos Grandes Contribuintes das DAF's para as UGC's, estavam registados 1.199 Grandes Contribuintes, sendo que, durante o ano de 2012, procedeu-se a título excepcional, ao saneamento de alguns contribuintes na UGC de Maputo, passando de 658 para 531 contribuintes, conforme a tabela 3.

No mesmo período, importa referir que houve cessações de alguns contribuintes, na UGC da Beira e Nampula, passando o número de 174 e 154 para 169 e 149, respectivamente.

A nível dos Grandes Contribuintes que se encontram fora das UGC's, existem: 99 na DAF da Matola, 18 na DAF de Nacala, 10 na DAF de Manga, e os restantes distribuídos pelas restantes DAF's¹.

Tabela 3. Distribuição dos Grandes Contribuintes

Unidades de Cobrança		Nº de Contribuintes
UGC's	Maputo	531
	Beira	169
	Nampula	149
Sub Total 1		849
DAF's	Matola	99
	Nacala	18
	Manga	10
Restantes DAF's		84
Sub Total 2		211
Total		1.060

Fonte: DGI-DUGCAT

Esta categoria, contribuiu para a receita total no período em apreço com 57.200,20 milhões de MT, sendo que: i) os Grandes Contribuintes sedeados nas UGC's colectaram 33.700,58 milhões de MT, correspondente a 58,91%; ii); 7.016,49 milhões de MT dos contribuintes residentes nas DAF's; e iii) 16.483,13 milhões de MT dos Grandes Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo², conforme a tabela 4

A contribuição dos grandes contribuintes no período em análise foi de 58,00% na receita total colectada pela AT. Esta prestação representa um crescimento de 24,94% em relação ao exercício de 2011 cuja cobrança situara-se em 45.781,32 milhões de MT, tendo igualmente contribuído para o PIB em 13,80%, conforme ilustra a tabela 4.

¹ (Xai-Xai (07), Manhiça (01). Vilankulos (07), Chokwé (03), Ponta D'Ouro (02), Inhambane (04), Quelimane (09), Tete (24), Chimoio (16), Pemba (08) e Lichinga (03).

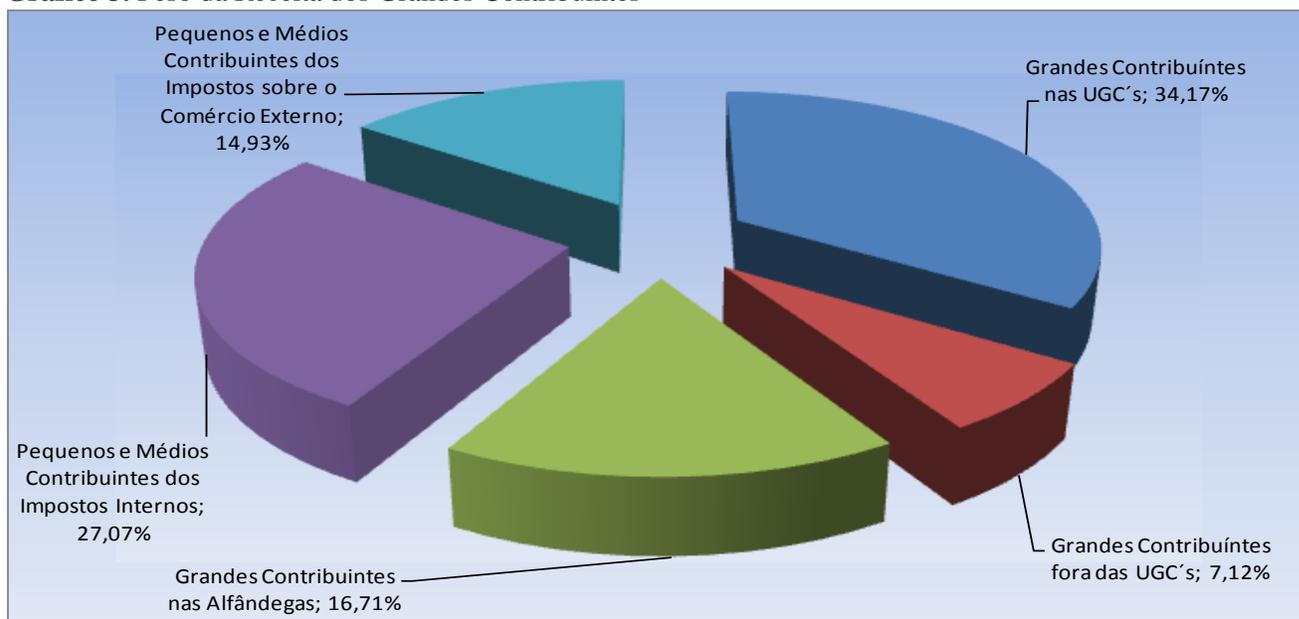
² Foram considerados grandes contribuintes a nível das alfândegas todos os importadores que efectuaram pagamentos de Janeiro a Dezembro de 2012, captados através do TIMs (com valores acumulados iguais ou superiores a três milhões setecentos e cinquenta Mil Meticais, no período de Janeiro à Dezembro de 2012) e através da JUE (tendo como base a lista dos grandes contribuintes, no período de Janeiro à Dezembro de 2012).

Tabela 4. Peso dos Grandes Contribuintes em 2012

Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	Cobrança 2011	Cobrança 2012	Crescimento Nominal	Peso da Cobrança dos G.C. na Receita Total	Peso no PIB
1	Grandes Contribuintes nas UGC's	28.431,78	33.700,58	18,53%	34,17%	
2	Grandes Contribuintes fora das UGC's	3.459,30	7.016,49	102,83%	7,12%	
4	Grandes Contribuintes nas Alfândegas	13.890,24	16.483,13	18,67%	16,71%	
Total Grandes Contribuintes		45.781,32	57.200,20	24,94%	58,00%	13,80%
5	Pequenos e Médio Contribuintes dos Impostos Internos	21.452,36	26.690,72	24,42%	27,07%	
6	Pequenos e Médio Contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	13.885,50	14.724,13	6,04%	14,93%	
Total de Outros Contribuintes		35.337,86	41.414,85	17,20%	42,00%	9,99%
Total		81.119,18	98.615,05	21,57%	100,00%	23,80%

Fonte: DGI-DUGCAT

Gráfico 3. Peso da Receita dos Grandes Contribuintes

2.2.1 Contribuição Fiscal dos Megaprojectos

Durante o exercício em análise estiveram em funcionamento sete (7) megaprojectos, sendo os sectores abrangidos: *i*) Indústria extractiva (sectores de petróleos e de recursos minerais); *ii*) Indústria transformadora (fundição); e *iii*) indústria energética.

A sua contribuição para os cofres do Estado, foi de 10.779,12 milhões de MT, contra 2.803,20 milhões de MT cobrados em igual período do ano de 2011, o que representa um crescimento em termos nominais de 284,53%. Em termos de contribuição, importa referir que esta realização representa uma contribuição de 10,9% do total da receita arrecadada pela AT, devido a Tributação das Mais-Valias, como resultado de operações de venda de acções de uma empresa petrolífera, no

montante de 5.122,54 milhões de MT, contra 3,5% da contribuição destes, no período homólogo do ano anterior, influenciado pela tributação das mais valias no sector de exploração de petróleos em sede do IRPC, conforme a tabela 5 e gráfico 4.

Tabela 5. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos

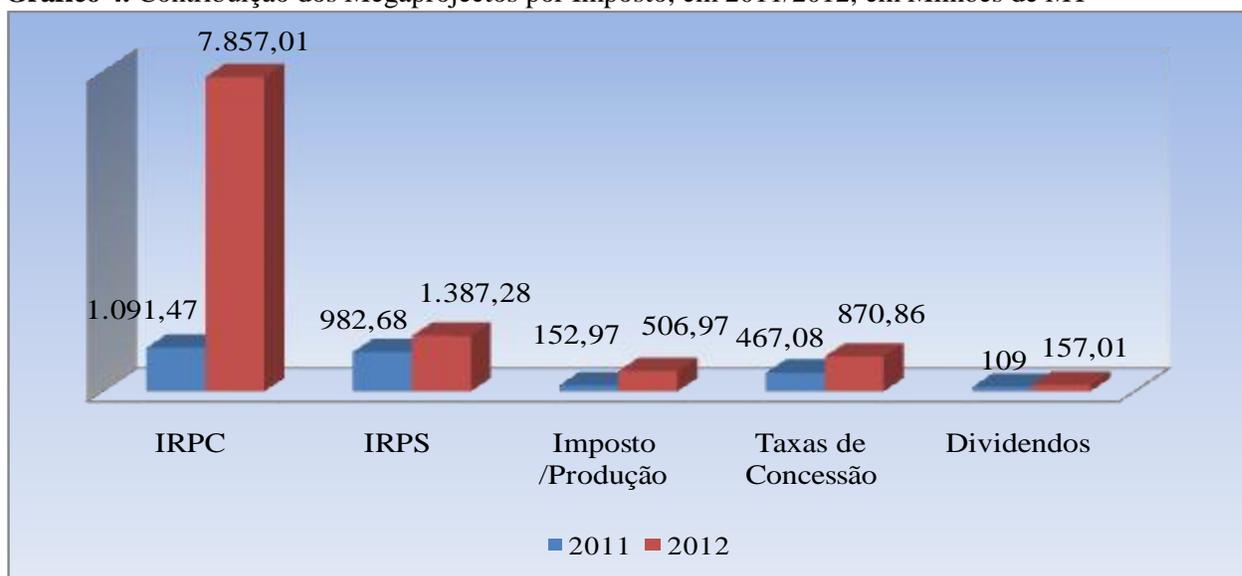
Unidade: 10⁶MT

Descrição	IRPC		Cresc. Nominal	IRPS		Cresc. Nominal	Imposto /Produção		Cresc. Nominal	Taxas de Concessão		Cresc. Nominal	Dividendos		Cresc. Nominal	Total		Cresc. Nominal
	2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012	
	Produção de Energia	51,22	94,92	85,32%	151,06	149,02	-1,35%	-	-	-	467,08	870,86	86,45%	109,00	139,15	27,66%	778,36	1.253,96
Exploração de Petróleo	660,74	6.932,48	949,19%	61,95	85,79	38,50%	113,44	214,17	88,80%	-	-	-	0,00	-	-	836,13	7.232,44	764,99%
Exploração de Rec. Minerais	100,92	530,08	425,24%	605,61	952,00	57,20%	39,53	292,80	640,74%	-	-	-	0,00	-	-	746,06	1.774,89	137,90%
Outros Mega Projectos	278,59	299,53	7,52%	164,07	200,46	22,18%	-	-	-	-	-	-	0,00	17,56	100,00%	442,65	517,55	16,92%
Total	1.091,47	7.857,01	619,85%	982,68	1.387,27	41,17%	152,97	506,97	231,43%	467,08	870,86	86,45%	109,00	156,71	43,77%	2.803,20	10.778,82	284,52%
Contribuição na Receita Total																10,9%		

Fonte: DGI- DMPIF

Em termos nominais, as rubricas IRPC e Impostos sobre a Produção foram as que mais cresceram durante este período, tendo em conta que em 2012 em sede do IRPC foram arrecadados 7.857,01 milhões de MT, contra 1.091,47 milhões de MT arrecadados em 2011, o que equivale a 619,86% de crescimento nominal. No caso do Imposto sobre a Produção, foram colectados 506,97 milhões de MT, contra 152,97 milhões de MT, o que representa um crescimento nominal de 231,43%, sendo a rubrica IRPS a que menos cresceu, ao situar-se em 41,17%, conforme a tabela 3 e o gráfico 4.

Gráfico 4. Contribuição dos Megaprojectos por Imposto, em 2011/2012, em Milhões de MT



Em termos gerais, os Megaprojectos tiveram um crescimento nominal na ordem dos 284,5% relativamente a igual período de 2011, sendo que o maior crescimento nominal verificou-se no sector de Exploração de Recursos do Petróleo com 765,0%, seguido do sector de Exploração de Recursos Minerais com 137,9%, **ambos representando cerca de 83,6% do total arrecadado neste grupo de contribuintes** e o sector que menos cresceu é o de Outros Megaprojectos com

16,92%, relativamente ao período homólogo de 2011, como ilustra a Tabela 5. Este desempenho deveu-se aos seguintes factores:

- **No Sector Exploração de Petróleos**, o incremento da contribuição do IRPC deveu-se, essencialmente, ao contributo das retenções na fonte de não residentes e em virtude da tributação das Mais-Valias, no montante de 5.122,54 milhões de MT, como resultado de operações de venda de acções de uma empresa petrolífera; quanto ao Imposto sobre a Produção de Petróleo o incremento deveu-se, ao aumento da capacidade de produção de gás natural, que saiu dos anteriores 120 milhões de GJ para 183 milhões de GJ o que permitiu, por sua vez, satisfazer a demanda dos clientes.
- **No Sector de Exploração de Recursos Minerais** foi influenciado pelo crescimento nominal do Imposto sobre a Produção Mineira, do IRPC e do IRPS de 640,7%, 425,2% e 57,2%, respectivamente, em relação a 2011, justificado pelo início da exportação de mais uma empresa mineira, pela contratação de mais fornecedores de equipamentos e serviços especializados para atender a logística de carvão, bem como, a contratação de consultores para a reavaliação e certificação de reservas carboníferas da mina de Benga e de mais mão-de-obra, tanto nacionais quanto estrangeiros expatriados.
- **No Sector de Produção de Energia**, foi influenciado pela contribuição da taxa de Concessão que registou um crescimento nominal de 86,45% quando comparado com a cobrança de 2011 devido ao aumento em 10,6% do preço de exportação de energia, em Rand, no ano de 2012 comparativamente a 2011, que permitiu incremento do nível da facturação, facto que anulou os efeitos negativos decorrentes da queda das quantidades vendidas derivadas: *i)* da redução da capacidade de produção da energia eléctrica devido a avaria registada na bobina de alisamento em finais de Julho de 2011 cuja reposição ocorreu em meados de Novembro do mesmo ano; e *ii)* do envelhecimento do parque electroprodutor que causou constantes avarias, situação que será colmatada com o projecto de engenharia de reabilitação da Subestação Conversora de Songo, a ser implementado de forma faseada, em Abril e Julho de 2013
- **No Sector de Outros Megaprojectos**, verificou-se a menor contribuição ao registar 517,85 milhões de MT devido à queda do preço internacional de alumínio verificado na Bolsa de Metais de Londres que chegou a atingir o pico mais baixo de USD 1.820/tonelada em Agosto de 2012 contra uma média de USD 2.249/tonelada verificado em 2011.

2.2.2 Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

Durante o período, estavam em actividade 40 instituições financeiras, nomeadamente: *i)* 19 Instituições de Crédito, *ii)* 10 Seguradoras, *iii)* 9 Sociedades de Locação Financeiras e Capitais de Risco e *iv)* 2 Outras Instituições Financeiras, que incluem as Casas de Câmbio e o Banco de Moçambique. Neste último grupo, foram transferidas 7 para as DAF's, permanecendo apenas 2 na UGC, devido à mobilidade excepcional de contribuintes das UGC's para as DAF's de proveniência.

Foi cobrado, pelas instituições financeiras, o valor de 5.997,20 milhões de MT, que representa 6,08% da receita total cobrada pela AT neste período, contra os 4.572,28 milhões de MT cobrados no período homólogo anterior, representando um crescimento nominal de 31,16%. Contribuíram mais para este crescimento, os sectores de “Outras Instituições Financeiras” e as “Instituições de

Crédito”, com 948,97 milhões de MT e 4.557,93 milhões de MT, respectivamente, conforme a tabela 6.

As Sociedades de Locação Financeira são as que menos contribuíram na receita total cobrada, com uma participação de 45,23 milhões de MT, representando um decréscimo na ordem de 36,10%, conforme ilustram os dados da tabela 6.

Tabela 6. Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

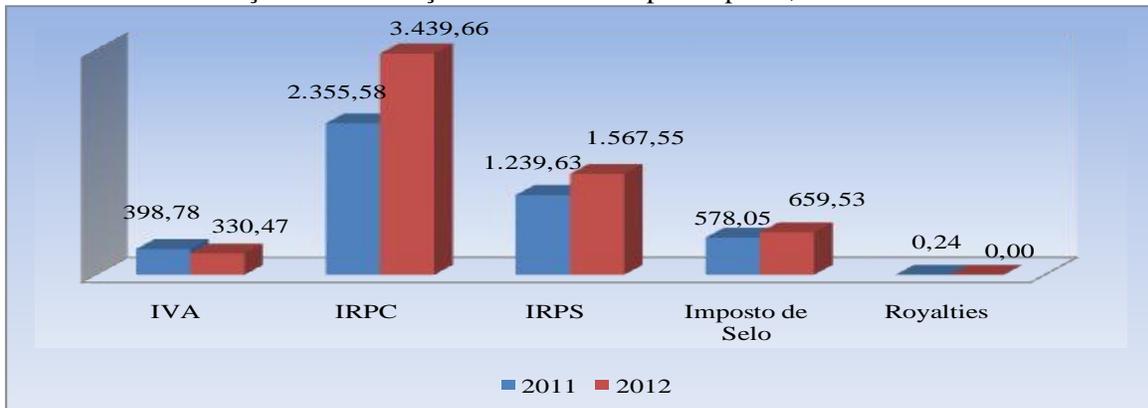
Unidade: 10⁶MT

Descrição	IVA		Cresc. Nominal	IRPC		Cresc. Nominal	IRPS		Cresc. Nominal	Imposto de Selo		Cresc. Nominal	Royalties		Cresc. Nominal	Total		Cresc. Nominal		
	2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012		2011	2012
	Jan/Dez	Jan/Dez		Jan/Dez	Jan/Dez		Jan/Dez	Jan/Dez		Jan/Dez	Jan/Dez		Jan/Dez	Jan/Dez		Jan/Dez	Jan/Dez		Jan/Dez	Jan/Dez
Instituições de Crédito	354,13	294,91	-16,72%	1675,89	2.524,39	50,63%	949,96	1202,70	26,61%	450,48	535,93	18,97%	0,00	0	0,00%	3.430,47	4.557,93	32,87%		
Seguradoras	12,73	11,89	-6,66%	175,89	253,93	44,37%	56,58	56,12	-0,81%	127,44	123,13	-3,38%	-	-	-	372,64	445,06	19,43%		
Soc. De Locação Financeira	30,54	23,03	-24,57%	20,36	9,46	-53,53%	19,65	12,27	-37,57%	-	0,47		0,24	-	-	70,78	45,23	-36,10%		
Outras Instituições Financeiras	1,38	0,64	-53,75%	483,44	651,87	34,84%	213,44	296,46	38,90%	0,13	-		-	0,00	100,00%	698,38	948,97	35,88%		
Total	398,78	330,47	-17,13%	2.355,58	3.439,66	46,02%	1.239,63	1.567,55	26,45%	578,05	659,53	14,09%	0,24	0,00	0,00%	4.572,28	5.997,20	31,16%		

Fonte: DGI- DMPIF

Destaca-se o IRPC, que arrecadou o total de 3.439,66 milhões de MT, que representam um crescimento nominal de 46,02% quando comparado com igual período de 2011, seguido do IRPS que colectou para os cofres do Estado o montante de 1.567,55 milhões de MT, que comparativamente ao período homólogo anterior, tiveram um crescimento de 26,45%. Pela negativa, destaca-se o sector da *Royalties* que não arrecadou nenhum montante em 2012, conforme a tabela 6 e gráfico 5.

Gráfico 5. Contribuição das Instituições Financeiras – por Imposto, em Milhões de MT



III. FORTALECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

3.1 Auditorias e Fiscalizações dos Impostos Internos e das Alfândegas

No âmbito dos trabalhos de Auditorias e Fiscalizações dos Impostos Internos e das Alfândegas, durante o exercício em análise, foi recuperado de receitas em sede das auditorias e fiscalizações, o montante global de 437,74 milhões de MT, sendo 159,92 milhões de MT resultantes das acções das auditorias e fiscalizações dos impostos internos e 277,82 milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo. Esta realização corresponde a um crescimento de 41,48% face ao resultado do período homólogo de 2011.

3.1.1 Auditorias e Fiscalizações Tributárias

Das actividades desenvolvidas no âmbito das auditorias e fiscalizações, destaca-se: *i)* a capacitação interna dos técnicos afectos nesta área; *ii)* o controlo das cobranças dos processos de contencioso relativos aos trabalhos de auditoria e fiscalização tributária; *iii)* o tratamento de pedidos de autorização para impressão de facturas ou documentos equivalentes; *iv)* a análise dos pedidos de impressão de facturas por mecanismo de saída de computador; e *v)* o licenciamento de 332 técnicos de contas, passando o total de técnicos inscritos para 3.724, a nível de todo o país.

Em relação aos trabalhos externos, foram realizadas 1.097 visitas, das quais 285 pela DAFT, correspondentes a uma realização de 106% em relação a meta anual de 270 auditorias, às empresas sedeadas na cidade de Maputo e arredores, tendo sido abrangidos vários sectores de actividade, de acordo com o nível de risco previamente identificado, sendo: *i)* 64 visitas para confirmação de dados; *ii)* 12 visitas para cruzamento de facturas extraídas de extractos de fornecedores; *iii)* 27 visitas para confirmação de dados no âmbito dos pedidos de reembolso em IVA e IR e denúncias de vária ordem; *iv)* 12 visitas às empresas para a verificação de sistemas informáticos de facturação para afeitos de autorização de impressão de facturas por mecanismo de saída de computador; e por último, *v)* 170 visitas para auditorias gerais e denúncias e, 812³ auditorias e fiscalizações tributárias pelas DAF/UGCs, que representam uma realização de 101% em relação à meta programada de 800 auditorias, contra 789 realizadas em igual período do ano anterior, correspondente a um incremento de 2,92%.

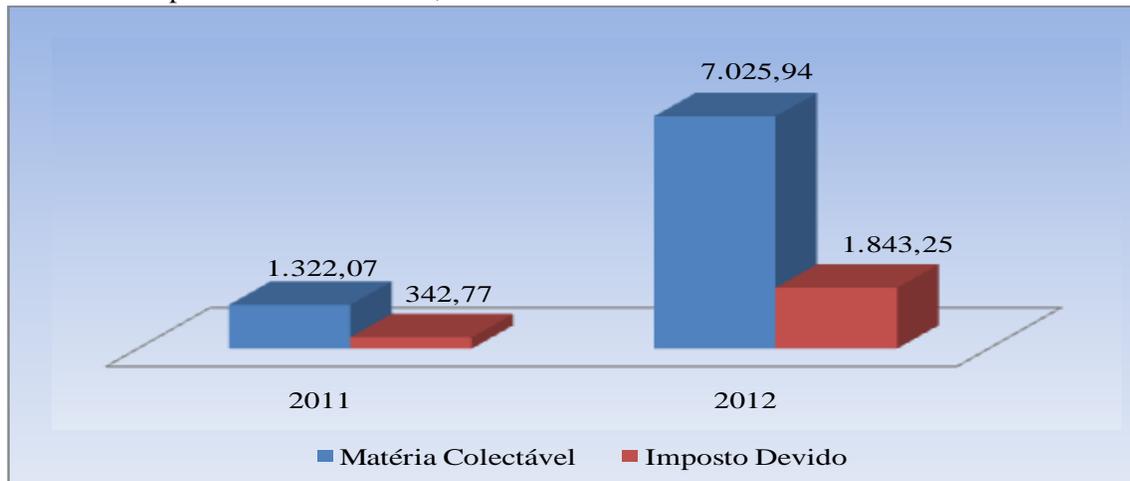
Estas acções, resultaram no apuramento de 7.025,94 milhões de MT de matéria colectável, contra 1.322,07 milhões de MT, apurado em 2011, o que corresponde a um crescimento nominal de 431,44%. No mesmo exercício, foi apurado de imposto devido, o valor de 1.843,25 milhões de MT, contra 342,77 milhões de MT em 2011, representando um crescimento nominal de 437,75%, em relação ao período homólogo de 2011, conforme a tabela 7 e gráfico 6.

³ Este número não inclui as visitas de educação fiscal e controlo de facturação realizadas pelas DAF's/UGC's em número de 18.

Tabela 7. Matéria Colectável e Imposto Devido em 2012Unidade: 10⁶MT

Descrição	Matéria Colectável			Imposto Devido		
	2011	2012	Cresc. Nominal	2011	2012	Cresc. Nominal
Transacções Sugeitas a IVA	655,82	1.360,37	107,43%	116,26	270,49	132,66%
Dedução Indevida do IVA	-	-	-	22,78	130,64	473,42%
IVA das Mercadorias sem factura	-	-	-	-	-	-
IRPS (Trabalho dependente)	13,86	36,77	165,27%	2,70	12,13	348,99%
IRPS (Rendimentos Prediais)	15,16	68,16	349,51%	4,42	12,85	190,65%
IRPC (Tributação Autónoma)	69,89	153,72	119,96%	24,46	53,96	120,58%
IRPC (Pagamentos não Residentes)	37,17	10,51	-71,71%	3,81	2,27	-40,27%
IRPC (Matéria Colectável Adicional)	530,16	5.396,40	917,87%	165,52	1.360,91	722,22%
Taxa sobre os combustíveis	-	-	-	2,82	-	-100,00%
Total	1.322,07	7.025,94	431,44%	342,77	1.843,25	437,75%

Fonte: DGI-DAFT

Gráfico 6. Imposto Devido em 2012, em Milhões de MT

Em termos globais, a nível dos impostos internos (DAFT, DAF's e UGC's), durante o período em apreço, foram visitadas 1.097 empresas que resultaram no apuramento de 2.690,93 milhões de MT, o que corresponde a um crescimento de 53,36%, em termos de valor, sendo que em termos de quantidades registou-se um decréscimo de 11,53%, quando comparado com o ano de 2011.

Tabela 8. Imposto Apurado DAFT, DAF's e UGC's em 2012Unidade: 10⁶MT

Descrição	Nº de Empresas		Cresc. Nominal	Imposto Apurado		Cresc. Nominal
	2011	2012		2011	2012	
DAFT- Nivel local	271	285	5,17%	342,77	1.843,25	437,75%
DAFT- Nas Províncias	180	0	-100,00%	212,44	-	-100,00%
DAF's/UGC's	789	812	2,92%	1.199,47	847,68	-29,33%
Total	1240	1097	-11,53%	1.754,68	2.690,93	53,36%

Fonte: DGI-DAFT

Destas realizações, destacam-se as UGC's que contribuíram com, os seguintes resultados:

- UGC de Maputo - 34 fiscalizações, que culminaram com o apuramento de imposto adicional no valor de 361,45 milhões de MT. Parte deste valor está sendo pago e outro encontra-se nas diversas fases do processo de transgressão;
- UGC do Beira - 161 fiscalizações, tendo sido apurado um imposto adicional no valor de 22,10 milhões de MT; e
- UGC de Nampula - 37 fiscalizações tendo sido apurado impostos no valor de 21,91 milhões de MT.

No que tange aos 847,68 milhões de MT de impostos apurados pelas DAF's/UGC's, importa destacar o IRPS que apurou 43,99 milhões de MT, correspondentes a um crescimento de 10,65% em comparação com o ano de 2011, por outro lado, o IVA e o IRPC tiveram uma variação negativa relativamente ao período homólogo de 2011 tendo registado um decréscimo de 19,36% e 36,64%, respectivamente, conforme a tabela 9.

Tabela 9. Valor Apurado pelas DAF's/UGC's em 2012, por Imposto

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Valores Apurados		Cresc. Nominal
	2011	2012	
IVA	383,15	308,96	-19,36%
IRPS	39,76	43,99	10,65%
IRPC	772,57	489,51	-36,64%
ISPC	-	0,71	-
Outros	3,99	4,51	12,83%
Total	1.199,47	847,68	-29,33%

Fonte: DGI-DAFT

No concernente à cobrança de impostos adicionais resultantes das auditorias efectuadas, foi arrecadado no período, o montante global de 159,92 milhões de MT, correspondente a um crescimento de 64,18% face ao resultado do período homólogo de 2011, cuja cobrança se situou em 97,41 milhões de MT, conforme a tabela 10.

Tabela 10. Cobranças Resultantes das Auditorias em 2012

Unidade: 10⁶MT

Descrição	IVA	IRPC	IRPS	Imposto de Selo	Sub-Total	Multas	Total
Região Sul	15,73	79,91	14,21	18,17	128,02	6,20	134,22
Região Centro	1,90	3,22	1,25	-	6,37	0,94	7,31
Região Norte	5,27	3,02	10,03	-	18,31	0,08	18,40
Total cobrado em 2012	22,90	86,15	25,49	18,17	152,71	7,21	159,92
Total cobrado em 2011	28,45	58,54	1,96	-	88,95	8,46	97,41
Crescimento Nominal	-19,49%	47,15%	1203%	n/a	71,68%	-14,75%	64,18%

Fonte: DGI-DAFT

Mercadorias em Circulação

Através do Projecto denominado "Fiscalização e Controlo de Mercadorias em Circulação - Operação Zonguene", envolvendo 909 funcionários, foram fiscalizadas a nível de todo o país, 19.245 viaturas, tendo sido autuadas, por irregularidades diversas, 581 automobilistas.

Como resultado desta operação, foram arrecadados 6.649,59 milhões de MT (que inclui IVA, Direitos e Multas), contra os custos operacionais totais incorridos de 3.437,19 milhões de MT. O balanço do trabalho se mostra positivo e satisfatório, em termos globais, uma vez que a receita arrecadada supera os gastos em 3.212,40 milhões de MT.

3.1.2 Análise de Processos de Contas

Em relação à análise de processos de contas, foi fixada, para 2012, uma meta de 2.200 (duas mil e duzentas) declarações de informação contabilística e de rendimentos de sujeitos passivos singulares e colectivos, tendo sido confirmadas durante o período em análise, 2.351 declarações dos exercícios de 2007 a 2011, o que representa um grau de realização de 106,86% em relação à meta anual fixada.

Em termos de imposto, foi apurado o montante de 1.501,21 milhões de MT de matéria colectável adicional e de 143,08 milhões de MT de imposto apurado, conforme a tabela 11.

Tabela 11. Processos Analisados e Impostos Apurados

Unidade: 10⁶MT

Anos	Nº de Declarações			Matéria Colectável Adicional			Imposto Apurado		Cresc. Nominal
	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação	2011	2012	
2006	1.528	0	-100,00%	379,84	-	-100,00%	40,85	-	-100,00%
2007	481	1.717	256,96%	65,49	1.364,12	1982,82%	12,1	132,65	996,28%
2008	191	193	1,05%	36,76	41,50	12,89%	5,93	3,62	-38,95%
2009	72	338	369,44%	7,73	59,14	665,42%	0,48	5,96	1141,67%
2010	31	100	222,58%	1,81	36,33	1905,30%	-	0,85	100,00%
2011	0	3	0,00%	-	0,12	100%	-	-	0,00%
Total	2.303	2.351	2,08%	491,64	1.501,21	205,35%	59,36	143,08	141,04%

Fonte: DGI-DAFT

Comité de Implementação do Projecto das IFRS

Com o objectivo de assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e fiscalização tributária, com base no novo referencial contabilístico em ambiente NIRF, foram realizadas duas sessões de formação prática dirigidas aos técnicos da área de Impostos Internos a nível central, UGC's e DAF's no geral, a 1ª em Março, abrangendo 70 funcionários com a duração de 175 horas e a 2ª em Abril para um total de 25 técnicos como formadores em matéria de Normas Internacionais de Relato Financeiro cuja duração foi de 102 horas, no âmbito da consultoria residente adstrita ao projecto. Foram ainda levadas a cabo acções de disseminação das NIRF's em instituições de ensino superior, empresas e junto dos profissionais de contabilidade independentes em Janeiro de 2012, com a duração de 40 horas.

3.1.3 Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro

No período em análise, com o objectivo de promover acções especiais de prevenção, combate, repressão da fraude e evasão aduaneira, foram realizadas acções de auditorias e fiscalizações que resultaram em 588 apreensões de mercadorias diversas, o que permitiu a recuperação de receita adicional de 277,82 milhões de MT, sendo 92,68 milhões de MT de apreensões (Investigação e BRT), 59,83 milhões de MT de auditorias e 125,31 milhões de MT de actuação de Perfil de Risco e Selecção de Contentores, representando um crescimento nominal de 31,06%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, conforme a tabela 12 e gráfico 7.

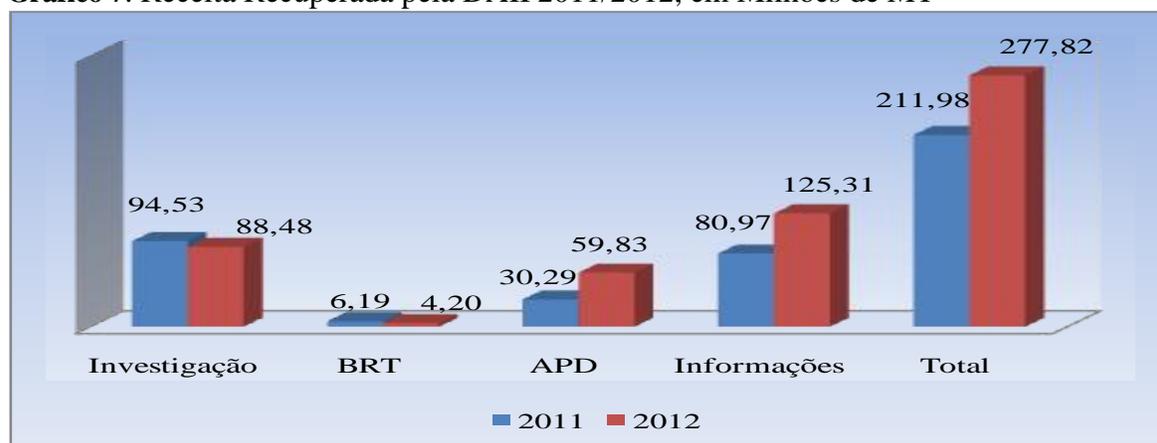
Tabela 12. Análise Comparativa da Receita da DAII – 2011/2012

Unidade: 10⁶MT

Ano	Investigação	BRT	APD	Informações	Total
2011	94,53	6,19	30,29	80,97	211,98
2012	88,48	4,20	59,83	125,31	277,82

Fonte: DGA-DAII

Gráfico 7. Receita Recuperada pela DAII 2011/2012, em Milhões de MT



Receitas Recuperadas no Âmbito da Investigação

No âmbito da Investigação, foram iniciados 331 casos, tendo sido cobrados, em direitos aduaneiros e multas 88,00 milhões de MT, contra 60,56 milhões de MT em 2011, o que corresponde a uma taxa de crescimento na ordem de 45,31%.

Receitas Recuperadas no Âmbito das Brigadas de Reacção Tática

Durante o período em análise, foram abertos pela BRT, 192 casos de apreensão de mercadoria diversa e viaturas. Destes casos 108 foram finalizados, 31 transferidos para a Investigação e os restantes 53 estão em aberto, aguardando o seu envio ou decisão do Tribunal. Os casos finalizados resultaram na cobrança de 4,20 milhões de MT de direitos e multas, o que equivale a um decréscimo de 6,86%, comparativamente ao igual período de 2011.

Receitas Recuperadas no Âmbito da Auditorias Pós-Desembaraço

Das 368 auditorias programadas, foram realizadas 349 auditorias às empresas que culminaram com a recuperação da receita no valor de 59,83 milhões de MT, representando um decréscimo de 5% em comparação com o igual período do ano de 2011.

3.2 Processos Executivos, Contenciosos Fiscal e Aduaneiro

3.2.1 Execuções Fiscais

Durante o período foram instaurados 1.944 processos, acrescidos aos transitados do exercício de 2011, correspondentes a 553,67 milhões de MT, contra 1.117 processos correspondentes a 210,30 milhões de MT do ano anterior, o que significa um crescimento em 74,04% e 163,28% em termos de quantidade e valor respectivamente, a nível dos Juízos das Execuções Fiscais, conforme a tabela 13 e gráficos 8 e 9.

No período foram cobrados 1.508 processos correspondentes a 104,40 milhões de MT, que representam um decréscimo de 20,13% e 66,77%, em termos de quantidades e valores, respectivamente, justificado pela vigência, durante o ano de 2011, do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Tributárias, aprovado pela Lei nº8/2011, de 11 de Janeiro que, de certo modo, incrementou a cobrança daquele período.

Contudo, apesar deste decréscimo na cobrança, nota-se uma redução, em termos quantitativos do *stock* da dívida exequenda em 18,18% em relação ao saldo de Dezembro de 2011, influenciada pelo crescimento do processo de prescrições, anulações e homologação do perdão das dívidas provenientes de multas, ao abrigo da Lei nº8/2011, de 11 de Janeiro, com valores baixos. Quanto ao saldo do respectivo valor, verifica-se um crescimento em 12,04%, devido ao aumento de processos instaurados e com valores relativamente elevados em 2012.

Tabela 13. Resumo de Processos Executivos

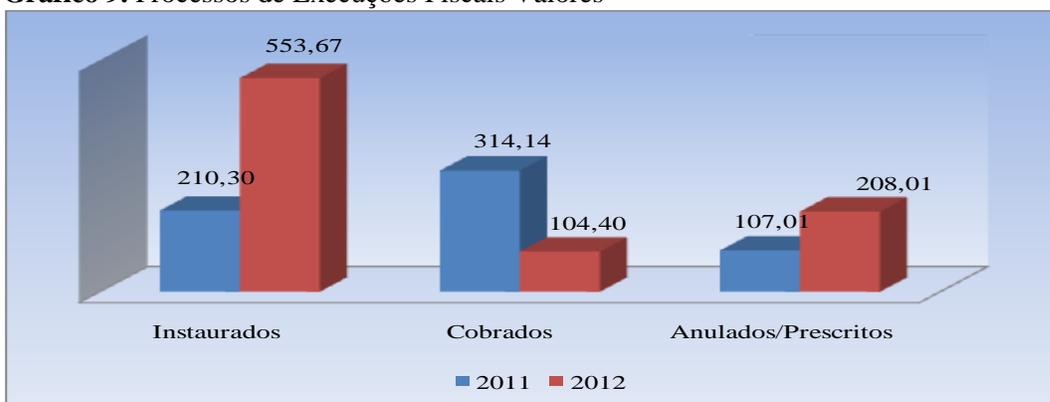
Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	2011		2012		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 31 de Dez de 2011	167.378	2.214,08	154.196	2.003,24	-7,88%	-9,52%
2	Instaurados	1.117	210,30	1.944	553,67	74,04%	163,28%
Sub Total1	Soma(1+2)	168.495	2.424,38	156.140	2.556,91	-7,33%	5,47%
4	Cobrados	1.888	314,14	1.508	104,40	-20,13%	-66,77%
5	Anulados/Prescritos	12.411	107,01	28.475	208,01	129,43%	94,38%
Sub Total2	Soma(3+4)	14.299	421,15	29.983	312,41	109,69%	-25,82%
5=1+2-3-4	Saldo para o ano seguinte	154.196	2.003,23	126.157	2.244,50	-18,18%	12,04%

Fonte: DGI-DCT

Gráfico 8. Processos de Execuções Fiscais Quantidades



Gráfico 9. Processos de Execuções Fiscais Valores

Os processos executivos encontram-se estratificados por 3 grupos, sendo o mais representativo, em termos quantitativos, o de mais de três anos que agrega 101.216 processos correspondentes a 937,53 milhões de MT, representando 80,23% e 41,77%, respectivamente, do saldo total, constituindo grande preocupação devido ao risco de prescrição que apresentam, sendo que a maior dificuldade que concorre para a sua não cobrança, tem a ver com a difícil localização dos respectivos devedores, seguido pelo grupo pertencente ao intervalo de 1 a 3 anos, que agrega 17.548 processos no valor de 977,71 milhões de MT, correspondentes a 13,91% e 43,56%, respectivamente, em relação ao total da dívida, conforme a tabela 14.

Tabela 14. Resumo dos Processos de Execução Fiscal por anoUnidade: 10⁶MT

Período	Processos		Percentagem	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Menos de 1 ano	7.393	329,27	5,86%	14,67%
Entre 1 a 3 anos	17.548	977,71	13,91%	43,56%
Mais de 3 anos	101.216	937,53	80,23%	41,77%
Total	126.157	2.244,51	100,00%	100,00%

Fonte: DGI-DCT

3.2.2 Contencioso Fiscal

Durante o período em análise, foram instaurados 4.133 processos, correspondentes a 898,56 milhões de MT, o que traduz um crescimento quer da quantidade, assim como do respectivo valor, em 91,25% e 14,29%, respectivamente, comparativamente ao ano anterior.

A cobrança deste sector conheceu um ligeiro crescimento em termos de quantidade de processos, porém sofreu um decréscimo no valor arrecadado, situando-se em 1.982 processos, correspondentes a 95,29 milhões de MT, contra os 1.977 processos no valor de 198,94 milhões de MT do ano anterior, representando, deste modo, um crescimento em 0,25% e uma redução em 52,10% de quantidade e valor, respectivamente.

Esta redução da cobrança, explica-se, tal como nos processos executivos, pelo facto de, durante o ano de 2011 ter vigorado o Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Tributárias, uma vez que um significativo número de sujeitos passivos, aderiu ao Regime, de modo a beneficiar-se do perdão de multas, juros e demais acréscimos legais, conforme ilustra a tabela 15.

Tabela 15. Resumo dos Processos de Contencioso Fiscal

Unidade: 10⁶MT

Ordem	Descrição	2011		2012		Cresc. Nominal	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 31 de Dez de 2011	3.768	951,63	3.415	1.391,29	-9,37%	46,20%
2	Instaurados	2.161	786,23	4.133	898,56	91,25%	14,29%
3	Cobrados	1.977	198,94	1.982	95,29	0,25%	-52,10%
4	Anulados	249	31,21	99	39,09	-60,24%	25,26%
5	Relaxados	288	116,43	365	77,89	26,74%	-33,10%
6	Contextados	89	41,03	262	125,56	194,38%	205,99%
7	Rec. ao T. A.	16	29,36	58	59,49	262,50%	102,64%
8=1+2-3-4-5	Saldo para o ano seguinte	3.415	1.391,29	5.102	2.077,58	49,40%	49,33%

Fonte: DGI-DCT

Nestes termos, a cobrança global de 2012, foi de 199,69 milhões de MT, sendo 104,40 milhões de MT referentes aos processos das Execuções Fiscais e 95,29 milhões de MT dos processos de Contencioso Fiscal, conforme as tabelas 13 e 15.

3.2.2.1 Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Fiscais e Administrativo

Processos de Contencioso que se encontram nos Tribunais Fiscais

No que concerne aos Processos de Contencioso nos Tribunais Fiscais, até 31 de Dezembro de 2012, existia um total de 522 processos no valor de total de 1.433,39 milhões de MT, sendo 1.281,22 milhões de MT resultantes da falta de entrega de imposto e 152,17 milhões de MT de diversas multas, contestados pelos contribuintes pertencentes às diversas unidades de cobrança, nomeadamente: DAF's de Lichinga, Cuamba, Pemba, Nacala, Quelimane, Mocuba, Tete, Chimoio, Manga, Vilanculos, Inhambane, Xai-Xai, Chókwe, Manhiça, Matola, 1º Bairro de Maputo e 2º Bairro de Maputo e as UGC's de Maputo, Beira e Nampula.

Processos de Contencioso no Tribunal Administrativo

Até ao final do período em análise, existiam no Tribunal Administrativo 141 processos no valor total de 228,93 milhões de MT, dos quais 159,46 milhões de MT resultam da falta de entrega do imposto e 69,47 milhões de MT de incumprimento de obrigações acessórias.

Os processos em referência pertencem às seguintes unidades de cobrança: DAF's de Pemba, Tete, Chimoio, Beira, Manga, Inhambane, Quissico, Xai-Xai, Matola, 1º Bairro de Maputo, 2º Bairro de Maputo e UGC's de Maputo, Beira e Nampula.

Processos Executivos que se encontram no Tribunal Administrativo

Até 31 de Dezembro de 2012 existiam no Tribunal Administrativo um total de 49 processos executivos, cujo valor é de 204,33 milhões de MT, provenientes dos Juízos Privativos das Execuções Fiscais da Beira e de Maputo.

3.2.2.2 Aplicativo Informático

No âmbito do Projecto de Recuperação da Dívida Tributária e com o objectivo de melhorar o processo da sua gestão, bem como uniformizar e dinamizar o processo de cobrança coerciva,

dando continuidade ao trabalho iniciado em 2011, procedeu-se à instalação do aplicativo em 15 unidades de cobrança, nomeadamente: *i*) na Região Norte - em Nampula, na DAF e na UGC de Nampula, em Cabo Delgado na DAF de Pemba e em Niassa na DAF de Lichinga; *ii*) na Região Centro - em Tete, na DAF de Tete, na Zambézia, na DAF de Quelimane, em Sofala, no Juízo Privativo das Execuções Fiscais da Beira, (que engloba as DAF's do 1º e 2º Bairro Fiscal da Beira e UGC da Beira), em Manica, na DAF de Chimoio; e *iii*) na Região Sul - na Província de Maputo nas DAFs da Matola e Manhiça, e na Cidade de Maputo, no Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo (que engloba as DAF's do 1º e 2º Bairros Fiscais de Maputo, e UGC de Maputo), faltando 13 Juízos para a cobertura nacional.

Foram também realizadas várias acções com vista a elevar os índices de cobrança de receita bem como a recuperação da Dívida Tributária, com destaque para: *i*) a monitoria da disseminação, nos Juízos Fiscais, do aplicativo informático; *ii*) o acompanhamento do cumprimento da Circular nº 12/GAB-DGI/2010, de 28 de Dezembro, que versa sobre a obrigatoriedade de emissão de conhecimentos de cobrança no acto de relaxe das dívidas tributárias; e *iii*) a identificação dos executados cuja localização se mostra difícil.

3.2.3 Contencioso Aduaneiro

No que se refere ao contencioso aduaneiro, com o objectivo único, “recuperação da receita evadida”, durante o período em análise e ao nível nacional, foram registados 5.573 processos de contencioso, correspondes a 665,86 milhões de MT de valor aduaneiro e 314,27 milhões de MT de imposições aduaneiras, com destaque para: *i*) 639 relatórios finais no valor de 227,81 milhões de MT de direitos e demais imposições, *ii*) 328 processos de pagamentos voluntários, no valor de 26,17 milhões de MT de direitos e imposições; e *iii*) 324 despachos de indicição com 32,84 milhões de MT de direitos e imposições, conforme a tabela 16.

Tabela 16. Processos de Contencioso Aduaneiro 2012

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Qtd	Valor Aduaneiro	Dtos e imposições	Peso das Imposições Aduaneiras
Pareceres Jurídicos	643	-	-	-
Informações técnicas	1.662	-	-	-
Notas e ofícios	1.934	-	-	-
Relatórios finais	639	563,02	227,81	72,49%
Pgt's voluntários	328	82,60	26,17	8,33%
Despachos de indicição	324	14,49	32,84	10,45%
Vendas a leilão	43	5,75	27,46	8,74%
Total	5.573	665,86	314,28	100,00%

Fonte: DGA-DCA

Com o objectivo de reduzir, ao mínimo, a prática de crimes aduaneiros em Moçambique, foi feita interacção com os Tribunais Aduaneiros, Ministério Público, PRM e Direcção Nacional de Prisões para a materialização de comandos legais que impõem a prisão nos casos de reincidência e acumulação de infracções aduaneiras.

No mesmo período, foi ainda ordenada a venda, em hasta pública, de 7 viaturas e 1.540 caixas de vinho apreendidas, pelo Tribunal Aduaneiro de Nampula, tendo a DRN ordenado a venda, também em hasta pública, de cerca de 250 toneladas de arroz, pois se tratava de mercadoria demorada para além dos prazos legais de desembaraço. De todos estes bens/mercadorias, foram arrematadas duas

viaturas correspondentes ao valor de 0,24 milhões de MT e 0,12 milhões de MT, 250 toneladas de arroz, vendidas no valor de 3,64 milhões de MT, devendo-se acrescer a cada um dos valores de arrematação de 10%. As restantes 5 viaturas e as 1.540 caixas de vinho passaram para a 3ª praça, a ter lugar oportunamente.

3.3 Reembolsos

3.3.1. Situação Geral dos Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento

Durante o período em apreciação foram recebidos 15.904 pedidos de reembolso de IR no valor de 346,48 milhões de MT e transitados de períodos anteriores (2006 à 2011) 6.269 pedidos no montante de 157,85 milhões de MT, dos quais, foram tratados 13.606 pedidos no montante de 235,87 milhões de MT, correspondendo a um nível de prestação de 61,36% relativamente ao número de pedidos solicitados e transitados para 2012, conforme a tabela 17 e gráfico 10.

Em termos acumulativos de 2005 a 30 de Setembro de 2012 foram recebidos 64.922 pedidos de reembolso no valor de 1.299,02 milhões de MT, tendo sido tratados 54.636 pedidos no montante de 934,11 milhões de MT, correspondentes a um nível de prestação de 84,16% e, pagos 48.110 pedidos no valor de 774,04 milhões de MT correspondente a um nível de prestação de 74,10%, conforme a tabela 17.

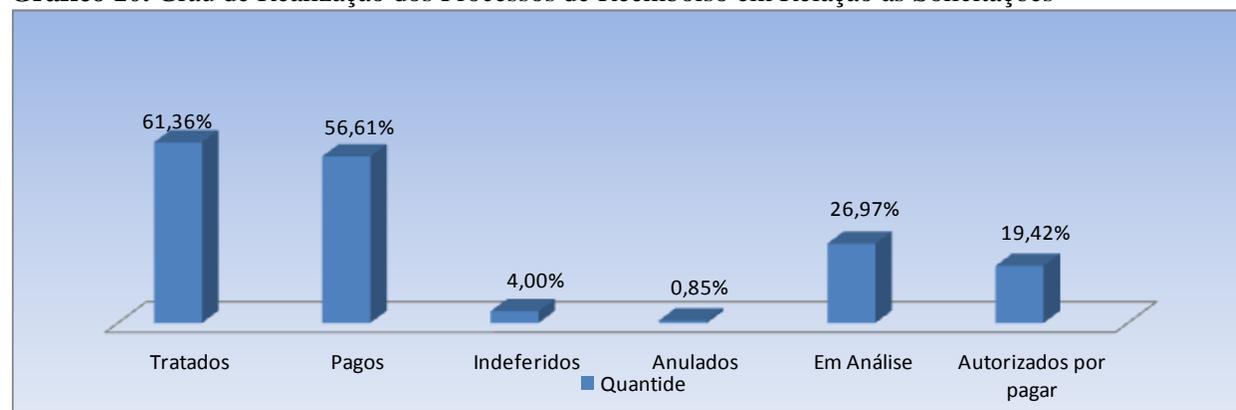
Tabela 17. Pedidos de Reembolso de IR em 2012 e Acumulado de 2005 a 2012

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Prestação dos reembolsos Obtida no exercício de 2012				Prestação acumulada			
	Qtd	Valor	Peso		2005 à 2012		Peso	
			Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Saldo transitado para 2012	6.269	157,85	-	-	-	-	-	-
Solicitados	15.904	346,48	100,00%	100,00%	64.922	1.299,02	100,00%	100,00%
Tratados	13.606	235,87	61,36%	46,77%	54.636	934,11	84,16%	71,91%
Pagos	12.552	221,61	56,61%	43,94%	48.110	774,04	74,10%	59,59%
Indeferidos	886	11,98	4,00%	2,38%	5.736	69,09	8,84%	5,32%
Anulados	188	2,28	0,85%	0,45%	790	90,98	1,22%	7,00%
Em Análise	5.980	240,76	26,97%	47,74%	5.981	252,86	9,21%	19,47%
Autorizados por pagar	4.305	44,00	19,42%	8,72%	4.305	44,00	6,63%	3,39%

Fonte: DGI-DRIR

Gráfico 10. Grau de Realização dos Processos de Reembolso em Relação as Solicitações



3.3.1.1. Reembolsos de IRPS

No período em análise, foram recebidos 15.868 pedidos de reembolso no valor de 190,29 milhões de MT do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e transitaram de exercícios anteriores (2006 a 2011) 6.196 pedidos no valor de 79,51 milhões de MT.

Dos processos solicitados em 2012, foram tratados 8.661 pedidos no valor de 121,00 milhões de MT, dos quais: *i*) 8.424 no valor de 118,43 milhões de MT foram pagos *ii*) 124 pedidos no valor de 1,39 milhões de MT foram Indeferidos, e *iii*) 113 pedidos no valor de 1,18 milhões de MT anulados.

Em relação aos processos transitados dos exercícios anteriores (2006 a 2011), foram tratados 4.939 correspondentes a 52,71 milhões de MT, tendo sido pagos 4.122 processos no valor de 41,01 milhões de MT.

Em termos acumulados (2005 a 2012) foram recebidos 64.653 pedidos no valor de 725,95 milhões de MT, tendo sido tratados 54.472 pedidos no valor de 556,02 milhões de MT e pagos 47.993 pedidos no valor de 496,70 milhões de MT, conforme a tabela 18.

Este desempenho corresponde a uma prestação de 84,25% dos pedidos tratados e 74,23% dos pagos, tendo como base o número de pedidos solicitados e transitados de anos anteriores. Estão em análise 5.877 pedidos de reembolso no montante de 79,47 milhões de MT e autorizados por pagar 4.304 pedidos no montante de 43,93 milhões de MT, conforme tabela 18 e gráfico 11.

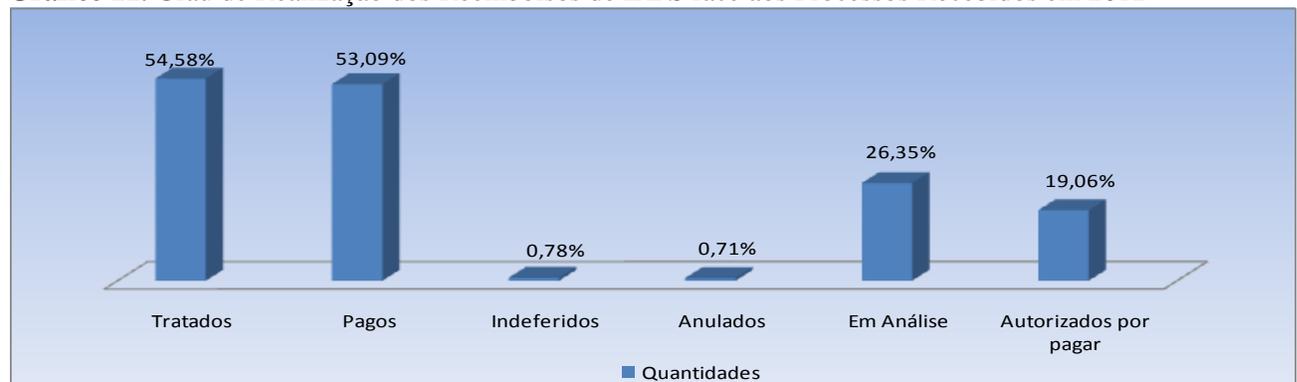
Tabela 18. Reembolso do IRPS

Unidade:
10⁶MT

Descrição	Prestação dos reembolsos pedidos recebidos em 2012				Prestação de pedidos de exercicios anteriores (2006 a 2011)				Prestação acumulada 2005 à 2012			
	Qtd	Valor	Peso		Qtd	Valor	Peso		Qtd	Valor	Peso	
			Qtd	Valor			Qtd	Valor			Qtd	Valor
Saldo transitado para 2012	-	-	-	-	6.196	79,51	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Solicitados	15.868	190,29	100,00%	100,00%	-	-	-	-	64.653	725,95	100,00%	100,00%
Tratados	8.661	121,00	54,58%	63,58%	4.939	52,71	79,71%	66,29%	54.472	556,02	84,25%	76,59%
Pagos	8.424	118,43	53,09%	62,24%	4.122	41,01	66,53%	51,58%	47.993	496,70	74,23%	68,42%
Indeferidos	124	1,39	0,78%	0,73%	742	10,59	11,98%	13,32%	5.725	50,76	8,85%	6,99%
Anulados	113	1,18	0,71%	0,62%	75	1,10	1,21%	1,39%	754	8,55	1,17%	1,18%
Em Análise	4.182	53,06	26,35%	27,88%	1.695	26,41	27,36%	33,22%	5.877	79,47	9,09%	10,95%
Autorizados por pagar	3.025	16,23	19,06%	8,53%	1.279	27,70	20,64%	34,83%	4.304	43,93	6,66%	6,05%

Fonte: DGI-DRIR

Gráfico 11. Grau de Realização dos Reembolsos de IRPS face aos Processos Recebidos em 2012



3.3.2. Reembolsos do IRPC

No tocante ao IRPC, durante o mesmo período, foram recebidos e submetidos a Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária (DAFT), para efeitos de aferição da sua legitimidade, 36 pedidos no valor de 156,18 milhões de MT.

Em termos acumulados (2005 a 2012), foram recebidos 269 pedidos de reembolso no valor de 573,08 milhões de MT, tendo sido tratados 164 pedidos no valor de 378,09 milhões de MT, dos quais: *i*) foram pagos 117 processos no valor de 277,34 milhões de MT, *ii*) indeferidos 11 no valor de 18,33 milhões de MT e, *iii*) anulados 36 no valor de 82,43 milhões de MT, conforme a tabela 19.

A prestação nesta categoria de imposto corresponde a cerca de 60,97% dos pedidos tratados e 43,49% dos pagos, tomando como base o número de pedidos solicitados em 2012 e anos anteriores.

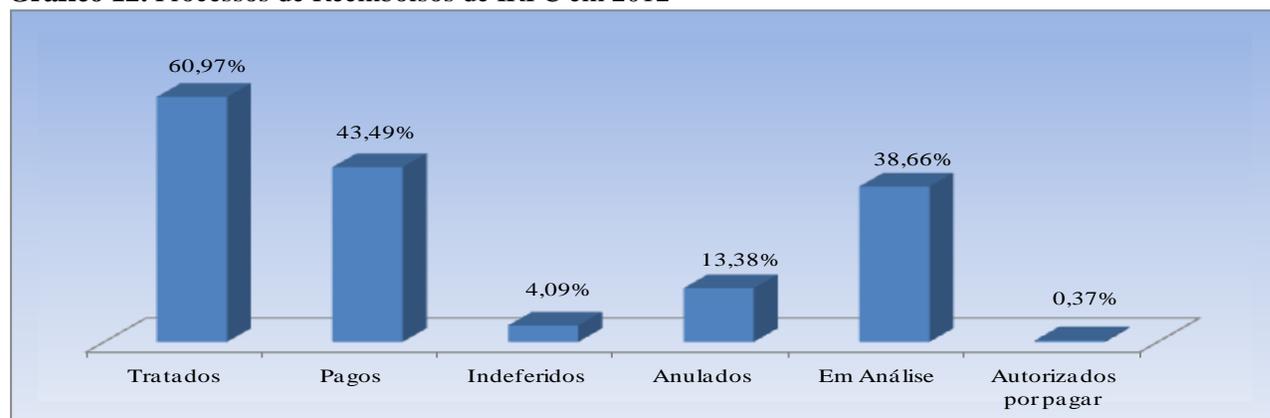
Tabela 19. Reembolsos do IRPC

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Prestação dos reembolsos pedidos recebidos em 2012				Prestação de pedidos de exercícios anteriores (2005 a 2011)				Prestação acumulada 2005 à 2012			
	Qtd	Valor	Peso		Qtd	Valor	Peso		Qtd	Valor	Peso	
			Qtd	Valor			Qtd	Valor			Qtd	Valor
Saldo transitado para 2012	-	-	-	-	73	78,34	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Solicitados	36	156,18	100,00%	100,00%	-	-	-	-	269	573,08	100,00%	100,00%
Tratados	4	49,94	11,11%	31,98%	2	12,23	2,74%	15,61%	164	378,09	60,97%	65,98%
Pagos	4	49,94	11,11%	31,98%	2	12,23	2,74%	15,61%	117	277,34	43,49%	48,39%
Indeferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	11	18,33	4,09%	3,20%
Anulados	-	-	-	-	-	-	-	-	36	82,43	13,38%	14,38%
Em Análise	32	95,17	88,89%	60,94%	71	66,11	97,26%	84,39%	104	173,39	38,66%	30,26%
Autorizados por pagar	-	-	0,00%	0,00%	1	0,07	1,37%	0,09%	1	0,07	0,37%	0,01%

Fonte: DGI-DRIR

Gráfico 12. Processos de Reembolsos de IRPC em 2012



3.3.3. Situação geral dos Reembolsos do IVA

Durante ano de 2012, deram entrada na AT a nível nacional 857 pedidos de reembolso do IVA no montante de 4.428,73 milhões de MT, dos quais 420 do regime normal no valor de 4.339,79 milhões de MT e 437 referentes a Diplomatas no valor de 88,94 milhões de MT. Destes, foram pagos 778 pedidos de reembolsos correspondentes a 3.529,97 milhões de MT, dos quais 584 recebidos em 2012, correspondentes a 955,70, conforme a tabela 20.

Tabela 20. Pedidos de Reembolso de IVA

Unidade: 10⁶ MT

Descrição	Janeiro a 31 de Dezembro de 2012			
	Recebidos		Pagos	
	Número	Valor	Número	Valor
1.1 Regime Normal	420	4.339,79	221	895,98
1.2 Diplomatas	437	88,94	363	59,72
Sub Total 1	857	4428,73	584	955,70
Pedidos dos anos anteriores				
1.1 Regime Normal			175	2.573,00
1.2 Diplomatas			19	1,27
Sub Total 1			194	2.574,27
Total	857	4.428,73	778	3.529,97

Fonte: DGI-DRIVA

Conforme a tabela 21, dos pedidos de reembolso de IVA recebidos e transitados do Regime Normal, foram tratados 485 pedidos no valor 5.968,03 milhões de MT, correspondente a uma prestação de 74,16% e 65,37% respectivamente, tendo sido pagos 396 pedidos no montante de 3.468,98 milhões de MT, correspondentes a uma prestação de 60,55% em termos de quantidade 38,00% em relação ao valor.

Tabela 21. Pedidos de Reembolso de IVA recebidos em 2012

Unidade: 10⁶
MT

Descrição	Regime Normal				Diplomatas			
	Qtd	Valores	Peso		Qtd	Valores	Peso	
			Qtd	Valores			Qtd	Valores
Saldo transitado para 2012	234	4.790,01	-	-	19	1,77	-	-
Solicitados	420	4.339,79	100,00%	100,00%	437	88,94	100,00%	100,00%
Tratado	485	5.968,03	74,16%	65,37%	413	85,05	90,57%	93,77%
Pagos	396	3.468,98	60,55%	38,00%	382	60,98	83,77%	67,23%
Indeferidos	8	24,41	1,22%	0,27%	30	0,93	6,58%	1,02%
Irregularidades	-	514,50	0,00%	5,64%	0	22,27	0,00%	24,55%
Suspensos	81	1.960,14	12,39%	21,47%	0	-	0,00%	0,00%
Anulados	0	0,00	0,00%	0,00%	1	0,88	0,22%	0,97%
Em análise	125	2.466,34	19,11%	27,01%	2	0,26	0,44%	0,29%
Autorizados por pagar	44	695,44	6,73%	7,62%	41	5,39	8,99%	5,94%

Fonte: DGI-DRIVA

No que se refere aos Diplomatas, do total dos processos, entre os recebidos e os transitados dos anos anteriores, foram tratados 413 pedidos no valor de 85,05 milhões de MT, tendo sido pagos 382 pedidos no montante de 60,98 milhões de MT, correspondentes a 83,77 e 67,23 em termos de quantidades e valores respectivamente.

Gráfico 13. Quantidades de Processos de Reembolsos de IVA em 2012

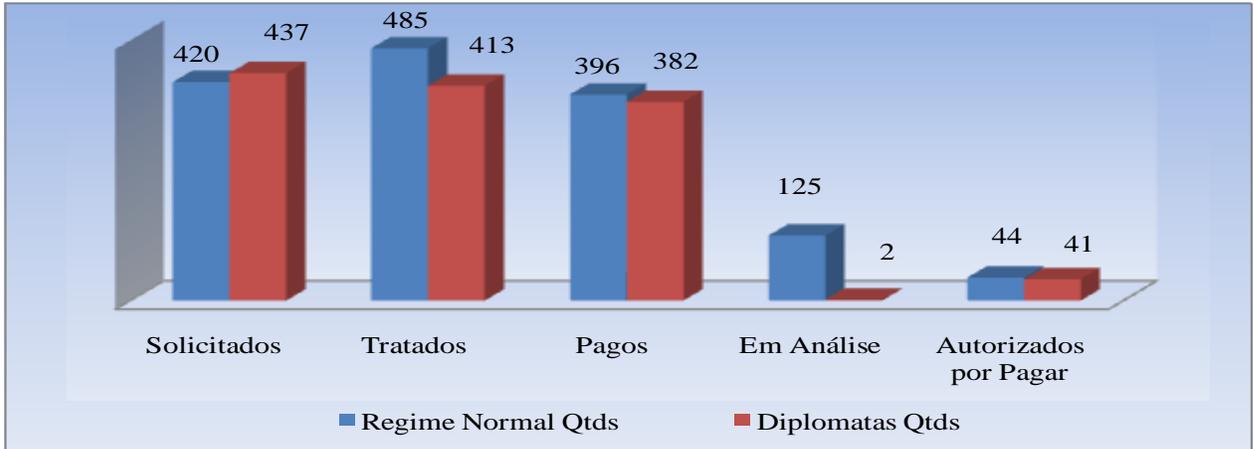
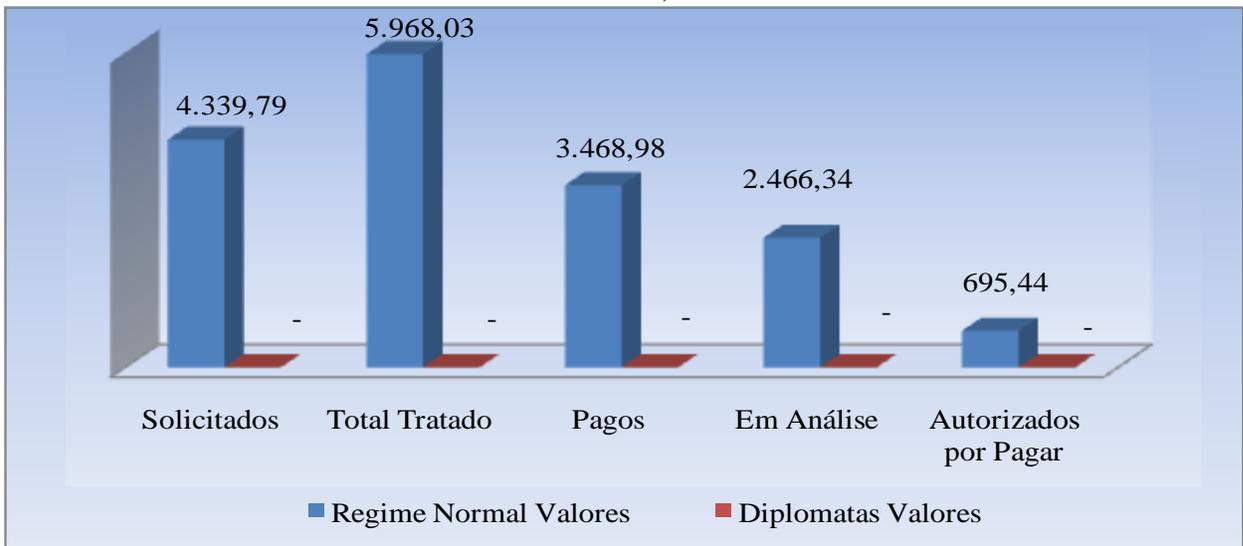


Gráfico 14. Valores de Reembolso do IVA em 2012, em Milhões de MT



BENEFÍCIOS FISCAIS

Foram recebidos 370 termos de autorização de projectos de investimentos, os quais se distribuem pelas regiões do país da seguinte forma: *i)* 48 da Região Norte, que representam 12,97%; *ii)* 60 da Região Centro, que representam 16,22%; e *iii)* 262 da Região Sul, correspondentes a 70,81%, conforme a tabela 22:

Tabela 22. Projectos de Investimentos Recebidos

Ord	Zonas	Totais	%
1	Região Norte	48	12,97%
2	Região Centro	60	16,22%
3	Região Sul	262	70,81%
Total		370	100,00%

Fonte: DGI-DCCBF

Em termos de classificação por sectores de actividade económica, os 370 projectos de investimentos recebidos no referido período, distribuem-se em:

a) 48 Projectos da Zona Norte, sendo: *i)* 16 Turismo; *ii)* 9 Prestação de Serviços; *iii)* 8 Indústria; *iv)* 6 Construção Civil; *v)* 2 Agro-Pecuário; 2 Ecoturismo; *vi)* 1 Agricultura; *vii)* 1 Pecuária; *viii)* 1 Agro-indústria; *ix)* 1 Fomento; *x)* e 1 em Outras Actividades.

b) 60 Projectos da Zona Centro, sendo: *i)* 22 Indústria; *ii)* 11 Prestação de Serviços; *iii)* 7 de Transporte e Comunicações; *iv)* 5 agricultura; *v)* 4 Turismo; *vi)* 3 Construção Civil; *vii)* 3 agro-indústria; *viii)* 2 ecoturismo; *ix)* 1 Agro-Pecuária; *x)* 1 Avicultura; e *xi)* 1 em Outras Actividades.

c) 262 Projectos da Zona Sul, sendo: *i)* 77 Prestação de Serviços; *ii)* 58 Indústria; *iii)* 34 Construção Civil; *iv)* 26 Turismo; *v)* 18 Transporte e Comunicações; *vi)* 15 Agro-Pecuário; *vii)* 11 Comércio; *viii)* 7 Agricultura; *ix)* 4 Pecuária; *x)* 4 em Outras Actividades; *xi)* 2 Agro-Indústria; *xii)* 2 Ecoturismo; *xiii)* 2 Seguradora; *xiv)* 1 Agro -Avícola; e *xv)* 1 Avicultura.

O sector com mais projectos de investimento aprovados em todas as regiões do país no ano de 2012 foi o de prestação de serviços que registou 97 projectos, seguindo-se o sector industrial com 88 projectos. Ainda neste período, foram registadas 7 cessações de projectos de investimento e recebidas 187 adendas (para alteração das condições contratuais inicialmente estabelecidas). Em termos acumulados, o universo actual de projectos de investimento situa-se em 2.597 empresas.

IV. ACÇÕES NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA

4.1. Educação Fiscal e Aduaneira

Durante o ano 2012, foram desenvolvidas várias actividades inseridas no plano, para promover a educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, inculcando a cidadania fiscal e induzindo ao cumprimento voluntário das obrigações fiscais, concorrendo para o alargamento da base tributária..

Neste sentido, destaca-se a nível interno, a produção e publicação de 22.000 exemplares do Suplemento Tributário e a cobertura de 71 eventos da instituição, entre palestras, seminários, visitas as áreas operativas e a nível externo, a produção e publicação pelos Órgãos de Comunicação de 74 comunicados/convites de imprensa, sobre vários acontecimentos da instituição, com maior notoriedade para os relacionados com a JUE (Janela Única Electrónica) e os reembolsos do IVA e IRPS e ainda os relacionados com os grandes projectos, em particular a exploração do carvão, gás e petróleo.

Foram ainda realizados 157 eventos de carácter cultural e recreativo, 10 palestras e campanhas de educação fiscal e aduaneira, dirigidas a estudantes de instituições do ensino superior, Escolinha do Tico e população do Distrito Municipal Ka Mavota, realçando a realização da primeira Caravana de Educação Fiscal, que percorreu todas as Províncias do país, com excepção da Província de Niassa, planificada para a fase seguinte.

Ainda no âmbito da popularização do imposto, de um programa anual de 15.000 disseminadores de matérias fiscais e aduaneiras, foram formados 15.465, em 35 Distritos e 82 Postos Administrativos, correspondente a uma realização de 104%.

No que se refere ao atendimento aos contribuintes nos Balcões de Assistência ao Contribuinte (BAC's), foram atendidos 207.160 contribuintes para esclarecimentos sobre IRPS, IRPC, IVA, atribuição de NUIT e respectivos cartões, entre outros assuntos. Estes BAC's encontram-se instalados em todas as capitais provinciais com a excepção da província do Niassa, onde o atendimento é feito pelo funcionário da DAF afecto ao ISPC. No que diz respeito aos Balcões de Atendimento Único (BAU), a AT tem funcionários afectos aos BAU's de Maputo, Matola, Pemba, Nacala e Xai-xai. Nos restantes BAU's, foram instalados mini aplicativos para atribuição de NUIT.

Em observância aos contratos com outras instituições, foram veiculadas, através dos meios de comunicação social (TVM, STV, TIM, TV Miramar, Rádio Moçambique, e os jornais Notícias, Diário, O País, Público e Escorpião), mensagens, reportagens e *spots*, destacando-se:

➤ Com a TVM, nos programas de maior audiência: *i*) Declaração de Rendimentos (Modelo 10), veiculado 210 vezes; *ii*) Minuto Fiscal (Vox Pop), com 8 inserções na transmissão dos jogos da Liga dos Campeões (6) e Liga Europa (2); *i*) 44 reportagens sobre assuntos de interesse da AT, no Programa Realizações; *iv*) Produção de *spots* e vídeos por ocasião do V Aniversário da AT, e ainda sobre o NUIT, franquia, ISPC, rendimentos prediais, dívida tributária, entre outros; e *v*) cobertura dos eventos da AT para os quais foi convidada, em todo o país, assim como participação dos quadros da AT em debates e entrevistas sobre assuntos de interesse da AT, tendo sido pago um total de 10.980.506,02 MT.

➤ Com a STV, foram: *i*) veiculados spots sobre a Declaração de Rendimentos (Modelo 10), Vox Pop, dívida tributária, entre outros, nos programas de maior audiência; *ii*) abordados, no programa “Opinião Pública”, temas relacionados a Janela Única Electrónica, e *iii*) realizadas reuniões de

concertação e acompanhamento da campanha que culminaram na substituição de algumas actividades anteriormente previstas e transitaram para o ano de 2013. Para estas actividades não se efectuou qualquer pagamento, tendo sido realizadas com recurso ao saldo de 6.116.396,87 MT, de 2011.

➤ Em relação ao contrato com a Rádio Moçambique, esta efectuou cobertura aos eventos organizados pela AT e veiculou 50 spots radiofónicos sobre o NUIT, Factura, Declaração de Rendimentos, Facturação, entre outros assuntos relevantes da instituição e promoveu a participação, em 5 programas ao vivo, de funcionários da AT. Foram ainda produzidos programas e emissões ao vivo, em todo o país, que culminaram com a atribuição de NUIT's. Estes programas tiveram um custo de 2.408.171,81MT. Como forma de garantir que os profissionais da RM transmitissem com maior conhecimento matérias fiscais, foi realizada uma formação básica sobre os impostos.

4.2. Cadastração Fiscal

No período em análise, foram cadastrados 506.254 novos NUITs, o que representa um sobrecumprimento da meta em 140,63% e um crescimento nominal na ordem de 54,53%, quando comparado com o período homólogo anterior, sendo 498.440 a pessoas singulares e 7.814 a pessoas colectivas, conforme ilustram a tabela 23 e gráficos 15 e 16.

Tabela 23. Registo de Contribuintes

Descrição	Registos 2011			Programa 2012			Registos 2012			Grau de Realização			Crescimento		
	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total	Sing.	Colect.	Total
DRN	64.774	667	65.441	79.735	1.595	81.330	116.463	804	117.267	146,06%	50,41%	144,19%	46,06%	-49,59%	44,19%
DRC	97.732	1.472	99.204	110.230	2.205	112.435	146.790	1.697	148.487	133,17%	76,96%	132,06%	33,17%	-23,04%	32,06%
DRS	158.791	4.166	162.957	162.975	3.260	166.235	235.187	5.313	240.500	144,31%	162,98%	144,67%	44,31%	62,98%	44,67%
Total Geral	321.297	6.305	327.602	352.940	7.060	360.000	498.440	7.814	506.254	141,23%	110,68%	140,63%	55,13%	23,93%	54,53%

Fonte: DGI-UCCISPC

Gráfico 15. Registo de Contribuintes

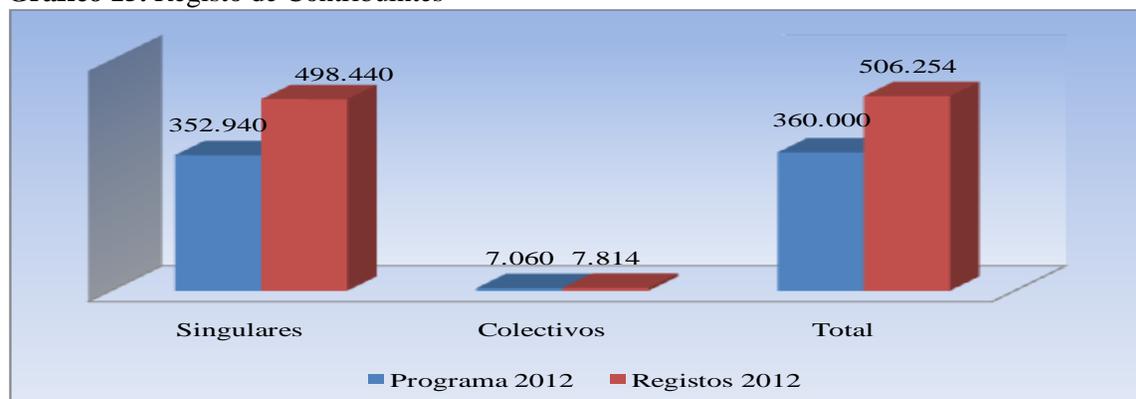
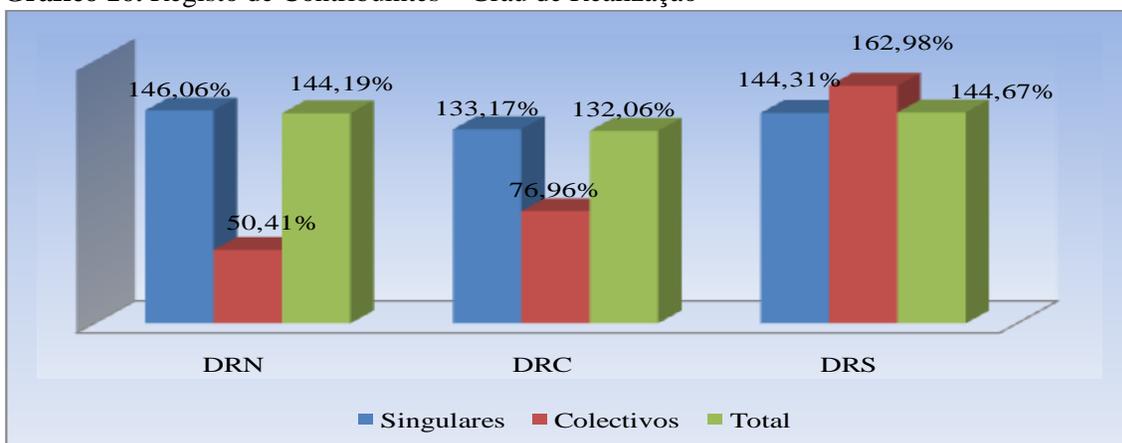


Gráfico 16. Registo de Contribuintes – Grau de Realização

Em termos acumulados desde 1999 até ao período em análise, foram registados 2.054.850 NUITs, dos quais 2.006.049 de pessoas singulares e 48.801 de pessoas colectivas.

4.2.1. Cadastro Fiscal no Âmbito do ISPC

No que tange ao registo fiscal em sede do ISPC, de um programa anual de 60.000, foram registados 31.450 novos contribuintes para este imposto, representando um grau de realização de 52,42% da meta, dos quais a Região Sul contribuiu com 10.690, a Região Centro com 10.936 e a Região Norte com 9.824, conforme ilustra a tabela 24.

Este resultado alcançado, apesar de significativo, mostra ainda alguma resistência de certos segmentos do sector informal em aderir ao imposto, o que traduz a necessidade de se continuar a intensificar as acções de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, de modo a corresponder ao número crescente de cadastração fiscal e aproximar ao potencial de contribuintes.

No que se refere à receita cobrada em sede deste imposto, de uma meta 96,30 milhões de MT fixada para o período, foram colectados 81,82 milhões de MT, o que corresponde a 84,96% de realização, face ao programa anual.

Tabela 24. Registo em ISPC de 2009 a 2012

Descrição	Registos - 2011	Programa - 2012	Registos - 2012	Grau de realização	Acumulado - 2009 a 2012
Total Região Norte	9.283	20.000	9.824	49,12%	27.727
Total Região Centro	16.572	20.000	10.936	54,68%	42.100
Total Região Sul	20.486	20.000	10.690	53,45%	50.134
TOTAL GERAL	46.341	60.000	31.450	52,42%	119.961

Fonte: DGI-UCCISPC

Em termos acumulados, desde que o imposto foi criado e introduzido no sistema tributário moçambicano em 2009, até 31 de Dezembro de 2012 foram registados 119.961 contribuintes, distribuídos pelas 3 regiões do país, conforme a tabela 24, sendo a Região Sul aquela que agrega maior número de contribuintes desta categoria (41,79%), de acordo com a proporção de potenciais contribuintes aí existentes, seguida pela Região Centro (35,09%).

Impressão de Cartões de NUIT

Em 2012, foram impressos 636.924 cartões de NUIT, dos quais: *i)* 86.754 na Região Norte; *ii)* 77.280 na Região Centro; e *iii)* 472.890 na Região Sul. O crescimento na emissão dos cartões de NUIT, foi estimulando pela aquisição e utilização de mais 10 máquinas e colocadas em todas as regiões do País.

Em termos acumulados, de 2010 a 2012, foram impressos 904.850 cartões de NUIT, sendo que:

- I. Na Região Norte, a impressão de cartões iniciou em Setembro de 2010, tendo sido impressos até 31 de Dezembro de 2012, 123.118 cartões;
- II. Na Região Centro, a impressão de cartões iniciou em Novembro de 2010, tendo sido impressos até 31 de Dezembro de 2012, 99.563 cartões; e
- III. Na Região Sul, a impressão iniciou em Setembro de 2010, tendo sido impressos até 31 de Dezembro de 2012, 682.169 cartões.

4.3. Abertura de Novos Postos Fiscais e de Cobrança

Ainda com vista ao alargamento da base tributária, a AT continuou a desenvolver esforços no sentido de se aproximar cada vez mais dos cidadãos, abrindo escritórios em locais onde a sua presença se justificasse e, criando neles condições apropriadas para o atendimento. Esta acção permitiu descongestionar algumas DAF's com elevado número de contribuintes e reduzir os custos operacionais ao contribuinte no processo de cumprimento das suas obrigações fiscais.

Para esta expansão, foram definidos como base os seguintes critérios: *i)* importância e dimensão da actividade económica desenvolvida; *i)* densidade populacional, em particular o número de potenciais contribuintes existentes; e *iii)* facilidade de acesso entre os vários distritos abrangidos.

Assim, para o presente exercício, foi programada a abertura de 11 postos de cobrança, sendo 4 na região norte, 6 na região centro e 1 na região sul. Até ao final do ano foram abertos 12 postos de cobrança, correspondente a uma realização de 109,1%, sendo 1 na região norte, 6 na região centro e 5 na região sul nomeadamente: *i)* Metangula (Fixo), adstrito à DAF Lichinga; *ii)* Sussundenga (móvel); *iii)* Gondola (móvel), adstritos à DAF de Chimoi; *iv)* Mocumbura (móvel) adstrito à DAF de Tete; *v)* Morrumbala (fixo); *vi)* Luabo (móvel), adstritos à DAF de Quelimane; *vii)* Zumbo (fixo), adstrito à DAF de Tete; *viii)* Posto Fiscal e de Cobrança do Zimpeto (Fixo); *ix)* Posto de Cadastração e Educação Fiscal, adstritos à DAF Maputo2; *x)* Patrice Lumumba (Fixo); *xi)* Tsalala (Fixo), adstritos à DAF Matola; e *xii)* Posto Fiscal e Atribuição de NUIT de Chókwe (Fixo), adstrito à DAF de Chókwe.

Na região norte registou-se um incumprimento relativamente a meta traçada, devido ao atraso na execução das obras, ainda em curso em Chiúre, Macomia e Ribáue. Por outro lado, na Região Sul, registou-se um sobrecumprimento devido à oportunidade criada pela disponibilidade das instalações dos ex-postos de cobrança da APIE, transitadas para a Autoridade Tributária.

Com as acções desenvolvidas a AT, passa a contar com 93 Unidades de Cobrança, na área dos impostos internos, sendo: 63 Postos de Cobrança; 25 Direcções de Áreas Fiscais; 3 Unidades de Grandes Contribuintes e 2 Juízos Privativos das Execuções Fiscais e, na área dos impostos sobre o comércio externo, com um total de 125 estâncias aduaneiras, sendo 11 Alfândegas, 4 Delegações

Aduaneiras, 38 Terminais Internacionais, 35 Postos Fronteiriços, 19 Postos Fiscais, 5 Postos de Controlo, 4 Postos Fiscais Aduaneiros e 9 postos mistos de cobrança.

V. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

5.1. Situação Geral dos Recursos Humanos

Em 2012, para a prossecução dos objectivos organizacionais e de gestão, a AT contou com um efectivo de 3.324 funcionários, dos quais 1.827 na área aduaneira, 1.414 na área tributária e 83 na situação de pré-reforma. Em termos de género, 2.530 são homens e 794 mulheres, na proporção de 76,11% e 23,89%, respectivamente, conforme os dados da tabela 25.

Em termos de incremento do pessoal, durante o ano de 2012 registou-se a reintegração de 11 funcionários e a inserção de 9 funcionários transferidos de outros sectores públicos, sendo 4 do Ministério das Finanças, 1 do Ministério da Educação, 1 do Ministério da Juventude e Desportos, 1 do Ministério dos Transportes e Comunicações, 1 do Tribunal Supremo e 1 do Ministério do Interior, totalizando 20 funcionários.

Durante o mesmo período, registaram-se perdas de pessoal por óbitos, devido a várias enfermidades, acidentes de viação e afogamento, num total de 20 funcionários, sendo 14 da região sul, 5 da região centro e 1 da região norte. Contrabalançadas as entradas e as perdas de pessoal, o número total de funcionários da AT manteve-se inalterável, nos 3.324.

Tabela 25. Distribuição dos Funcionários por Área

Ord.	Carreiras	Gênero		Total	Peso no Total dos
		Masc.	Femin.		
1	Aduaneira	1.606	221	1.827	54,96%
2	Tributária	862	552	1.414	42,54%
3	Pré-reforma	62	21	83	2,50%
Total Geral		2.530	794	3.324	100,00%
Percentagem		76,11%	23,89%	100,00%	

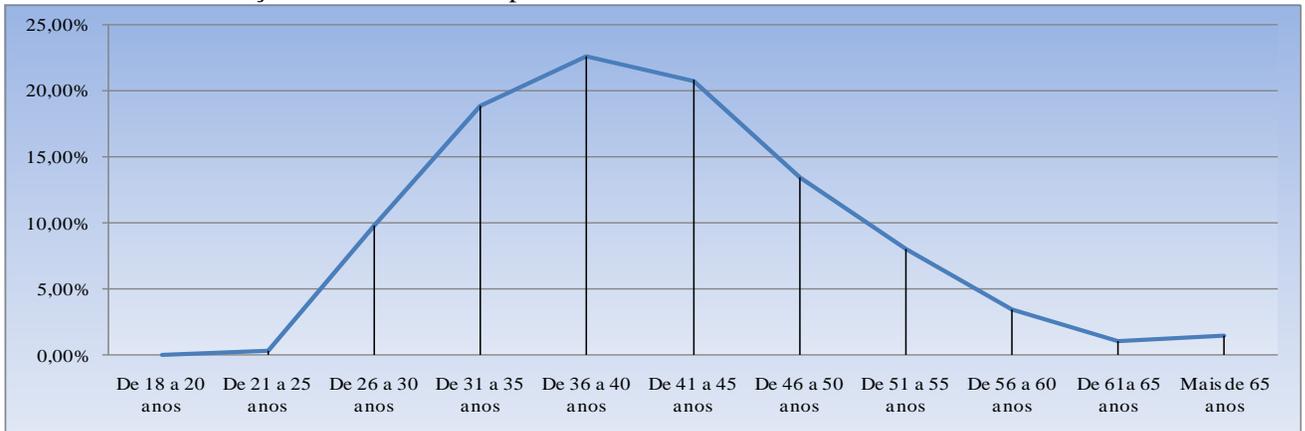
Fonte: DGSC - DRH

Fazem parte do efectivo da AT, maioritariamente, funcionários na faixa etária dos 36 aos 40 anos de idade, representando 22,65% do total de funcionários, seguido pelas faixas de 41 a 45, e 31 a 35 anos de idade, correspondente a 20,82% e 18,92%, respectivamente, como ilustra a tabela 26 e gráfico 17.

Tabela 26. Distribuição dos Funcionários por Faixas Etárias

Ord.	Idade	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 18 a 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
2	De 21 a 25 anos	0	0	0	5	6	11	11	0,33%
3	De 26 a 30 anos	106	12	118	121	86	207	325	9,78%
4	De 31 a 35 anos	347	65	412	108	109	217	629	18,92%
5	De 36 a 40 anos	389	33	422	223	108	331	753	22,65%
6	De 41 a 45 anos	421	42	463	141	88	229	692	20,82%
7	De 46 a 50 anos	219	36	255	118	74	192	447	13,45%
8	De 51 a 55 anos	90	20	110	95	63	158	268	8,06%
9	De 56 a 60 anos	17	5	22	66	26	92	114	3,43%
10	De 61 a 65 anos	14	3	17	9	9	18	35	1,05%
11	Mais de 65 anos	16	5	21	25	4	29	50	1,50%
Total de Funcionários		1.619	221	1.840	911	573	1.484	3.324	100,00%

Fonte: DGSC - DRH

Gráfico 17. Distribuição dos Funcionários por Faixas Etárias

5.1.1 Distribuição dos Funcionários por Regiões

Dos 3.324 funcionários efectivos, a região sul é a que detém o maior número, com 1.338 funcionários, correspondentes a 40,25% do total, seguido pelos órgãos centrais com 976, equivalentes a 29,36%, a região centro com 601, correspondentes a 18,08% e, por último, a região norte com 409, correspondente a 12,63%, conforme a tabela 27.

Tabela 27. Distribuição dos Funcionários por Região e Órgão Central

Órgão	Gênero		Total	Peso no Total dos Funcionários
	Masc.	Femin.		
DSC	729	249	976	29,36%
DRN	326	83	409	12,30%
DRC	474	127	601	18,08%
DRS	1.001	337	1.338	40,25%
Total	2.530	794	3.324	100,00%

Fonte: DGSC - DRH

5.1.2 Distribuição por Níveis Académicos

No que diz respeito aos níveis académicos, dos 3.324 funcionários da AT, 34,98% (1.163) têm formação superior, tendo-se verificado um crescimento de 4,87%, comparativamente ao ano de 2011, em que 1.109 funcionários tinham este nível. O ensino médio representa 46,26% (1.537), para o qual se registou um decréscimo de 2,60% em relação ao ano anterior, devido à ascensão dos mesmos ao nível superior e, o ensino básico, representa 13,59% (452), enquanto os restantes 5,17% (172) são funcionários com nível inferior ao básico.

5.1.3 Contagem de Tempo de Serviço, Aposentação e Fixação de Salário

Dando seguimento ao preconizado no artigo 145 do E.G.F.A.E e na Circular n°8/DGSC/AT/09, de 20 de Outubro, para a observância, pelos funcionários das regras estabelecidas para a contagem de tempo de serviço prestado ao Estado, foram tramitados 358 processos dos quais 118 foram submetidos à Direcção Nacional de Previdência Social para efeitos de reverificação e homologação do tempo de serviço, 139 à Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos do Ministério das Finanças, para efeitos de emissão de certidões de efectividade, 10 para

a fixação de encargos do tempo que não foram descontados para efeitos de aposentação, 21 para pagamento de encargos e 70 concluídos e enviados aos respectivos requerentes.

Destaca-se um incremento da adesão de funcionários à contagem do seu tempo de serviço, mas os níveis ainda não são satisfatórios, havendo a necessidade de se reforçar os mecanismos de sensibilização dos funcionários para o efeito.

No que se refere à aposentação de funcionários, através do ofício nº 257/MFP/GM/2010, o Ministério da Função Pública, exortou à observância do artigo 142 do E.G.F.A.E, que prevê a aposentação obrigatória de funcionários com mais de 35 anos de serviço ou limite de idade de 65 e 60 anos, para os sexos masculino e feminino, respectivamente. Em conformidade com esta exortação, foram identificados 94 funcionários que atingiram os factores determinantes de aposentação, a saber, tempo de serviço e idade, respectivamente, cuja 1ª fase abrangeu os funcionários que atingiram o factor idade e que não desempenham cargos de chefia, tendo sido fixada a pensão de aposentação para 12 funcionários por limite de idade e 1 por incapacidade.

De modo a preparar-se os funcionários para enfrentar a nova realidade da aposentação, aliado ao reconhecimento do papel que os mesmos tiveram ao longo da sua vida profissional, em prol do bom nome da Instituição, em particular, e do País em geral, foi programado um evento, para o início do mês de Fevereiro de 2013, visando homenageá-los pela contribuição que deram ao Estado moçambicano.

Durante o período em análise e, nos termos do preconizado no nº 1 do Artigo 49 do EGFAE, referente à fixação salarial, foram submetidos 16 processos à Direcção de Recursos Humanos, dos quais 4 de fixação de vencimento excepcional foram respondidos, 4 foram submetidos ao Ministério da Função Pública para autorização e 8 correm seus trâmites a nível dos Recursos Humanos, aguardando-se o seu desfecho no decurso de 2013.

5.1.4 Recenseamento de Funcionários

No âmbito do processo de actualização de dados dos funcionários no Sistema e-CAF, com vista à preparação do e-FOLHA, do total de 3.324 funcionários da AT, foram harmonizados à base de dados no Sistema e-SISTAFE 3.146 funcionários. Do total dos funcionários da AT, 2.921 receberam os seus salários via directa e os restantes 403 receberam via gestor, por estar vedada a possibilidade de pagamento de salários por via directa, aos funcionários ordenadores de despesa, dado o seu papel executor no sistema.

5.1.5 Enquadramento dos Funcionários nas Carreiras da AT

No período em análise, o processo de enquadramento nas novas carreiras da Autoridade Tributária, assente na Resolução nº33/2010, de 23 de Dezembro, iniciado em 2011, consolidou a reestruturação das carreiras então vigentes (na DGI e DGA). Até ao final do ano de 2012, no universo de 3.324 funcionários foram efectivamente enquadrados 3.257, dos quais 1.808 na área aduaneira e os restantes 1.449 na área tributária, distribuídos pelas categorias, conforme se apresenta na tabela 28, cuja maior concentração de funcionários está enquadrada na categoria de Superintendentes, com 883 funcionários, seguido da de Assistente Aduaneiro e Técnico Tributário de 2º Classe, com 691 e a de Sub-inspector, com um total de 582. Os restantes 67 funcionários não foram enquadrados em decorrência de diversas irregularidades processuais, especialmente a falta de nomeação (provisória ou definitiva).

Tabela 28. Enquadramento de funcionários nas carreiras da Autoridade Tributária

Categoria	Área Aduaneira	Peso	Área Tributária	Peso	Total por Categoria	Peso
Comissário Geral	24	1,33%	20	1,38%	44	1,35%
Comissário	54	2,99%	25	1,73%	79	2,43%
Sub-comissário	113	6,25%	86	5,94%	199	6,11%
Superintendente	511	28,26%	372	25,67%	883	27,11%
Inspector	137	7,58%	113	7,80%	250	7,68%
Sub Inspector Aduaneiro	325	17,98%	257	17,74%	582	17,87%
Aspirante Aduaneiro/ Técnico Tribut. de 1ª Classe	207	11,45%	62	4,28%	269	8,26%
Assistente Aduaneiro/ Técnico Tribut. de 2ª Classe	391	21,63%	300	20,70%	691	21,22%
Guarda Aduaneiro/ Auxiliar Tribut. de 1ª Classe	46	2,54%	82	5,66%	128	3,93%
Auxiliar Tributário de 2ª Classe		0,00%	100	6,90%	100	3,07%
Auxiliar Tributário de 3ª Classe		0,00%	32	2,21%	32	0,98%
Total Geral	1.808	100,00%	1.449	100,00%	3.257	100,00%

Fonte: DGSC - DRH

5.1.6 Regularização do Vínculo dos Funcionários com mais de 35 Anos de Idade

Para à regularização do vínculo laboral dos agentes do Estado com vínculo precário, oriundos das então Direcções Gerais das Alfândegas e dos Impostos, bem como dos trabalhadores transferidos da extinta ADENA - Agência Nacional de Despachos, EE, para a Autoridade Tributária de Moçambique, foi preparada e enviada a S.Exa. o Ministro das Finanças, através do Ofício 174/MF/GAB/PAT/12, de 12 de Dezembro, a proposta do Decreto e a fundamentação, para posterior envio ao Ministério da Função Pública para parecer e consequente submissão ao Conselho de Ministros para aprovação.

5.2. Assuntos Sociais

No contexto dos assuntos Sociais, durante o período em análise, em prol da melhoria das condições sociais e de trabalho dos funcionários, realizaram-se as seguintes acções: *i*) divulgação das ofertas de habitação existentes no mercado nacional através da RENA, para o conhecimento de todos funcionários; *ii*) realização de visitas de Inspeção Social com o objectivo de aferir as condições de trabalho dos funcionários e auscultação das suas preocupações profissionais, segurança e higiene no trabalho e outras situações com impacto no seu desempenho laboral; e *iii*) identificação de Postos Fiscais elegíveis para a atribuição de Quites de Primeiros Socorros, em virtude da localização maioritariamente distante dos Postos de Saúde para respostas rápidas de assistência médica.

Nas visitas efectuadas, foram discutidos vários aspectos da Proposta do Regulamento do Fundo Social dos Trabalhadores, cujo processo de auscultação (à nível nacional), iniciado em Abril de 2011, terminou no mês de Dezembro de 2012, na Direcção Regional Sul.

Ainda no concernente aos Assuntos Sociais, a nível dos Recursos Humanos foram desenhadas novas estratégias para a divulgação do Fundo Social dos Funcionários da AT (FUSAT), com vista a imprimir maior dinâmica ao mesmo, que passaram pela exortação de todo o corpo directivo da AT, de modo a que estes se envolvam directamente na contribuição, fiscalização e colecta dos valores para o Fundo Social, divulgação no seio dos trabalhadores por meios formais e informais que contava, até ao mês de Dezembro, com um saldo de 214.798,54 MT (duzentos e catorze mil e setecentos noventa e oito meticais e cinquenta e quatro centavos), resultante de contribuições dos 174 membros do FUSAT.

5.2.1. Subsídio por Morte e Pensão de Sobrevivência

Durante o período em análise, foram tramitados 48 processos de pedidos de abono do subsídio por morte tendo sido pagos 42 estando os restantes 6, ainda em curso. Por outro lado, foram no mesmo período, tramitados 58 pedidos de fixação de pensão, tendo sido fixados 40 de pensão de sobrevivência e 1 de pensão de sangue, sendo que os remanescentes, estão em processo de regularização, uns a nível interno e outros na Direcção Nacional de Contabilidade Pública.

5.2.2. Emissão de Cartões de Assistência Médica Medicamentosa

No que respeita ao processo de emissão de cartões de Assistência Médica e Medicamentosa, como uma garantia social, para a assistência aos funcionários nos momentos mais delicados de suas vidas, durante o período Janeiro a Setembro, foram emitidos 251 cartões, perfazendo um global de 2.188, emitidos desde o início do processo em 2010. Importa referir que os cartões têm a validade de 3 anos, daí que a actividade de emissão de cartões seja de carácter permanente.

5.3. Implementação e Avaliação do Plano de Formação

Com o objectivo de munir os funcionários de conhecimentos, habilidades e ferramentas técnicas a vários níveis, foram programadas 58 acções de formação para 4 áreas, nomeadamente: *i*) Técnica Aduaneira; *ii*) (ATA), Tributária Fiscal (ATF), *iii*) Administração e Gestão (AAG); e *iv*) Tecnologias de Informação e Comunicação (ATICs), tendo sido realizadas quarenta e seis (46), com réplicas nas regiões Centro (28 acções) e Norte (18 acções), o que representa 79,31% da meta planificada.

O incumprimento deveu-se, entre outros, essencialmente a insuficiência de fundos, concretamente na área das TICs, cujos preços usados como base para os cálculos de realização da despesa, mostraram-se desajustados em relação aos preços correntes.

As acções de formação, tiveram réplicas nas 3 regiões e beneficiaram 4.414 formandos, dos quais, 2.815 funcionários da AT, provenientes de todas as regiões e 1.153 novos ingressos, conforme ilustram os dados da tabela 29.

Tabela 29. Formações Realizadas em 2012

Área de Formação	Acções Planificadas	Acções Realizadas	Nº de Formandos			Sub Total	Novos Ingressos	Total
			Região Sul	Região Centro	Região Norte			
Técnica Aduaneira a)	16	16	893	241	145	1.279	474	1.753
Técnica Fiscal b)	10	10	859	20	18	897	679	1.576
Administração e Gestão	15	15	373	190	39	602	0	602
TIC's	17	5	37	0	0	37	0	37
Sub Total	58	46	2.162	451	202	2.815	1.153	3.968
Formações Fora do Plano								446
Total Geral								4.414

a) As acções planificadas nesta área incluem as formações dos novos ingressos nas categorias de Assistente e Guarda Aduaneiro

b) As acções planificadas nesta área incluem as formações dos novos ingressos nas categorias de Técnicos Tributários de 2ª Classe e Auxiliares Tributários

Fonte: DGSC, DIFOR

Como forma de melhorar a dotação financeira dos órgãos locais do Estado, a AT, formou em 27 distritos e 83 postos administrativos, 384 dirigentes e técnicos, sendo: 135 das sedes administrativas e 249 dos postos administrativos, em matérias de mobilização de recursos locais para a geração de receitas.

Foram ainda capacitados 122 técnicos das autarquias locais, dos quais: *i)* 64 da região norte, abrangendo os Municípios de Nampula 10, de Nacala 4, de Monapo 5, de Angoche 4, de Ribáue 1, de Pemba 5, de Mocímboa da Praia 5, de Montepuez 5, de Moeda 5, de Lichinga 12, de Metangula 3 e de Marrupa 5; *ii)* 28 da região centro, todos do Município da Beira; e *iii)* 30 da região sul, dos Municípios de Inhambane 20 e Maputo 10, para dotá-los de capacidades técnicas para a cobrança dos impostos autárquicos, de acordo com o previsto no artigo 84, da Lei nº 1/2008, de 16 de Janeiro (Lei das Autarquias Locais) e o MdE assinado entre a AT e a ANAMM.

No que diz respeito a formação especializada, foram ao longo do período em análise realizadas as seguintes formações:

- i) Medições de Tanques de Combustível, Pipelines e Cargas de Produtos Petrolíferos, na Unidade de Visitas e Controlo (UVC);
- ii) Auditoria ao Sector Financeiro, no IFPFT;
- iii) Normas Internacionais de Relatos Financeiros (NIRFs), realizado no IFPFT;
- iv) Curso Prático de Melhorias de Processos de Negócios, com participação de 14 funcionários;
- v) Curso de língua Inglesa (acção transversal); e
- vi) Capacitação, no território nacional, em auditorias especializadas, nas seguintes áreas:
 - Carbonífera, na Província de Tete e Porto da Beira;
 - Areias Pesadas de Moma e Hidrocarbonetos – nas províncias de Nampula e Cabo-Delgado; e
 - Negociação de contratos de mineração.

Foram também realizadas, 7 acções de formações no âmbito do Projecto e-Tributação dirigidas aos funcionários da AT do 1º Bairro de Maputo – Josina Machel, 2º Bairro de Maputo, Matola e Manhiça, Postos de Cobrança de Xipamanine, do Bairro de Jardim, do Zimpeto, da Machava, Delegação Provincial da AT de Maputo, BAC de Maputo, UGC,s de Maputo, Beira e Nampula, técnicos de supervisão de sistemas correntes da DTIC e ao pessoal (administradores) do Projecto e-Tributação, das Regiões Norte e Centro do País, sobre as seguintes matérias:

- i) Instalação de terminais de acesso;
- ii) Testadores de Aceitação de Utilizadores do e-Tributação (Módulo do NUIT) – abrangendo quinze (15) funcionários;
- iii) Uso do novo repositório – formados 20 funcionários;
- iv) Buzzila (para Relatórios de erros para área de testes) – formados 8 funcionários;
- v) Microsoft Project a cinco 5 funcionários;
- vi) Melhoria de Processos de Negócios – tendo participado 14 funcionários;
- vii) Comunicação Interna e Externa – formados 15 funcionários; e
- viii) Liderança, Motivação de Equipas e Gestão de Tempo, sob monitoria da *MOZFORM*, com a participação de 2 funcionários.

No mesmo período, com vista a criação de capacidades para o manejo dos sistemas da Janela Única Electrónica (JUE), foram formados 2.080 técnicos, dentre os quais, 737 funcionários aduaneiros e 1.343 usuários externos e ainda, foram capacitados 55 técnicos (26 funcionários aduaneiros e 29 usuários externos), de locais onde os sistemas estão operacionais.

5.3.1. Formação dos Novos Ingressos

No âmbito da formação de novos ingressos, foram formados 1.153 candidatos, contra 962 previstos, como medida de contingência para acomodação de possíveis casos de desistências e reprovações de modo a garantir-se o recrutamento em 100% para os vários sectores de actividades,

os quais se distribuem em: *i)* 60 Auxiliares Tributários da 3ª Classe/Motoristas; *ii)* 70 Auxiliares Tributários da 3ª Classe; *iii)* 402 Técnicos Tributários da 2ª Classe; *iv)* 474 Guardas e Assistentes Aduaneiros; e *v)* 65 Assistentes Aduaneiros e Guardas Aduaneiros (Inaptos).

5.3.2. Bolsas de Estudos, Continuação de Estudos e Estágios Pré-Profissionais

Em relação as bolsas de estudos, foram atribuídas 4 bolsas, por três instituições, para cursos de: a) Mestrado em Finanças Públicas; b) Profissional Associado no Secretariado da OMA; c) Mestrado em Gestão e Direcção de Projectos Públicos e Privados; e d) Mestrado em Gestão Aduaneira.

No âmbito da formação, durante o mesmo período, 51 funcionários ávidos de melhorarem as suas capacidades técnicas, submeteram pedidos de continuação de estudos, para os níveis, médio e superior, dos quais, 46 foram autorizados e 5 aguardam despacho de autorização.

Relativamente a estágio académico de estudantes finalistas de diversos cursos nas demais instituições de ensino público e privado do País, com destaque os dos níveis médio técnico-profissional e superior, como forma de permiti-los aliar a teoria à prática, com duração de três meses, sem compromisso laboral nem remuneratório, foram recebidos 503 pedidos, dos quais 197 foram autorizados e estão em curso, enquanto, 96 terminaram o estágio, e, 210 pendentes aguardando o pronunciamento sobre a absorção pelos sectores.

De referir que durante o período em análise, foram recebidos 42 pedidos de estágio profissional dos candidatos ao ingresso na AT, na lista de espera, e todos tiveram a devida autorização, com observância do plasmado no Regulamento de estágio em vigor na instituição.

No âmbito de parcerias com outras instituições para formação académica e ou técnico profissional, no mesmo período, a AT recebeu do Instituto de Educação e Gestão (IEG), um projecto, manifestando interesse para o desenvolvimento de parcerias de formação nas seguintes áreas: Financeira; Estudos de Mercado; Estudos Estatísticos; Tecnológica; Comportamental; Qualidade de Ambiente; Ergonomia, Higiene e Segurança no Trabalho; Qualidade, Higiene e Segurança Alimentar; Energia e Sustentabilidade; Formação de Formadores e Gestão de Projectos, cuja implementação está prevista para o ano 2013.

No mesmo âmbito, foi recebido da JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional, uma oportunidade de desenvolvimento de carreira aos oficiais aduaneiros dos países membros em vias de desenvolvimento para a aquisição de conhecimentos sobre padrões internacionais do comércio; do perfil das alfândegas japonesas e dos problemas resultantes da introdução ou implementação dos padrões do comércio internacional, tendo viajado para benefício desta oportunidade o funcionário Custódio Issaca Macamo, com a categoria de Superintendente Aduaneiro, afecto na Direcção de Cooperação Internacional.

5.3.3. Criação do IFPFT para Ministras Cursos de Nível Superior

Na sequência da revitalização do processo de criação de uma Instituição de Nível Superior para a Autoridade Tributária de Moçambique foram retomados os contactos com a Direcção Nacional de Coordenação do Ensino Superior, do Ministério da Educação, com vista ao aconselhamento sobre o formato a dar à Instituição de Ensino Superior a criar.

Na mesma altura foi aprovado o projecto de construção da Instituição de Nível Superior, cuja primeira fase inclui a edificação dos dois primeiros blocos constituídos por salas de aulas;

laboratórios de línguas e de informática; e parte dos blocos administrativo e residencial. Estes primeiros edifícios possibilitarão a leccionação dos primeiros cursos, logo que a documentação exigida para a sua criação for aprovada pelo Ministério da Educação.

Na sequência da assistência fornecida pela Intertek à área da Formação, na AT, com base no acordo entre esta organização e o Governo de Moçambique, foi contactada a primeira para a avaliação da possibilidade de contratação de uma empresa de consultoria especializada na área de educação e formação, para obtenção de assessoria na formulação dos planos curriculares e dos créditos académicos dos cursos a leccionar nesta Instituição, de entre outros aspectos requeridos pela Lei do Ensino Superior.

Neste contexto, foi contratada a HighScore Moçambique, uma empresa de consultoria especializada nas áreas de formação, gestão, recursos humanos, planeamento estratégico, desenvolvimento, reengenharia organizacional e pedagogia, com estreitas relações com várias Universidades e Institutos Politécnicos internacionais, para assessorar a AT (Direcção de Formação), na materialização de um conjunto de actividades, que têm como base a revisitação da documentação inicialmente preparada para a criação da Instituição de Nível Superior.

A par deste processo, foi elaborada uma brochura sobre a importância da necessidade de uma Instituição de Ensino Superior para a AT, para o conhecimento e sensibilização de entidades governamentais, parceiros de cooperação e outras instituições, tendo como base os seguintes documentos de apoio, superiormente aprovados: Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária (em formação): de unidade de capacitação a Instituto Superior Politécnico (2009); e Reflexão sobre a criação da Instituição de Ensino Superior para a Autoridade Tributária de Moçambique (2012), aguardando-se a edição gráfica em 2013.

VI. ACÇÕES NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

6.1. Projecto e-Tributação

No âmbito da implementação do Projecto e-Tributação, durante o período, foram realizadas actividades técnicas, funcionais, de gestão, de infra-estrutura tecnológica, entre outras, concorrendo para os seguintes resultados:

a) Módulo de Registo do NUIT

Com a aprovação do novo Regulamento do NUIT, contendo as alterações no âmbito do Projecto, através do Decreto n° 28/2012, de 26 de Julho, foi elaborada a proposta dos novos formulários de NUIT, estando a cuidado da Direcção de Política Tributária do GPECI, para o seguimento dos trâmites legais de aprovação.

Foram elaborados os procedimentos do NUIT que foram utilizados no âmbito da implementação do pré-piloto do Módulo de Registo do NUIT nas Unidades de Grandes Contribuintes (UGC) de Maputo e no 1º Bairro de Maputo onde também teve início o processo dos testes de aceitação da versão 1.2 do NUIT concebido no âmbito do e-Tributação

Foi igualmente expandido o novo Modelo do NUIT do e-Tributação pelas UGC's de Maputo, Beira e Nampula, tendo sido actualizados os dados fiscais de 124 grandes contribuintes, dos quais 30 na UGC de Maputo, 45 da Beira e 49 de Nampula, de um universo de 850.

Deu-se início a criação de formulários para migração manual de dados do NUIT, que nesta primeira fase pressupõe que as DAF's continuem a utilizar os sistemas actuais (NUIT e SICR) na sua totalidade para todos os processos inerentes ao registo e cobrança de impostos. Sendo que, o novo sistema (e-Tributação) esteja apenas a efectuar a renovação (re-registo) de sujeitos passivos das respectivas DAF's abrangidas, sem no entanto proceder com o registo inicial.

Nesta fase, o sistema e-Tributação comunica-se com o sistema NUIT actual, onde se procede com a verificação da conformidade das alterações dos dados efectuadas ao actual sistema NUIT através do processo de renovação no sistema e-Tributação, para efeito de garantia de conformidade dos interfaces entre os dois sistemas bem como possibilidade de migração para o Piloto.

b) Módulo IVA/ISPC

Foi feito o levantamento dos requisitos com impacto na alteração da legislação e submetida ao sector competente para os devidos efeitos e, iniciada a elaboração do desenho do Modelo de Negócios do IVA e ISPC, prevendo-se que o mesmo seja concluído até Fevereiro.

Paralelamente à esta actividade, foi realizado um Workshop sobre o IVA e ISPC, envolvendo a AT, CEDSIF e ORACLE, que permitiu apurar que o ETPM deve ser adequado ao nosso sistema de IVA para responder com eficácia todas as necessidades deste Módulo. Tendo sido programado mais um workshop para o mês de Março de 2013, para harmonização.

c) Módulo IRPS/IRPC e Processos Comuns

Concluída a revisão da descrição da situação actual e feito o levantamento de novos requisitos dos Impostos sobre o Rendimento (IRPS e IRPC), tendo em conta as funcionalidades do ETPM e foi iniciado o levantamento de outros requisitos que poderão resultar em alterações das actuais

funcionalidades já concebidas no ETPM para as funcionalidades desejadas pelo e-Tributação para a parametrização do Modelo de negócio em sistema electrónico.

Deu-se ainda início à elaboração do *draft* do modelo de negócio de pagamento via banco, prevendo-se a sua conclusão até Fevereiro de 2013 e foi concluído o modelo de negócio de processos comuns (pagamentos), que vai permitir a execução e pagamentos dos impostos via banco e via *internet*, implementação de contenciosos nas DAF's, execuções fiscais e outros.

d) Outras Actividades

- Realizada a divulgação interna do Projecto, cuja 1ª fase decorreu de 04 de Julho a 16 de Agosto, nas unidades de cobrança (DAF's) e unidades orgânicas das Delegações da AT da Província e Cidade de Maputo e a 2ª teve lugar de 1 a 25 de Outubro, em todas as DAF's e postos de cobrança das Regiões Sul, Centro e Norte do país;
- Concluída a preparação do ambiente de teste de aceitação (UAT);
- Concluída a configuração e disponibilização para acesso nos ambientes de teste, formação e na produção para o pré-Piloto;
- Feita a configuração e desenvolvimento da autenticação (*Security Framework*);
- Desenvolvida a *Interface* de integração entre NUIT e o e-Tributação; e
- Implementado o Link de 2 Mbps entre AT e CEDSIF, para o acesso ao sistema.

6.2. Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte – Fase 1

O Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte, para a facilitação do acesso aos serviços da Administração Tributária pelos contribuintes, foi subdividida em duas fases, sendo a primeira a de implementação de uma central de atendimento que inclui algumas actividades preparatórias do arranque da fase 2 e, a segunda, a de implementação do portal do contribuinte para envio de declarações e pagamentos electrónicos dos impostos.

O Governo de Moçambique, representado por S. Exa. o Ministro das Finanças assinou um acordo de financiamento com o ICF, representado pelo seu Director Executivo, no valor total de 36,90 milhões de MT equivalente a 1.168.400,00 USD (incluindo 15% de contingência), repartidos em 23,61 milhões de MT pelo ICF e 13,29 milhões de MT pelo Governo de Moçambique.

Em 2012, foi desembolsado o total de 10,98 milhões de MT, equivalentes a 374.439,45 USD. Deste montante foi executado 8,19 milhões de MT equivalentes 275.459,42 USD e 2,00 milhões de MT equivalentes a 68.395,57 USD, correspondentes a 100,00% e 71,62% do Governo de Moçambique e da dotação inicial do ICF respectivamente, em diversas actividades, com destaque para reabilitação das instalações onde o projecto funciona, formações, visitas de estudo, consultoria para assessores tributário e do projecto, salários e remunerações, bens e serviços e aquisição de maquinaria e equipamento

Foi programado o lançamento de 5 concursos, sendo 3 para contratação de consultorias: assessor do projecto, assessor tributário e assessor em comunicação e 2 para a contratação de bens e serviços: mobiliário do *call center* e solução/plataforma de *call center*. Como resultado foram efectivamente contratadas duas consultorias e está em curso o processo de contratação de bens e serviços para a aquisição da solução/plataforma de *call center*, a ser pago pelo ICF. No caso do concurso do mobiliário, o mesmo não foi lançado dado que a AT possui contratos de fornecimento de mobiliário e o mesmo foi já alocado ao projecto.

Estava prevista a realização de 10 acções de formação tanto no exterior como internamente, tendo sido realizadas 4 acções de formação, sendo 3 no exterior e 1 internamente. Paralelamente, foram realizadas entre 13 a 19 de Dezembro, visitas/palestras a 11 locais dentre eles áreas fiscais, postos de cobrança, estâncias aduaneiras e postos fiscais (DAF 1ºB, DAF 1ºB – PC Josina Machel, DAF 2ºB, DAF 2ºB- PC de Xipamanine, DAF 2ºB- PC de Jardim, UGC Maputo, TIEPO, DAF da Matola, DAF da Matola -PC da Machava, Tiauto III e Tiro).

Em coordenação com o Gabinete de Comunicação e Imagem, foi elaborada uma Estratégia de Comunicação com o respectivo Plano de Acção e Orçamento com vista a realização de acções de comunicação e divulgação. A mesma foi finalizada e aprovada pelo Comité Executivo do Projecto.

Aguarda-se pela finalização do concurso de aquisição da solução (hardware e sistemas) para a montagem do equipamento da Central de Atendimento, dado que o projecto já possui instalações, as quais foram reabilitadas e entregues em finais de Novembro.

6.3. Projecto Janela Única Electrónica

A implementação da Janela Única electrónica (JUE) abrangeu 30, de um total de 125 estâncias aduaneiras. As 30 estâncias são responsáveis por 90% das declarações processadas pelas Alfândegas, para o desembaraço de mercadorias, nos regimes gerais de importação e exportação. Contudo, em 2012, foram processadas por estas estâncias 19,07% das declarações de importação e exportação, em virtude de a utilização da JUE ter iniciado em Abril abrangendo apenas em 4 estâncias, nomeadamente nos três principais terminais marítimos nacionais (Maputo, Beira e Nacala) e na Alfândega de Tete e, em Setembro nas restantes 26, com destaque para os Terminais Internacionais Rodoviários de Maputo (TIRO), Namaacha (TIRONA) e de Ressano Garcia, Terminais Internacionais de Automóveis (TIAUTOS 1, 2 e 3), Terminal Intencional Aéreo (TIAR – Maputo), Terminal Internacional Multimodal (MULTIMODAL – Carga), entre outros, cobrindo os 7 maiores pontos de entrada.

No âmbito da implementação da JUE, foram assinados acordos de adesão ao Sistema Electrónico de Colecta de Receitas, com 6 bancos comerciais, nomeadamente: Banco Comercial e de Investimentos (BCI), Moza Banco, First National Bank (FNB), Banco Único, Millenium BIM e Standard Bank, cujos objectivos são: *i*) implementar a bancarização dos impostos em geral; *ii*) assegurar o pagamento das despesas e taxas aduaneiras, de forma mais simplificada e célere, melhorando a eficiência do processo de desembaraço alfandegário de mercadorias; e *iii*) garantir a troca segura de informação com a AT, facilitando a colecta de receitas e a sua transferência para as contas do Estado.

O sistema está a ser implantando gradualmente, tendo em conta que durante o ano de 2012 houve uma tendência de aderência de importadores (usuários) com pretensões de fazerem a monitoria dos seus processos via JUE, que é explicada pela inscrição de 1.123 utilizadores MTN (comunidade de usuários - despachantes, bancos, etc., excluindo as alfândegas) e de 797 Utilizadores CMS (sistema de gestão aduaneira), apesar de as mercadorias continuarem a ser desembaraçadas maioritariamente num período acima de 48 horas, constituindo, a redução dos tempos de desembaraço, no momento, um dos maiores desafios que deve ser dado prioridade.

No que se refere ao processamento de DU's, foram processadas 70.474 Declarações Aduaneiras, das quais, 63.470 de Importações, 5.609 de exportações e 1.395 de ZFI, ZEE e Lojas Francas, que proporcionaram a colecta de receitas no montante de 10.498,23 milhões de MT, correspondentes a

33,64% da receita cobrada pelos impostos sobre o comércio externo e 10,65% da receita total da AT.

Com vista a garantir dinâmica, flexibilidade e segurança no processo de implementação da Janela Única Electrónica, foram formados 3.088 utentes (despachantes aduaneiros e funcionários das Alfândegas) da JUE, nomeadamente, 1.815 Tradenet (Agências de Navegação e Autoridade Portuária; 1.273 operadores de Terminal, Despachantes, Transitários, Bancos, Correios Importadores e Exportadores.

A este número acresce-se a formação dos técnicos da equipa de implementação da JUE, onde foram ministrados 14 novos Módulos do Sistema e 17 de Fluxo da JUE.

Ainda com o objectivo de garantir dinâmica, flexibilidade e segurança no processo de implementação da JUE, foram entre outros:

- Desenhados e enviados à DGA e a gestores das estâncias aduaneiras 21 procedimentos dos diversos fluxos do sistema JUE;
- Desenhada a proposta dos mecanismos de interconectividade entre Moçambique e África do Sul;
- Desenhado o modelo a ser usado para a troca de informação entre o Banco Central, Bancos Comerciais e Alfândegas; e
- Elaborada a guia explicativa da declaração aduaneira modelo sul-africano.

6.4. Manutenção Evolutiva e Correctiva dos Sistemas Correntes

6.4.1. No âmbito do Controlo e Cobrança da Receita

Sistema SICR

De um modo geral, o sistema SICR manteve-se estável nos locais onde se encontra instalado não tendo sido reportados casos de indisponibilidade que comprometessem o processo de cobrança de receitas, durante o período em análise.

Sistema TIMS

No que concerne ao sistema TIMS, este, manteve-se estável nos locais onde se encontra instalado não tendo sido reportados casos de indisponibilidade que comprometessem o processo de cobrança de receitas.

Foram implementadas as actualizações da pauta aduaneira emanadas nos acordos de trocas comerciais da SADC.

Em parceria com as outras instituições membros do grupo de trabalho de estatísticas do comércio externo foram desenvolvidas acções que visaram o melhoramento da qualidade dos dados estatísticos, compreendendo a correcção de DU's com erros de digitação, o desembaraço de DU's pendentes, a formação dos Despachantes e funcionários das Alfândegas que lidam com a tramitação dos DU's.

Ao longo de 2012, o módulo de importação do TIMS foi desabilitado em todos locais onde foi implementada a JUE.

Sistema NUIT

De um modo geral, o sistema garantiu o registo e atribuição de NUIs ao nível das metas traçadas. De forma a estender os locais de atribuição de NUIs, foi ainda instalado o Sistema mini Aplicativo VB, que embora não sendo online, permite a atribuição de NUI's. Este procedimento foi implementado nas DAF's não informatizadas e postos de cobrança, BAUs e alguns Postos Administrativos em articulação com a Administração local.

Usando as facilidades da internet, iniciou-se com testes de utilização da técnica da Rede Privada Virtual (*Virtual Private Network – VPN*) para aceder ao sistema NUIT de forma online. O ensaio foi feito com sucesso no decorrer da FACIM edição 2012, tendo sido expandido para os BAUs da Matola, de Xai-Xai, de Inhambane, de Tete, da Beira, de Chimoio e de Quelimane.

Ainda no mesmo período, foram adquiridas 10 impressoras de cartões, e distribuída uma por Província, o que impulsionou o processo de emissão de cartões de NUIT, tendo sido implementados procedimentos uniformes da sua utilização e treinados os respectivos utilizadores.

No âmbito dos vários protocolos assinados entre a AT e outras instituições tais como o INE, INSS, CEDSIF e Municípios, estão sendo passados com a regularidade estabelecida ficheiros contendo dados do NUIT.

Em consequência do aumento da demanda dos pedidos e do número de pontos de atribuição e de utilizadores simultâneos, o sistema tem-se mostrado lento em períodos de pico, devido a grande pressão sobre o sistema, sendo a implementação do novo sistema NUIT do e-tributação a solução definitiva.

Outros Sistemas

- **Sistema de Gestão de Reembolsos**

Este sistema, tem o escopo limitado ao controlo da entrada de processos de reembolso proveniente das DAF's, passando pelo registo da análise do técnico, pela aprovação do Director até a autorização do pagamento, sendo de realçar, que não tem ligação com o sistema SICR.

Para a sua operacionalização, foram formados todos os funcionários que lidam com os processos de reembolsos de IRPS.

- **Aplicativo para o Cálculo de IRPS 1ª Categoria**

No que concerne ao sistema de gestão do DPIVA (Declaração Periódica do IVA), foi concebido um pequeno aplicativo que guarda o histórico do Sujeito Passivo. Para o pagamento do IVA liquidado pelas sucursais, seria usado o Modelo B geral no SICR para acomodar a implementação do Decreto 4/2012, de 24 de Fevereiro, uma vez que não se mostra viável actualizar o SICR.

- **Sistema de Gestão DPIVA**

No que concerne ao sistema de gestão do DPIVA (Declaração Periódica do IVA), foi concebido um pequeno aplicativo que guarda o histórico do Sujeito Passivo. Para o pagamento do IVA

liquidado pelas sucursais, seria usado o Modelo B geral no SICR para acomodar a implementação do Decreto 4/2012, de 24 de Fevereiro, uma vez que não se mostra viável actualizar o SICR.

6.4.2. No Âmbito da Gestão Administrativa

Gestão de Equipamento

Na prossecução dos objectivos da AT, foram efectuadas tarefas visando garantir a comunicação, segurança do equipamento informático, controlo do sistema de base de dados e acompanhamento dos trabalhos dos projectos do e-Tribuição e da JUE, para além de todos os aspectos ligados às TIC's.

Neste período foram desenvolvidas soluções informáticas, infra-estruturais, de comunicação e de sistemas de informação necessárias ao cumprimento das funções acometidas à AT, garantindo o devido apetrechamento do parque informático, a manutenção e a gestão dos sistemas informáticos.

Foi ainda feito um levantamento resultante da articulação com os diferentes sectores da AT, com vista a definição das necessidades reais de cada um destes, cujo processo terminou com o lançamento de um concurso público para aquisição de equipamento informático para a sua posterior distribuição pelos sectores.

Sistemas de Comunicações

De um modo geral, não se reportaram situações de indisponibilidade que tomassem repercussões alarmantes. As situações reportadas foram debeladas num espaço de tempo aceitável, contudo, as TDM reportaram problemas nos circuitos que impediram a comunicação entre a central e alguns sites.

No que diz respeito à implementação do sistema de vídeo-conferência, foi feita a aquisição do respectivo equipamento para a central e sedes regionais centro e norte e, adicionalmente foi concluído o processo de instalação, interligando as cidades de Maputo, Beira e Nacala, em comunicação vídeo-áudio, estando em pleno funcionamento e disponível para acções de formação e outros eventos que possam ser usados como benefício deste sistema. Para conferir o devido suporte ao sistema, foram formados 5 técnicos a nível central, 5 da RTIC-Centro e 4 da RTIC Norte.

Manutenção Profilática dos Sistemas e Equipamentos

O processo de manutenção profilática dos sistemas e equipamentos foi realizado à escala nacional e foi levado a cabo pelas equipas implantadas nas regiões e centralmente as intervenções foram executadas pelas equipas aí implantadas.

Estas acções consistiram na partilha de recursos de rede, manutenção dos servidores, *backup* da informação, reparação de PC's, certificadoras e impressoras, varreduras de vírus, contactos com a TDM com vista a reposição das comunicações e interacção com os funcionários sobre as boas práticas que devem ser por estes assumidas ao lidar com os equipamentos e sistemas informáticos

Sistemas de Gestão Administrativa – PHC

Com vista a melhorar o desempenho e disponibilidade do sistema foi encontrada uma solução que visa amenizar os problemas de lentidão através da aquisição de antenas que se mostra mais vantajosa em termos de custos comparativamente ao uso de uma linha de fibra óptica.

- **Módulo de Aprovisionamento e Contratos**

Foram realizados alguns encontros técnicos com a DLI, estes determinaram alterações que foram feitas ao nível do sistema e realizou-se a formação de 10 utilizadores a nível central. Foi ainda feita a introdução de todos os contratos, aguardando-se a fase de requisição por via do sistema.

- **Módulo de Património**

Este módulo permite a catalogação de todo o património bem como a sua localização por região e serviços centrais, facilitando, deste modo, a gestão na distribuição do património da AT. Para o efeito, foram criadas todas as condições técnicas e materiais para que o processo decorra sem sobressaltos.

- **Aplicativo de Gestão de Armazém DLI**

No mesmo período, foi desenvolvido um aplicativo que visa fazer a gestão de todos os bens armazenados, sua proveniência bem como o destino a ser dado aos mesmos.

VII. GESTÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

7.1. Execução do Orçamento

Durante o ano de 2012, foi executado o montante de 3.760,58 milhões de MT, que representa um nível de realização de 96,40% face ao total do orçamento anual actualizado da AT de 3.900,96 milhões de MT. Do total executado no período, 3.599,19 milhões de MT corresponde a componente interna de financiamento e 161,39 milhões de MT a financiamento externo através do Fundo Comum, conforme a tabela 30 e gráfico 18.

No que refere aos recursos internos, a execução situou-se em 99,69%, com um crescimento nominal de 72,82%, quando comparado com a execução de 2011, tendo em conta o valor de 2.082,68 milhões de MT executado naquele período. Este crescimento é explicado essencialmente pelo aumento do nível de execução das rubricas Despesas com Pessoal, que representa um peso de 75,06% do valor total dos recursos internos e um crescimento nominal de 80,84%, quando comparado com o ano de 2011, que se considera a maior despesa da instituição, seguida pela rubrica Bens e Serviços com um peso de 14,56% do total da despesa em recursos internos e um crescimento de 44,02%.

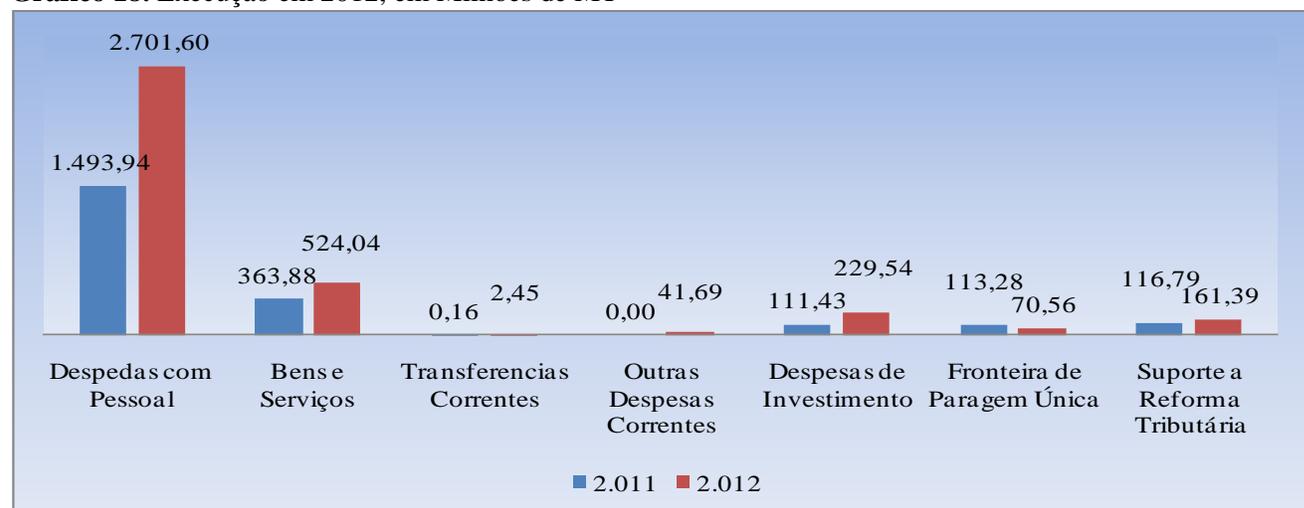
Tabela 30. Balancete de Execução do Orçamento – 2012

Unidades 10⁶MT

Descrição	Execução 2011	Dotação Orçamental (b)	Dotação Disponível (c)	Reforço/Variação (d)	Dotação Actualizada (e)	Execução 2012	Saldo (g)	Despesa em % (f/e)	Estrutura/Despesa
Despedas com Pessoal	1.493,94	2.166,84	1.842,26	861,21	2.703,47	2.701,60	1,87	99,93%	75,06%
Salários e Remunerações	1.483,38	2.157,79	1.834,12	799,66	2.633,78	2.632,76	1,02	99,96%	73,15%
Outras Despesas com Pessoal	10,56	9,05	8,14	61,55	69,69	68,83	0,86	98,77%	1,91%
Bens e Serviços	363,88	423,87	387,29	139,37	526,66	524,04	2,62	99,50%	14,56%
Transferencias Correntes	0,16	2,30	1,96	0,61	2,57	2,45	0,11	95,54%	0,07%
Outras Despesas Correntes		12,49	11,24	31,65	42,89	41,69	1,21	97,19%	1,16%
Despesas de Investimento	111,43	200,00	184,81	49,88	234,69	229,54	5,15	97,81%	6,38%
Fronteira de Paragem Única	113,28	70,00	63,00	7,60	70,60	70,56	0,04	99,94%	1,96%
Call Center	0,00	30,00	27,00	2,40	29,40	29,32	0,08	99,71%	0,81%
Sub Total 1 (Fundos Internos)	2.082,68	2.905,50	2.517,56	1.092,72	3.610,28	3.599,19	11,09	99,69%	100,00%
Suporte a Reforma Tributária	116,79	290,67	290,67	0,00	290,67	161,39	129,28	55,52%	
Sub Total 2 (Fundo Comum)	116,79	290,67	290,67	0,00	290,67	161,39	129,28	55,52%	
Total Geral	2.199,47	3.196,18	2.808,23	1.092,72	3.900,96	3.760,58	140,37	96,40%	

Fonte: DGSC – DF

Gráfico 18. Execução em 2012, em Milhões de MT



7.1.1 Salário e Remunerações

A despesa com salários e remunerações no ano de 2012, incluindo o pagamento de 13º vencimento referente ao ano de 2012, foi de 2.632,76 milhões de MT o equivalente a 99,96% em relação a dotação disponível actualizada. Esta execução corresponde a um crescimento nominal de 77,48% em relação a execução para o ano de 2011.

7.1.2 Outras Despesas com Pessoal

Quanto a rubrica Outras Despesas com Pessoal, a dotação actualizada atingiu o valor de 69,69 milhões de MT, e a execução situou-se na ordem dos 68,83 milhões de MT, correspondente a 98,77% da dotação disponível actualizada, conforme a tabela 30.

7.1.3 Bens e Serviços

A execução da rubrica Bens e Serviços durante o período em análise foi de 524,04 milhões de MT, equivalente a 99,50% da dotação disponível actualizada, de acordo com a tabela 29, correspondente a um crescimento de 44,02% em relação ao ano de 2011, com um saldo residual de 2,62 milhões de MT.

7.1.4 Despesas de investimento

No que concerne a rubrica de investimento, importa referir que durante o ano de 2012 foi executado o valor de 229,54 milhões de MT o que corresponde a 97,81% da dotação actualizada, conforme a tabela 29 e gráfico 20. Esta execução corresponde a um crescimento nominal de 106,00% quando comparado com igual período anterior. Do total executado, maior parte foi gasta em construções, aquisição de meios de transporte e maquinaria diversa.

7.1.5 Fronteira de Paragem Única – Implementação e Execução do Orçamento

➤ Fronteira Turística/Recinto da Fronteira

No que concerne ao projecto de **Fronteira Turística/Recinto da Fronteira**, foi concluída a estrada alternativa para a circulação de camiões de grande porte, vulgo “*by pass road*”, que permitiu a melhoria no atendimento e movimento de pessoas e bens no recinto do posto fronteiriço. Adicionalmente foi construído um edifício e um canal pedestre para atendimento de peões, com vista à segregação do movimento e eliminação dos acidentes peão/viatura que outrora sucediam. Neste momento o canal pedestre apenas é utilizado em períodos de pico pela Migração.

De referir que o balcão de mineiros durante a quadra festiva foi transferido temporariamente para o Km 7 do lado sul-africano, no período entre 20 a 24 de Dezembro de 2012 e para o Km 4 a partir de 2 a 10 de Janeiro de 2013.

➤ Terminal Internacional Rodoviária - KM4

Em relação ao **Terminal Internacional Rodoviária - KM4**, que tem merecido muita atenção por parte da Instituição com vista a facilitação do comércio, beneficiou das seguintes acções:

- Montagem pelo MCnet do sistema de emissão electrónica de memorandos via Janela Única Electrónica (JUE);

- Montagem de um gerador com capacidade de 20KVA para alimentar apenas o sector onde está instalado o sistema JUE;
- Finalização da pavimentação do recinto para examinação de mercadorias de micro-importadores;
- Reposição e Iluminação de toda parte vedada do KM.

➤ **Zona de Reassentamento**

O projecto de reassentamento compreende 51 casas. Destas 16 moradias foram entregues por Sua Exa. o Ministro das Finanças em Cerimónia pública no dia 02 de Agosto de 2012, presenciada pelo Exmo. PAT, Membros do Governo Provincial e quadros de vários níveis, sendo, 14 casas entregues a populares, 01 para PRM- Posto de polícia e 01 para a Direcção Distrital de Saúde – Posto de Saúde.

Do montante de 70,60 milhões de MT previsto para aplicação no Projecto de Fronteira de Paragem Única em Ressano Garcia, foram gastos 70,51 milhões de MT, na realização das acções acima descritas, constantes no plano de actividades, representando 99,88% de realização, conforme tabela 29 e gráfico 17.

7.1.6 Suporte a Reforma Tributária (Fundos Externos)

No que tange ao suporte a Reforma Tributária (Fundo Comum), para o exercício económico de 2012, foi inscrito o montante de 111,34 milhões de MT, constituído por promessas dos parceiros de cooperação, expressas até a aprovação do Orçamento do Estado. Posteriormente houve outras promessas cujo montante, adicionado ao acima mencionado e ao saldo existente a 31 de Dezembro de 2011, totalizaram 290,67 milhões de MT.

Em 2012 foi executado o montante de 257,90 milhões de MT, dos quais: 161,33 milhões de MT pela AT e 96,57 milhões de MT pelo CEDSIF no âmbito do Projecto e-Tributação. Este grau de execução equivalente a 89,73% do valor orçamentado, o qual foi gasto em actividades inscritas no Plano de Actividades e Orçamento Anual da AT de 2012, com impacto na reforma tributária.

7.2. Património da AT

7.2.1. Concursos e Contratos

No período em análise, foram lançados 58 concursos dos quais 48 públicos, 09 limitados e 01 de pequena dimensão. Do total dos concursos lançados, 08 foram cancelados antes da abertura das propostas e 05 ficaram desertos. Dos concursos abertos, 44 foram adjudicados, e 01 encontra-se em avaliação. Em relação aos contratos, no mesmo período, foram registados 141, dos quais 18 de adesão. Do total dos contratos, 94 são respeitantes à Prestação de Serviços, 32 são referentes a Fornecimento de Bens, 15 são de Empreitada de Obras. No mesmo período registaram-se ainda 45 procedimentos de contratação por Ajuste Directo.

Foram enviados, para fiscalização, ao Tribunal Administrativo 95 contratos dos quais 53, para fiscalização sucessiva e 42 para fiscalização prévia, sendo que os restantes, até ao final do exercício económico, estavam em processo de regularização para posterior envio ao Tribunal.

Quanto às regiões, destaca-se a região centro com 39 concursos lançados, dos quais 37 públicos, 02 limitados e 02 procedimentos de contratação por Ajuste Directo e 52 contratos celebrados,

dentre os quais 11 são de adesão e os restantes são administrativo, seguido da região sul com 19 concursos, dentre os quais 04 e 15 limitados, tendo celebrado 38 contratos todos isentos de fiscalização prévia e, por último, a região norte que lançou um total de 16 concursos dentre os quais 05 públicos e 11 de pequena dimensão e um total de 25 contratos celebrados dos quais 02 tiveram visto e 06 ainda estão no Tribunal.

7.2.2. Imóveis, Reabilitações e Construções

Durante o período foram realizadas diversas acções, com realce para a reabilitação dos seguintes pontos: (i) DAF 1º Bairro Fiscal (Maputo); (ii) DAF Magude; (iii) Residência de Magude; (iv) DAF de Vilanculos; (v) Projecto e-Tributação e Call Center; (vi) DAF 1º Bairro da Beira; (vii) DAF Moatize e; (viii) Posto de Cobrança de Monapo.

Em termos de construções, foram iniciadas diversas obras em todas as regiões do país, tendo sido concluídas no exercício de 2012, apenas a construção da Caserna masculina e feminina no IFP-Boane, em Maputo e a construção de 4 casas para a população abrangida pelo traçado do PFPU. As restantes obras (escritórios mistos, que contemplam escritório e residência), encontram em diferentes fases de execução com previsão do término para 2013.

Foram inauguradas as seguintes instalações:

- Posto de Cobrança da Machava (DRS-Maputo);
- Posto de Cobrança da Macia (DRS-Gaza);
- Delegação da AT na Província de Tete (DRC);
- Posto Fiscal e de Cobrança de Marromeu (DRC);
- Posto de Cobrança de Angónia (DRC- província de Tete);
- Posto Fiscal Fiscal e Residencia em Pebane (DRC-Província da Zambézia);
- Posto de Cobrança de Morrumbala (DRC- Província da Zambézia);
- Posto Fronteiriço de Madjedje (DRN-Província de Niassa); e
- Posto móvel de Luabo (DRC)

Estão em perspectiva de inauguração 18 obras, entre escritórios, complexo residencial e postos de cobrança em diversos pontos do país, sendo:

- 10 na Região Sul - instalações do Projecto e-Tributação, o IFP de Boane e 8 postos de cobrança;
- 3 na região Centro: 2 postos de cobrança e o Complexo Residencial de Tete (fase 1 e fase 2); e
- 5 postos de cobrança na região Norte.

7.2.2.1. Manutenções

Foram realizadas visitas às Direcções Regionais com vista a aferição do estado de conservação dos edifícios, tendo – se constado que a Região Centro é a mais crítica em termos de degradação das infra-estruturas, com destaque para as Províncias da Zambézia e Tete.

7.2.2.2. Aprovisionamento

No tocante ao aprovisionamento, foram realizadas todas as actividades planificadas e rotineiras, com destaque para: (i) Organização das comemorações do 5º Aniversário da AT e 6º Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira, ambos realizados no dia 16 de Março de

2012; (ii) Provimento de material e consumíveis de escritório, géneros alimentícios e artigos de higiene e limpeza a todas as direcções da AT, recepção e distribuição de material de escritório e distribuição nacional de agendas e calendários; (iii) Criação de condições para a realização da IX Sessão do Conselho da Fiscalidade, decorrido no VIP Hotel Maputo, no dia 10 de Agosto de 2012; (iv) aquisição e distribuição de uniformes aos novos ingressos (impostos internos)

VIII. PLANEAMENTO E ESTUDOS

8.1 Planeamento

Foi garantido o acompanhamento da implementação do Plano Estratégico da AT 2011/2014, através da planificação das actividades anuais da AT em conformidade com esse plano e, sua monitoria por via de relatórios periódicos de desempenho. Com recurso aos resultados de desempenho do ano foi possível adequar as acções para 2013, orçamentando de acordo com as prioridades, tanto no âmbito das reformas tecnológicas e estruturais, quanto aos desafios crescentes de colecta de receitas.

O processo de planificação foi envolvente e interactivo, com a participação de todos os funcionários da AT. O processo incluiu acções de formação e capacitação em todas as Províncias, prioritariamente dirigida aos funcionários responsáveis pela elaboração dos planos a nível local e, de divulgação dos planos e relatório para o domínio e acompanhamento de todos. Foram igualmente formados os novos ingressos, em matérias relativas aos instrumentos de gestão da AT, destacando, o Plano Estratégico 2011-2014, o Plano de Actividades da AT para o ano 2012 e o processo de elaboração de Relatórios de Balanço das Actividades da AT.

Em apoio a diversos instrumentos de políticas e gestão de finanças públicas, foram produzidas e submetidas a diferentes entidades do Governo e outros parceiros, nacionais e estrangeiros, informações reflectindo o desempenho da AT no âmbito da implementação das reformas e de políticas tributárias, com destaque para o Balanço do Plano Quinquenal do Governo, do PARP, do PES, Reforma do Sector Público, Estratégia da Reforma da Administração Pública (ERDAP), o *Policy Support Instrument* (PSI), Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD), *Public Expenditure and Finance Accountability* (PEFA), Melhoria do Ambiente de Negócios, Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP), entre outros.

No âmbito do financiamento de actividades de reforma tributária, inscritas no plano de actividades e orçamento da AT, através do Fundo Comum da AT, foram recebidos 56 projectos dos diversos sectores da AT e analisados em função dos requisitos que devem obedecer, tanto tecnicamente como em obediência ao MdE do Fundo Comum, tendo sido autorizados 51 projectos, dos quais 16 da DGA, 08 da DGI, 08 do GCI, 09 do GPECI, 02 da DRN, 02 da DGSC (DTIC e IFPFT), 07 do GCIm, 01 da Delegação Provincial de Cabo Delgado, 01 de Delegação Provincial da Cidade de Maputo. A não aprovação de 4 projectos deveu-se à falta de enquadramento no Plano e o quinto por não ser oportuno, devendo ser implementado no âmbito do projecto e-Tributação.

No que se refere ao acompanhamento sistemático da implementação das acções constantes dos Planos Estratégico e de Actividades da AT, inseridas no contexto da gestão de mudanças, foram realizados encontros do Grupo Técnico de Apoio à Equipa Executiva de Gestão de Mudanças do CST, num total de 18 sessões, onde foram apreciados os projectos financiados pelo Fundo Comum da AT, o grau de implementação das actividades estratégicas da AT e as propostas de actividades a serem desenvolvidas em 2013, entre outras matérias decorrentes da execução dos instrumentos de gestão da AT.

8.2 Estudos

Com vista a sustentar as acções de reforma fiscal e aduaneira, foram, em articulação com entidades públicas e privadas relevantes, concluídos, continuados e iniciados, os seguintes estudos:

- a) Concluídos a nível técnico e aprovados pela Assembleia da República

- Alteração do regime jurídico da retenção na fonte do IRPS sobre rendimentos da 1ª categoria, a título definitivo, com vista a eliminar por completo os processos de reembolsos, pagamentos à final e a simplificação do CIRPS. Concluído, apresentado em sede do CST e culminou com a aprovação do CIRPS pela Assembleia da República. Este estudo aponta para a alteração da tabela de retenção na fonte constante do DM nº 243/11, de 12 de Outubro e a revisão dos pressupostos do englobamento para casados prescritos nos artigos 18 e 20 do CIRPS.

- Impacto fiscal da equalização do tratamento tributário entre as Obrigações de Tesouro (OTs) e Bilhetes de Tesouro (BTs), que tem como objectivo aferir as implicações que resultariam de uma eventual equalização do tratamento tributário em 10% ou 20%, de todos os rendimentos provenientes das Obrigações de Tesouro (OTs) e Bilhetes de Tesouro (BTs), para os próximos anos. Foi concluído, tendo culminado com a aprovação do CIRPC pela Assembleia da República e equalização do tratamento tributário dos dois instrumentos em 20%.

b) Concluídos a nível técnico e aguardando aprovação:

- Estudo de Avaliação do IRN, tendo em vista a simplificação e redução do imposto no sistema tributário moçambicano, cuja análise aponta para a eliminação do IRN no leque dos impostos existentes, ajustando e consignando parte da receita arrecada no ISPC, aos governos provinciais e administrações locais. Concluído e enviado ao Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças, estando de momento em fase de incorporação das recomendações feitas por esta entidade, no qual prevê-se um estudo mais exaustivo para definição das percentagens a serem alocadas as administrações locais, tendo em conta a cobrança do ISPC.

- Impacto da tributação na indústria extractiva em Moçambique: caso específico dos grandes projectos (2004-2010), motivado pelas recomendações saídas da VIII Sessão do Conselho da Fiscalidade, realizada na Cidade da Matola, no dia 12 de Agosto de 2011, relativamente ao tema sobre “a tributação da actividade mineira em Moçambique, desafios face ao crescimento da exploração mineira”. Concluído e apresentado em sede do CLD. Neste momento estão a decorrer secções de discussão com o MIREM para a revisão legislativa.

c) Continuados

- Estudo sobre receitas próprias e consignadas tendo como principal objectivo identificar estratégias com vista ao incremento dos níveis de registo e recolha destas receitas. Foi criado um grupo de trabalho intersectorial incluindo técnicos da DNO, DNCP, DNT, CEDSIF e AT, para dar continuidade ao estudo.

- Impacto da eventual eliminação do imposto do selo na melhoria do ambiente de negócios e sobre a receita, que tem como objectivo a análise e discussão dos argumentos que justificam a revogação parcial ou total deste imposto e avaliar os consequentes impactos fiscais destas medidas, cujas conclusões apontam para a extinção gradual dos actos objecto de tributação em imposto de selo, desde que se encontrem outras fontes alternativas de receita para compensar a perda gerada pela medida fiscal de revogação do imposto. O estudo esteve em fase de discussão e harmonização interna até Dezembro e a ser continuado em 2013, prevendo-se a sua conclusão até ao final do mês de Março.

- Análise do Código do IVA - causa dos elevados reembolsos. Foi concluída a análise do Código e apresentado no CLD do GPECI, tendo decorrido até ao final do período, análise das propostas criadas para o efeito, pela equipa.
- Tributação em 10% dos Rendimentos Provenientes de Fretes Internacionais Angariados pelos Agentes de Frete e Fretamento que visa compreender a tributação dos rendimentos provenientes de fretes internacionais dos agentes de navegação e transportes terrestres em Moçambique. O estudo está a ser harmonizado no seio da equipa técnica prevendo-se o seu término no presente trimestre.
- Análise do IVA: Medidas para a redução do volume de reembolsos. Concluída a análise ao Código do IVA, tendo as conclusões sido remetidas à discussão da equipa técnica, para serem acomodadas na revisão do mesmo.
- Estudo sobre a Tributação de Serviços de Mensagens Curtas (SMS). O estudo tem como objectivo a tributação de SMS de programas de entretenimento (mensagens codificadas) com vista a arrecadação de receita adicional para os cofres do Estado. Está na fase de recolha de informação relevante sobre os mecanismos de tributação de SMS em outros países, para melhor estruturar os termos de referência.
- Estudo sobre regimes simplificados de tributação: Possibilidade da sua eliminação. O grupo de trabalho está na fase de análise e interpretação da legislação que versa sobre a matéria e outros documentos relevantes.
- Estudo comparativo dos principais impostos vigentes na SADC (IVA, IRPC, IRPS e ICE) com referência aos do Kenya, Ruanda e Uganda. O estudo foi concluído, após os levantamentos dos dados efectuados aos sistemas fiscais a nível da SADC, estando programada a sua apresentação no CLD no início do 1º trimestre de 2013.

Foi ainda garantida a realização de 11 trabalhos de investigação e pesquisa em matérias de natureza fiscal e aduaneira, dos quais 6 foram concluídos e 5 estão em andamento e prestado todo o apoio e colaboração no âmbito da reforma legislativa.

IX. REFORMA DA LEGISLAÇÃO FISCAL E ADUANEIRA

No âmbito da reforma legislativa foram elaboradas diversas propostas legislativas que, depois de aprovadas pelo CST, foram submetidas à aprovação pelas entidades superiormente competentes. Destas propostas resultou a publicação da seguinte legislação:

- **Lei nº 2/2012, de 23 de Janeiro**, que introduz um novo Código Pautal do Sistema Harmonizado, na posição pautal 22.06. Capítulo 22. A revisão deveu-se à necessidade da introdução de um novo Código Pautal do Sistema Harmonizado, no Capítulo 22 (Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres), Posição Pautal 22.06 (Outras bebidas fermentadas), tendo em vista acomodar a cerveja de raízes e de tubérculos.
- **Lei nº 3/2012, de 23 de Janeiro**, que Altera os artigos 9, 12, 14, 15, 18, 19, 21, 25 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pela Lei nº 32/2007, de 31 de Dezembro, visando, entre outros aspectos:
 - Isentar do IVA a transmissão de insecticidas, das matérias-primas a utilizar no fabrico de rações destinadas à alimentação de animais de reprodução e abate para o consumo humano, o milho, e a aquisição de serviços de perfuração, pesquisa e construção de infra-estruturas no âmbito da actividade mineira e petrolífera na fase de prospecção e pesquisa;
 - Nas prestações de serviços de electrificação rural, a redução da base tributável sobre a qual incide o IVA, como um incentivo à expansão dos projectos públicos neste âmbito;
 - No que respeita à dedução do IVA suportado na aquisição de bens e serviços pelos sujeitos passivos, alargar o prazo para o exercício do direito à dedução.
- **Lei nº 4/2012, de 23 de Janeiro**, que Altera os artigos 17, 36, 61, 62, 67 e 75 o Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas, aprovado pela Lei nº 34/2007, de 31 de Dezembro, tendo em vista:
 - Estender o prazo para mais 5 anos da taxa reduzida de 10% para o sector agrícola e pecuária;
 - Incluir a possibilidade dos sujeitos passivos que incorram em despesas com remunerações de estudantes finalistas em regime de estágio pré-profissional, deduzirem-nas até ao limite de 25% dos encargos escriturados a esse título no respectivo exercício;
 - Excluir da dedução, para efeitos de determinação do lucro tributável, os encargos com os impostos específicos das actividades mineira e petrolífera;
 - Introduzir a taxa liberatória de 10% para custos em construção e reabilitação de infra-estruturas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica nas zonas rurais, no âmbito de projectos públicos de electrificação rural, e do afretamento de embarcações marítimas para a realização da actividade pesqueira e de cabotagem, prestados por entidades não residentes em Moçambique.
- **Lei nº 5/2012, de 23 de Janeiro**, introduz o artigo 4-A ao Código do Imposto sobre Consumos Específicos, aprovado pela Lei nº 17/2009, de 10 de Setembro. A revisão visa atribuir a isenção do ICE incidente sobre as mercadorias importadas como matéria-prima ou para incorporação na produção industrial, por forma, a evitar situações de tributação em cascata deste imposto, o que prejudica esta actividade, bem como, tributar em sede do ICE com uma taxa diferenciada (10%) a cerveja de raízes e de tubérculos, de modo a encorajar não só a sua produção, como também a comercialização interna.
- **Decreto nº 2/2012, de 24 de Fevereiro** – que introduz os artigos 2-A e 2-B e altera o artigo 7 do Regulamento do Código do imposto sobre Consumos Específicos.
- **Decreto nº 3/2012, de 24 de Fevereiro** – que altera os artigos 4,8 e 36 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas.

- **Decreto nº 4/2012, de 24 de Fevereiro** – que altera os artigos 4,6,15, 55 e 56 do Regulamento do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- **Decreto nº 28/2012, de 26 de Julho**, que altera o Regulamento do NUIT, aprovado pelo Decreto nº 52/2003, de 24 de Dezembro, que pretendia introduzir o seguinte:
 - Inscrição electrónica e verbal para efeitos de obtenção do NUIT;
 - Efectuar-se a inscrição para efeitos da obtenção do NUIT, em qualquer Unidade de Grandes Contribuintes, Direcção de Área Fiscal, Posto de Cobrança, Serviço de Apoio ao Contribuinte, Estancias Aduaneiras, Balcão de Atendimento Único e em outras entidades autorizadas;
 - A obrigação das entidades que operam nos sectores mineiro e petrolífero disporem de um NUIT específico para cada uma das concessões ou licenças;
 - A necessidade de comprovação do NUIT do titular de rendimentos sujeitos a impostos, por ocasião do seu pagamento ou de colocação à disposição dos rendimentos.

- **Diploma Ministerial nº 16/2012, de 1 de Fevereiro** – aprova o Regulamento de Desembaraço Aduaneiro e estabelece os seguintes aspectos principais:
 - Redução de tempo de desembaraço aduaneiro;
 - Redução de documentos de suporte e informação necessária para a declaração;
 - Introdução de novo formato da declaração aduaneira, com menos caixas mandatórias;
 - Facilitação na troca de informação com outros países da SADC; e,
 - Introdução de formato de exame prévio de mercadorias.

- **Diploma Ministerial nº 124/12 de 27 de Junho** – Aprova os Procedimentos para Efectivação da Compensação da Dívida Tributária, justificado pela necessidade de definir os procedimentos necessários à aplicação do Decreto nº 46/2010, de 2 Novembro.

- **Diploma Ministerial nº 314/2012, de 23 de Novembro**, que altera o Regulamento do Operador Económico Autorizado, destacando os seguintes aspectos:
 - A candidatura para obtenção do Certificado de Operador Económico Autorizado;
 - Os requisitos para atribuição do Certificado;
 - Deveres, direitos e obrigações do Operador Económico Autorizado, e
 - Sanções.

- **Diploma Ministerial nº 397/2012, de 15 de Novembro**, que altera o Regulamento de Trânsito Aduaneiro, com vista a:
 - Facilitar os trânsitos, mantendo as precauções necessárias para proteger a receita em risco;
 - Uniformizar procedimentos, com os países vizinhos, no tratamento de mercadorias transportadas sob regime de trânsito aduaneiro; e
 - Introduzir as alterações necessárias nesta legislação decorrentes da introdução do Documento Único e das mudanças de procedimentos em matéria de despacho de mercadorias.

- **Despacho de 06 Janeiro de 2012**, (BR nº 16, I Série) – Aprova a composição do processo de documentação Fiscal.

- **Despacho de 06 Janeiro de 2012** – Altera os Modelos de Declarações, nomeadamente, M/10, M/22 e M/20 e respectivos Anexos M/20^a1, M20B, M/20C, M20/E e M/20G1 e cria novos anexos à Declaração Anual de informação contabilística e fiscal 8 M/20), nomeadamente M/20^a2 e M/20G2.

- **Resolução nº 15/12 de 16 de Maio** – Ratifica a adesão da República de Moçambique ao Acordo sobre o Fórum das Administrações Fiscais Africanas (ATAF) e respectivas regras e procedimentos.

Foi ainda aprovada, pelos órgãos competentes, aguardando, contudo, a sua publicação, em 2013, a seguinte legislação:

- **Proposta de alteração à Lei nº 33/2007, de 31 de Dezembro**, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com o objectivo de:
 - Isolar os rendimentos da 1ª Categoria - trabalho dependente, do englobamento;
 - Actualizar os “limites mínimos” constantes do artigo 62 do CIRPS, de 100,00 MT para 500,00 MT, em virtude daquele se mostrar desactualizado;
 - Que os rendimentos de capitais obtidos por residentes e os resultantes dos actos isolados sejam efectivamente sujeitos à taxa liberatória prevista no artigo 57 e que após a retenção na fonte, aqueles, fiquem livres de qualquer obrigação fiscal;
 - Que o estado civil deixe de influenciar na determinação da colecta, isto é, que cada contribuinte, individualmente, submeta a sua declaração de rendimento em sede do IRPS;
 - Que o mínimo não tributável previsto no artigo 56 passe para 225.000,00 MT.
- **Proposta de alteração à Lei nº 34/2007, de 31 de Dezembro**, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, tendo em vista:
 - Tornar mais clara a tributação dos ganhos resultantes das transacções de partes representativas do capital social ou outros interesses e direitos, efectuadas fora do território moçambicano entre entidades não residentes envolvendo activos situados em Moçambique;
 - Alargar o âmbito dos encargos não dedutíveis para efeitos fiscais, através da fixação de um limite para a dedução das formas de remuneração dos suprimentos dos sócios à sociedade, bem como vedar a dedução dos custos evidenciados em documentos emitidos por contribuintes com NUIT irregular ou cuja actividade tenha cessado;
 - Introduzir a definição de relações especiais em sede de preços de transferência, que era apenas considerada para efeitos de subcapitalização;
 - Uniformizar o tratamento tributário de títulos de dívida pública e introduzir a tributação dos juros de permutas de liquidez entre bancos;
 - Uniformizar o tratamento tributário aos serviços prestados por não residentes, de telecomunicações, e transportes internacionais, montagem e instalação de equipamentos no âmbito daquelas actividades, construção e reabilitação de infra-estruturas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica nas zonas rurais, no âmbito de projectos públicos de electrificação rural e afretamento de embarcações marítimas para a realização da actividade pesqueira e de cabotagem, passando também os residentes a ser tributados à taxa liberatória de 10% e inclusão das prestações de serviço de manutenção e frete de aeronaves.
- **Proposta de alteração à Lei nº 6/2009, de 10 de Março**, que aprova a Pauta Aduaneira e Respectivas Instruções Preliminares, reflectindo, entre outros aspectos, os seguintes:
 - A emenda aprovada como resultado da proposta da FAO, para melhorar a segurança alimentar no Mundo;
 - As alterações ao Protocolo de Montreal, sobre substâncias que prejudicam a camada de Ozono;
 - As alterações introduzidas em consequência da Convenção de Roterdão, sobre Procedimentos de Consentimento Prévio Informado (PIC), para determinados produtos químicos e pesticidas perigosos no Comercio Internacional;

- O desarmamento pautal no âmbito do Protocolo Comercial da SADC e da implementação do Acordo de Pareceria Económica com a União Europeia e pretende reduzir a taxa zero; e
- Os reprodutores de raça pura, sementes, adubos e certos equipamentos agrícolas, para reduzir os custos na sua aquisição e melhor promover a actividade agrícola.

• **Proposta de alteração à Lei n.º 17/2009, de 10 de Setembro**, que aprova o Código do Imposto sobre Consumos Específicos, propondo-se:

- A introdução de taxas específicas como valor mínimo de tributação sobre as bebidas alcoólicas produzidas pela simples diluição de álcool etílico com água potável até obter-se o teor alcoólico pretendido e adição de aroma, essências, extractos de uvas, concentrados, corantes e conservantes, também para reduzir a distorção do preço entre o produtor e o distribuidor.
- O ajustamento das taxas específicas para cigarros, vinhos e bebidas espirituosas, que se encontram em vigor desde Janeiro de 2010, tendo em vista a devida correcção monetária e redução gradual da distorção face às taxas específicas em vigor na região para os mesmos produtos.

• **Proposta de alteração ao Decreto n.º 69/2009, de 11 de Dezembro**, que aprova o Regulamento do Código do ICE. Aprovada pelo Conselho de Ministros, na sessão extraordinária de 27 de Dezembro.

• Proposta de Despacho a ser assinada pelo Ministro das Finanças, que aprova o Manual de Procedimentos de Zonas Económicas Especiais, contendo instruções sobre os procedimentos a serem seguidos pelas empresas que exercem actividades económicas elegíveis e devidamente certificadas ao Regime de Zona Económica Especial, pelo GAZEDA.

Por outro lado, deu-se continuidade e/ou início aos processos de harmonização de propostas legislativas, cujo impacto irá reflectir-se no aumento da colecta da receita em 2013, prevendo-se um crescimento nominal na ordem dos 15,6% relativamente a receita arrecadada em 2012, com destaque para:

• Proposta de alteração da Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Código do IVA. Com esta proposta pretende-se:

- Isentar do IVA a transmissão de charruas e de carroças de tracção animal no âmbito da política de incentivo ao desenvolvimento do sector agrícola;
- Dar primazia a facturação electrónica e a utilização de máquinas fiscais nos casos em que estejam reunidas condições logísticas para o efeito;
- Reduzir a base tributável na prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros.

• Proposta de alteração à Lei n.º 4/2009, de 12 de Janeiro, que aprova o Código de Benefícios Fiscais. O mesmo surge como forma de estimular o investimento num quadro de mecanismo para atracção de investimento.

• Proposta de alteração ao Decreto n.º 77/98, de 29 de Dezembro, que aprova o Regulamento da Cobrança, do Pagamento e do Reembolso do IVA.

• Proposta de alteração ao Decreto n.º 28/2000, de 10 de Outubro, que aprova o dispositivo que disciplina o recurso à utilização de máquinas registadoras pelos sujeitos passivos do IVA.

• Proposta de alteração aos Decretos n.º 7, 8 e 9/2008, de 16 de Abril, que aprovam os Regulamentos dos Códigos do IVA, IRPS e do IRPC e o Decreto n.º 34/2009, de 06 de Julho, que

aprova as Regras Gerais de Desembaraço Aduaneiro. Estas propostas dependem da publicação das propostas de alterações às Leis nº 32, 33 e 34/2007, de 31 de Dezembro, que aprovam os Códigos do IVA, IRPS e IRPC, respectivamente, e da Lei nº 6/2009, de 10 de Março, que aprova a Pauta Aduaneira e Respectiveas Instruções Preliminares.

X. DOCUMENTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

10.1. Área de Bibliotecas

Até ao final de 2012 estavam implantadas e em funcionamento 6 Bibliotecas, sendo, 2 de nível central (Central e do IFPFT), 3 de nível regional e 1 de nível provincial. Estas Bibliotecas dispõem de diverso material bibliográfico distribuído por áreas de conhecimento como Direito, Economia, Gestão e administração, Estatística e Matemática, Informática, contabilidade, Auditoria, Marketing e outros títulos referentes a literatura diversa.

Com recurso ao Fundo Comum da AT, foi implementado o projecto para aquisição de um total de 2.286 livros/obras no valor de 3,27 milhões de MT que irão reforçar o acervo bibliográfico das Bibliotecas da AT, conforme ilustra a tabela 31. Dos 2.286 livros pagos às Livrarias foram recebidos 1.751 livros aguardando-se a recepção dos remanescentes 535, no primeiro Trimestre de 2013.

Tabela 31. Aquisição de Livros 2012

Unidade: 10⁶MT

Nº	Livraria/ Fornecedor	Livros Comprados	Valor	Livros Recebidos	Valor	Livros por Receber	Valor
1	Livraria Conhecimento	1.254	2,40	1056	2,03	198	0,37
2	Casa Publicadora do Índico	6	0,01	6	0,01	0	0,00
4	CEDIMO	400	0,05	200	0,04	200	0,01
6	Texto Editores	68	0,05	68	0,05	0	0,00
7	Ndjira	18	0,01	18	0,01	0	0,00
2	Minerva Central	300	0,53	163	0,23	137	0,20
6	Alcance Editores	240	0,22	240	0,22	0	0,00
Total		2.286	3,27	1.751	2,59	535	0,59

Fonte: GPECI - DIDOTI

Da aquisição efectuada, foi possível apetrechar a Biblioteca Provincial da AT da Zambézia com 371 livros, beneficiando os funcionários da AT e da Direcção Provincial das Finanças, elevando deste modo o número de livros nas Bibliotecas da AT para 4.919 livros, representando um aumento na ordem de 46,00% em relação as aquisições de 2011.

Relativamente ao uso das bibliotecas pelos utentes, foram cedidos, a título de empréstimo, 3.443 livros em todas as Bibliotecas da AT, conforme a tabela 32, que representa um crescimento na ordem dos 144%, quando comparado com o mesmo período do ano passado, onde foram cedidos apenas 1.412 livros.

Tabela 32. Empréstimo

Descrição	Bibliotecas					
	Central	Réplica da BC no CST	IFPFT-Sede	DRC	Quelimane	DRN
Empréstimos de Livros ate Dezembro	2.656	7	123	438	76	143
Total						3.443

Fonte: DIDOTI

Nos termos do Regulamento aprovado para as Bibliotecas da AT, foram aplicadas multas a onze (11) utentes faltosos, por devolução fora do prazo de livros, tendo resultado na cobrança das respectivas multas no montante de 1.660,00 MT, consequência do trabalho de sensibilização desencadeado pelos funcionários da Biblioteca, e devidamente canalizado para as receitas próprias da AT.

Por forma a facilitar o registo e busca de informação, está em uso, desde 2011, o Sistema de Gestão de Bibliotecas (SIGEB), em todas as bibliotecas da AT, permitindo um acesso rápido a toda informação e documentos existentes no acervo da biblioteca, mostrando entretanto algumas fragilidades. Para ultrapassar este problema, a DIDOTI participou em duas apresentações de *software* nos termos de um processo de *Procurement* coordenado pela DTIC.

10.2. Área dos Museus

A AT participou na 48ª Feira Internacional de Maputo – FACIM que teve lugar em Marracuene-Ricatla no mês de Agosto, onde a AT expôs num stand previamente preparado objectos e relíquias que retratam as actividades da instituição, recolhidas a nível nacional com maior destaque para objectos provenientes da Delegação da AT da Província da Zambézia.

10.3. Área dos Arquivos

Deu-se continuidade ao processo de harmonização da Proposta do Plano de Classificação de Documentos das Actividades – Fim da AT, prevendo-se a sua conclusão e submissão ao CST para aprovação, até ao final do I trimestre de 2013.

A AT participou nas celebrações do dia Internacional dos Arquivos, que teve lugar na Cidade de Maputo, entre os dias 09 a 11 de Junho de 2012, sob o lema “ Arquivos em Tempos de Mudança”, no qual participaram igualmente Instituições Públicas e Privadas para além de individualidades ligadas a área dos Arquivos e do Ministério da Função Pública e do Arquivo Histórico de Moçambique.

Foram, no período, realizadas visitas de trabalhos de classificação e organização dos documentos existentes no Arquivo Permanente da AT, que consistiram essencialmente na recolha de documentos, em resposta às solicitações formuladas nesse sentido pelos sectores.

Como resultado dos trabalhos de avaliação e selecção de documentos realizados pela Comissão de Avaliação de Documentos da AT (CADAT), foram recolhidos documentos da Terminal Internacional Marítima, da Terminal Internacional Rodoviária, da Delegação Aduaneira de Namaacha, da Delegação Aduaneira de Ressano Garcia, da Terminal Internacional Aérea, da DAF de Xai-Xai, DAF de Chibuto, DAF de Chokwé para os respectivos Arquivo Permanentes da Região Sul.

Contudo, subsistem dificuldades para a realização deste tipo de trabalho de avaliação e selecção dos documentos resultantes das Actividades Fim da AT, devido a não aprovação ainda do Plano de Classificação dos Documentos das Actividades Fim da AT e a respectiva Tabela de Temporalidade.

Foram ainda realizadas 10 acções de capacitação, tendo abrangido 54 funcionários, entre Secretárias de Direcção e Chefes de Secretariado Técnico e duas acções direccionadas aos novos ingressos da AT, onde beneficiaram 101 formandos, em matérias ligadas ao SNAE, dotando-os de

bases relevantes para a protecção de documentos e informação através da implementação integral do Ficheiro das Informações Classificadas, no contexto da confidencialidade, de acordo com as regras do sistema de informação em vigor na Administração Pública.

XI. INTEGRAÇÃO REGIONAL

11.1. Integração Regional

No que respeita à implementação da Zona de Comércio Livre da SADC, no ano de 2012, procedeu-se ao levantamento de dados necessários em todas as estâncias aduaneiras das regiões Sul, Centro e Norte, de modo a avaliar-se as transacções comerciais de Moçambique com os países da SADC, mediante o uso do certificado de origem, assim como ao apuramento do impacto fiscal resultante da aplicação do regime preferencial.

Em termos globais, incluindo as importações efectuadas no âmbito dos grandes projectos, o país importou mercadorias no valor de 141.971,19 milhões de MT, dos quais 30,33% tiveram como proveniência países membros da SADC e 69,67% do resto do mundo. Das importações com origem da SADC, 89,28% provêm da RSA e 10,72% dos demais países da região, conforme a tabela 33.

O volume total de importações proveniente da região da SADC no ano de 2012, em termos absolutos, foi de 43.064,75 milhões de MT, sendo que, deste valor, 17.669,77 milhões de MT é que beneficiaram do tratamento preferencial da SADC, mediante a apresentação de certificados de origem. Este valor corresponde a cerca de 41,03% do total de importações de Moçambique provenientes da SADC, como ilustra a tabela 33, o que representa um crescimento de 7,87% em relação ao período homólogo de 2011, cujo uso do regime preferencial situou-se em 33,16% em relação ao total do valor das mercadorias provenientes da SADC.

Tabela 33. Total das Importações Realizadas em 2012

Unidades 10⁶MT

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	% Região	%Total	CIF	% Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	% CIF Pref/SA DC	CIF	% Total	CIF
Janeiro	2.909,55	92,58%	26,85%	233,25	7,42%	2,15%	3.142,80	29,00%	990,78	31,53%	7.693,30	71,00%	10.836,11
Fevereiro	3.440,11	92,91%	32,59%	262,43	7,09%	2,49%	3.702,54	35,07%	1.183,56	31,97%	6.854,80	64,93%	10.557,33
Março	3.030,19	84,38%	31,59%	561,09	15,62%	5,85%	3.591,29	37,44%	1.271,55	35,41%	6.000,25	62,56%	9.591,54
Abril	3.434,13	92,87%	29,41%	263,48	7,13%	2,26%	3.697,61	31,67%	1.431,61	38,72%	7.979,26	68,33%	11.676,87
Mai	3.062,50	88,82%	21,86%	385,37	11,18%	2,75%	3.447,86	24,61%	1.448,32	42,01%	10.564,84	75,39%	14.012,70
Junho	2.921,08	92,30%	20,03%	243,71	7,70%	1,67%	3.164,79	21,70%	1.516,99	47,93%	11.416,93	78,30%	14.581,72
Julho	3.074,62	92,44%	27,19%	251,42	7,56%	2,22%	3.326,03	29,41%	1.547,25	46,52%	7.982,90	70,59%	11.308,93
Agosto	3.155,37	88,94%	28,00%	392,27	11,06%	3,48%	3.547,64	31,48%	1.644,88	46,37%	7.723,54	68,52%	11.271,17
Setembro	2.095,59	85,02%	22,58%	369,26	14,98%	3,98%	2.464,85	26,55%	1.157,03	46,94%	6.817,79	73,45%	9.282,64
Outubro	3.625,01	86,46%	28,40%	567,74	13,54%	4,45%	4.192,76	32,84%	1.854,49	44,23%	8.573,07	67,16%	12.765,82
Novembro	4.258,87	85,83%	27,63%	703,10	14,17%	4,56%	4.961,97	32,19%	1.968,72	39,68%	10.453,06	67,81%	15.415,02
Dezembro	3.439,96	89,94%	32,24%	384,65	10,06%	3,60%	3.824,61	35,84%	1.654,54	43,26%	6.846,71	64,16%	10.671,32
Total	38.446,98	89,28%	27,08%	4.617,77	10,72%	3,25%	43.064,75	30,33%	17.669,71	41,03%	98.906,44	69,67%	141.971,19

Fonte: GPECI - DIR

Importa referir que, das mercadorias mais importadas ao abrigo do tratamento preferencial, constam produtos como material de construção, leite e nata, álcool etílico não desnaturado, agentes orgânicos de superfície, garrações, garrafas, frascos, vasos, rolhas tampas entre outros produtos.

Das importações provenientes da região da SADC, que beneficiaram do regime preferencial no desembaraço aduaneiro, maior destaque vai para as mercadorias originárias do Lesotho, com 99,36%, seguido de Madagáscar com 95,62% e o Zimbabwe com 61,53%, conforme a tabela 34.

Tabela 34. Importações Provenientes da SADC, em 2012

Unidades 10⁶MT

Origem	Valor CIF (a)	CIF Preferencial (b)	Peso CIF Preferencial	b/a
AFRICA DO SUL	38.446,98	16.360,02	92,59%	42,55%
ANGOLA	124,06	-	0,00%	0,00%
BOTSWANA	70,01	5,04	0,03%	7,19%
LESOTHO	2,42	2,40	0,01%	99,36%
MADAGASCAR	11,52	11,01	0,06%	95,62%
MALAWI	397,19	113,17	0,64%	28,49%
MAURÍCIAS	424,78	15,34	0,09%	3,61%
NAMÍBIA	1.201,35	124,98	0,71%	10,40%
RDC	10,19	-	0,00%	0,00%
SEICHELES	4,57	-	0,00%	0,00%
SWAZILANDIA	929,02	460,70	2,61%	49,59%
TANZANIA	497,43	78,29	0,44%	15,74%
ZAMBIA	420,33	175,80	0,99%	41,83%
ZIMBABWE	524,91	322,97	1,83%	61,53%
Total	43.064,75	17.669,71	100,00%	41,03%

Fonte: GPECI – DIR

11.2. Impacto Fiscal – Despesa Fiscal

O valor total de direitos aduaneiros e do IVA sobre o comércio externo, que o País deixou de colectar no ano de 2012, como resultado da aplicação do regime preferencial no âmbito da implementação da Zona do Comércio Livre da SADC foi de 1.865,10 milhões de MT, sendo 1.529,41 milhões de MT em direitos aduaneiros, 39,69 milhões de MT em ICE e 295,99 milhões de MT em IVA, em virtude da redução da matéria colectável em sede do IVA, como consequência da não cobrança dos direitos aduaneiros, que seriam adicionados ao valor aduaneiro para o apuramento da matéria colectável para efeitos da determinação do IVA a pagar na importação.

Assim, o impacto fiscal total resultante das importações feitas ao abrigo do regime preferencial na SADC corresponde a cerca de 6,80% em relação à cobrança total em direitos aduaneiros, ICE e IVA, na importação. Por outro lado, o impacto da despesa fiscal sobre a receita total foi de 1,94%, conforme a tabela 35.

Tabela 35 Impacto Fiscal-Despesa Fiscal em 2012Unidades 10⁶MT

Mês	Direitos Aduaneiros		ICE na Importação		IVA na Importação		Imposto Total (g)=a+c+e	Despesa Fiscal (h)=b+d+f	(i)=h/g	Receita Total (j)	(k)=h/j
	Cobrança (a)	Preferencial (b)	Cobrança (c)	Preferencial (d)	Cobrança (e)	Preferencial (f)					
Janeiro	445,90	79,67	97,33	2,33	1.170,94	14,61	1.714,17	96,62	5,64%	6.779,93	1,43%
Fevereiro	619,41	106,65	115,36	2,19	1.431,84	19,50	2.166,61	128,33	5,92%	5.907,49	2,17%
Março	566,06	105,79	100,19	3,24	1.402,68	20,67	2.068,93	129,70	6,27%	6.270,58	2,07%
Abril	497,09	121,24	114,75	2,32	1.237,06	22,41	1.848,90	145,97	7,89%	6.273,63	2,33%
Maió	507,80	117,25	139,77	2,75	1.414,16	22,06	2.061,73	142,06	6,89%	11.072,14	1,28%
Junho	621,28	128,14	134,93	3,43	1.598,05	25,46	2.354,27	157,03	6,67%	7.263,29	2,16%
Julho	578,70	136,07	115,05	2,27	1.540,14	25,76	2.233,89	164,10	7,35%	8.687,89	1,89%
Agosto	654,43	145,21	160,84	3,59	1.720,20	27,87	2.535,47	176,67	6,97%	7.815,23	2,26%
Setembro	728,22	100,56	154,46	3,56	1.206,76	19,70	2.089,44	123,82	5,93%	9.883,41	1,25%
Outubro	820,95	158,02	287,22	4,68	1.957,15	31,50	3.065,32	194,20	6,34%	9.571,39	2,03%
Novembro	851,46	180,66	204,62	5,36	1.828,24	36,37	2.884,32	222,40	7,71%	9.792,51	2,27%
Dezembro	674,65	150,15	189,34	3,99	1.522,05	30,07	2.386,03	184,21	7,72%	9.297,58	1,98%
Total	7.565,94	1.529,41	1.813,88	39,69	18.029,26	295,99	27.409,08	1.865,10	6,80%	98.615,05	1,89%

Fonte: GPECI-DIR

11.3. Evolução do Processo de Implementação da Zona de Comércio Livre da SADC

Analisados os dados da tabela 36, verifica-se que as importações de Moçambique são maioritariamente provenientes dos países fora da SADC. As importações com origem da SADC representam em termos médios (2008 a 2012), um peso de 32,00%. Contudo, em termos absolutos nota-se um aumento das transacções de Moçambique com os países membros da SADC, tendência que poderá estar associada à liberalização do comércio e entrada da Zona de Comércio Livre em 2008, a promoção do comércio intra-regional e de acções tendentes a facilitação do comércio na região.

Por outro lado, o uso do regime preferencial apresenta um comportamento oscilatório em termos de peso para as importações provenientes da SADC. Em 2008, o uso do regime preferencial foi de 23,00%, tendo oscilado nos períodos subsequentes até atingir 41,03% no final de 2012, conforme a tabela 36.

Embora se verifique uma oscilação no uso regime preferencial, os resultados alcançados até o momento podem ser considerados satisfatórios e com muito progresso se comparados com o nível de uso do regime preferencial no ano de início da implementação da Zona de Comércio Livre. Estes resultados estão associados às acções de divulgação dos benefícios do uso deste regime, por parte do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) e da AT.

Tabela 36. Evolução das Importações de 2008 a Dezembro de 2012Unidades 10⁶MT

Ano	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total
	CIF	%Região	%Total	CIF	%Região	% Total	CIF	% Total	CIF Pref.	%CIF Pref/SADC	CIF	% Total	CIF
2008	22.048,75	92,00%	32,0%	1.946,83	8,00%	3,00%	23.995,58	35,00%	5.423,94	23,00%	45.516,24	65,00%	69.511,81
2009	27.104,23	93,00%	37,0%	2.134,96	7,00%	3,00%	29.239,19	40,00%	9.277,94	32,00%	44.415,75	60,00%	73.654,94
2010	36.443,27	88,83%	35,1%	4.582,44	11,17%	4,42%	41.025,71	39,54%	12.654,50	30,85%	62.740,59	60,46%	103.766,30
2011	42.765,81	92,37%	37,32%	3.530,31	7,63%	3,08%	46.296,12	40,40%	15.350,50	33,16%	68.296,69	59,60%	114.592,81
2012	38.446,98	89,28%	27,08%	4.617,77	10,72%	3,25%	43.064,75	30,33%	17.669,71	41,03%	98.906,44	69,67%	141.971,19

Fonte: GPECI-DIR

XII. COOPERAÇÃO BILATERAL E MULTILARAL

12.1. Cooperação Bilateral

Durante 2012 a nível bilateral e, pela natureza e prioridade das acções, a AT privilegiou parcerias com as autoridades tributárias dos reinos da Holanda e Noruega e visitas a alguns países africanos como Botswana, Malawi, Namíbia, Gabão e países da Comunidade da África Oriental (EAC).

Neste domínio a AT estabeleceu contactos com a Autoridade Tributária da Holanda e da empresa HET Expertise Centrum, em Março, que culminou com a formação de seis quadros da AT, integrados no Projecto do e-Tributação, em ambiente da plataforma ETPM, que constitui a principal ferramenta tecnológica para a implementação do e-Tributação.

No âmbito da Cooperação com o Reino da Noruega, a AT realizou, em coordenação com a Administração Fiscal da Noruega (ATN), o workshop, subordinado ao tema, “Tributação do Sector das Pescas”, visando a troca de experiências e capacitação de quadros da AT que lidam com a fiscalização e auditorias no sector de pesca. E ainda, foi definido o Plano de Trabalho para a Cooperação e assistência técnica da Administração Fiscal da Noruega na área de auditoria fiscal ao sector de Pescas, tendo, à luz do mesmo plano, iniciado, em Outubro, a auditoria conjunta a uma empresa sediado na Cidade da Beira

Ainda na sequência da Cooperação bilateral, participou na preparação da primeira Conferência entre Moçambique e os Países Nórdicos, realizada em Maio, em Maputo, subordinada ao tema “Desenvolvimento Inclusivo e Dialogo Social” na qual, a AT apresentou o tema “Tributação e Construção do Estado” e teve oportunidade de trocar experiências com aqueles Países em matéria de gestão do processo de desenvolvimento económico sustentável e inclusivo.

No contexto da implementação do Sistema Janela Única Electrónica, o GPECI coordenou as visitas de alguns países africanos interessados na troca de experiência com AT na implementação do Sistema, nomeadamente: Botswana, Malawi, Namíbia, Gabão e países da EAC- *East African Community*.

12.2. Cooperação Multilateral

Neste domínio, a AT interage com diversas organizações, no contexto nacional e internacional, com destaque para: Banco Mundial, FMI-FAD, FMI-AFRITAC, OMC, SADC, União Europeia, CPLP, OMA, OMA-ESA, ATAF, ICF. Das acções realizadas durante o ano, realçam-se as seguintes:

- Conclusão do processo ratificação da adesão de Moçambique ao Fórum Africano das Administrações Fiscais (ATAF), publicado pela Resolução nº 15/2012 de 16 de Maio.
- Participação na 2ª Assembleia Geral do ATAF, realizado em Dakar-Senegal de 23 a 27 de Setembro na qual, foram eleitos os órgãos de gestão da organização, incluindo o primeiro Secretario Executivo e apreciação dos respectivos instrumentos de execução dos planos do ATAF.
- Participação na preparação da 22ª Reunião do Sub-Comité de Cooperação Aduaneira (SCCC), dos Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que teve lugar em Gaborone de 11 a 13 de Junho de 2012, tendo sido apreciado e endossado o Plano Estratégico de Cooperação do SCCC para o período de 2012 a 2015.

- Participação na Conferência de Doadores, organizada pela Organização Mundial das Alfândegas, na Ilha das Maurícias, que permitiu a compreensão da abordagem, mecanismos e formas de assistência que os Parceiros poderão prover na área de facilitação de comércio.
- Participação na primeira conferência organizada pelo Centro Regional de Assistência Técnica (*AFRITAC South*) do Departamento para os Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), sobre Facilitação de Comércio, que constituiu uma oportunidade para troca de experiências com os países da região, no que respeita às iniciativas em curso no âmbito de facilitação do comércio, bem como *brainstorming* sobre a necessidade de implementação de projectos bilaterais com os países vizinhos. Seguidamente, foi realizada uma missão do AFRITAC em Moçambique para diagnóstico de necessidades da AT para assistência técnica, tendo-se oferecido a apoiar na implementação de uma estratégia de gestão de risco aduaneiro e nas auditorias conjuntas entre a DGI e a DGA
- Preparação e acompanhamento das Missões do Departamento Fiscal do FMI (FAD) no âmbito do acompanhamento da implementação de programa de reforma fiscal em Moçambique que produziu relatórios sobre os progressos registados na reforma fiscal e recomendações para o seu aprimoramento.
- Preparação e acompanhamento das missões do Fundo Monetário Internacional no âmbito da assistência técnica ao nosso País no aprimoramento do regime fiscal aplicável ao sector de minas e petróleos, alinhado às boas práticas internacionais, incluindo dois workshops organizados para a discussão sobre os modelos financeiros de previsão de receitas para os sectores de minas e de petróleos.

XIII. FINANCIAMENTOS AOS PROJECTOS DE REFORMA DA AT

13.1. Fundo Comum da AT

Foi assinado um novo Memorando de Entendimento do Fundo Comum da AT entre o Governo de Moçambique e os Parceiros de Desenvolvimento referente ao período de 2012 a 2014, actualizando o anterior, tendo posteriormente a AT assinado os Acordos de financiamento bilaterais com a KFW e o Reino da Noruega, que permitiram a efectivação dos desembolsos de fundos destes parceiros, previstos para o ano em análise.

No âmbito do acompanhamento da reforma tributária e dos financiamentos do Fundo Comum da AT, realizaram-se reuniões da Comissão de Parceria, conforme previsto no MdE, nas quais foram apreciados e acordados os relatórios do ano de 2011 e os relatórios trimestrais de 2012 e, ainda, o plano de actividades para o ano de 2013. Na apreciação dos relatórios, foram apresentadas recomendações quanto à forma e conteúdos dos relatórios assim como as prioridades na alocação dos fundos dos parceiros.

No decurso da última sessão, foram apresentados os compromissos de desembolsos dos parceiros para o ano de 2013, destacando-se a Alemanha e o Reino da Noruega, estando os outros ainda a avaliar a sua assistência.

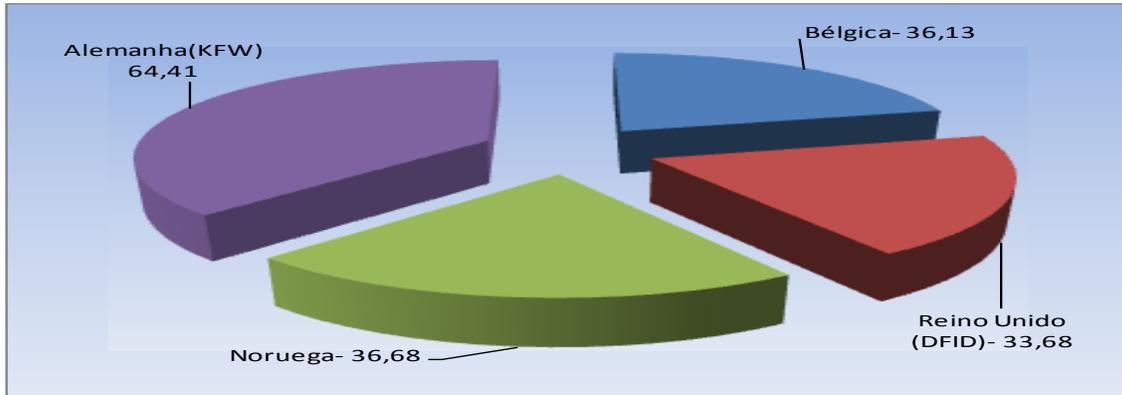
Em cumprimento do clausulado do MdE do Fundo Comum da AT, fez-se o acompanhamento do processo de auditoria referente às contas de Fundo Comum da AT referentes a 2011, realizada pela BDO, um auditor independente, seleccionado por concurso internacional. Este relatório foi objecto de apreciação com os parceiros, tendo sido aprovado. Igualmente, foram apreciados e aprovados o relatório de desempenho da AT referente a 2011 e o Plano de Actividades e Orçamento para 2012.

Com a aprovação destes instrumentos gestão, foram efectuados os desembolsos do valor correspondente a 170,90 milhões de MT dos quais, 36.130,00 mil MT provenientes da Cooperação Belga, 33,68 milhões de MT do DFID, 64,41 milhões de MT da Alemanha e 36,68 milhões de MT da Noruega, conforme a tabela 37 e o gráfico 19.

Tabela 37. Recursos Desembolsados em 2012, em Milhões de MT

País	Moeda de Origem		Tx de Câmbio p/ USD	Valor (USD)	Tx de Câmbio para MT	Data do Câmbio	Valor
Bélgica	EURO	1.000.000,00	1,31	1.310.007,25	27,58	21.03.2012	36,13
Reino Unido (DFID)	LIBRA	777.000,00	1,58	1.230.224,10	27,38	21.03.2012	33,68
Noruega	COROAS	7.000.000,00	1,6	1.241.685,14	29,54	19.12.2012	36,68
Alemanha(KFW)	EURO	1.700.000,00	1,28	2.183.354,09	29,05	01.11.2012	64,41
Total				5.965.270,58			170,90

Fonte: GPECI- DCI

Gráfico 19. Desembolsos Efectuados em 2012, em Milhões de MT

Ainda, em cumprimento do MdE sobre o Fundo Comum, fez-se a coordenação do trabalho do Grupo de Garantia de Qualidade, tendo prestado todo apoio necessário aos consultores que no final apresentaram o respectivo relatório que no geral, encoraja a AT a prosseguir com a optimização da utilização dos fundos disponibilizados pelos parceiros em acções estratégicas da reforma.

A AT participou no Seminário sobre os Fundos Comuns, organizado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento, com o objectivo da troca de experiências e partilha dos desafios e soluções no âmbito da implementação deste mecanismo de financiamento *off budget*, sua avaliação e avaliação do desempenho dos parceiros. Dentre as lições tiradas no encontro uma das principais preocupações apresentadas pela AT, foi a necessidade de haver previsibilidade dos desembolsos dos valores prometidos pelos parceiros de forma a permitir melhor programação na sua utilização.

13.2. Outros Financiamentos

No âmbito da iniciativa denominada *Partnership for Trade Facilitation*, da Organização Mundial de Comércio, foi aprovado e iniciado a operacionalização do financiamento da USAID, no valor de USD 500.000,00, para acções de facilitação de comércio, nomeadamente: i) Melhoramento da Pagina Web da AT; ii) gestão de trânsito aduaneiro; e iii) consultoria para avaliação do impacto da inspecção pré-embarque sobre o comércio.

Ainda no âmbito da mobilização de parceiros de cooperação para assistência técnica na implementação do programa de reforma fiscal na AT, realizaram-se contactos junto das Embaixadas do Reino dos Países Baixos e da Suécia, com objectivo de sensibilizá-los para o seu envolvimento, tendo estes, manifestado o seu interesse, devendo internamente fazer as suas avaliações na forma de aderência ao financiamento do programa da reforma tributária.

Fez-se ainda a preparação e acompanhamento da Missão do Departamento Fiscal do FMI (FAD), no âmbito da avaliação da implementação de programa de reforma fiscal em Moçambique, que produziu um relatório sobre os progressos registados na reforma fiscal e recomendações para o seu aprimoramento.

XIV. CONTROLO INTERNO

14.1 Inspeções Administrativas

No âmbito do controlo da organização e funcionamento dos Órgãos Centrais, conforme o Plano de Actividades e Orçamento anual, foi programado para o ano em análise, a realização de 50 fiscalizações e inspeções administrativas a unidades orgânicas, tendo sido realizadas 91 fiscalizações e acções de inspecção nos órgãos centrais e regionais, correspondendo a uma realização de 182,00%, em cumprimento do Plano Anual de actividades de 2012, as quais se distribuem da seguinte forma:

- Em 09 Unidades dos órgãos centrais, nomeadamente: Direcção de Asseguramento Geral, Instituto de Formação Tributária e Finanças Públicas, Gabinete de Comunicação e Imagem, Direcção de Contencioso Tributário, Direcção de Ordem e Disciplina Paramilitar e Direcção de Contencioso Aduaneiro, Direcção de Finanças, Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicação e Direcção de Formação, No âmbito de Controlo da Organização e funcionamento dos órgãos centrais; e
- Em 20 Unidades operativas, nomeadamente: Delegação Aduaneira de Goba (Rodoviário/Ferroviário), Delegação Aduaneira da Matola, Unidade de Visitas e Controlo – UVC, Posto Fiscal de Matchedje, DAF de Lichinga, DAF de Mocuba, DAF de Montepuez, Terminal Internacional Aérea (TIAR) em Maputo, Posto Fiscal de Entrelagos, Posto Fiscal de Mandimba, Direcção da Área Fiscal de Cuambate, Delegação Aduaneira de Cuamba e DAF do 1.º e 2.º Bairro Fiscal de Maputo, TIAUTO 1, 2 e 3; TIROFER, DAF e Delegação Aduaneira da Mocímboa da Praia, no âmbito de Controlo da Organização e funcionamento dos órgãos regionais.

Controlo dos BAC's e BAU's

No que respeita ao controlo dos BAC's, BAU's e pontos de atribuição de NUIT's, foram fiscalizadas 11 unidades da região norte, nomeadamente: DAF's de Pemba, Montepuez, Mocímboa da Praia, Nacala, Nampula, Lichinga e Cuamba, UGC de Nampula.

Controlo da Pontualidade e Assiduidade

Foram fiscalizadas 43 unidades, com destaque a DCIA, DIFOR, Direcções de Normação Aduaneira, Logística, Regimes Aduaneiros, DIPAC, secretariado da DGI e outras. Já em relação ao controlo do encerramento do livro de ponto foram fiscalizadas 7 unidades, nomeadamente: Posto de Cobrança Josina Machel, Postos do Jardim, TIAUTO II, TIROFER, TIAR (carga), TIMAR e Alfândega de Maputo.

Novos Ingressos

No âmbito do processo de recrutamento dos novos ingressos, foram ministradas matérias relacionadas com o tema "*inspecção administrativa e sua peculiaridade*", abrangendo cerca de 1.153 novos funcionários, sendo: 402 Técnicos Tributários de 2ª classe, 247 Assistentes Aduaneiros, 212 Auxiliares Tributários de 3ª Classe e 292 Guardas Aduaneiros.

14.2 Auditorias Internas

Nesta área, foram planificadas, para o período em análise, 63 acções de inspecção e auditoria, sendo 30 pela estrutura central e as restantes 33 pelas Divisões Regionais, a razão de 11 por cada uma.

Do planificado, foram realizadas 31 acções pela estrutura central 13 pelas Divisões Regionais, sendo dez (10) pela Divisão Regional Sul, 1 pela Divisão Regional Centro 2 pela Divisão Regional Norte, totalizando 44, o que equivale a um grau de realização de 69,8%. Foi factor determinante para o incumprimento do planificado a exiguidade de recursos humanos nas regiões Centro e Norte, com 2 e 3 técnicos, respectivamente, incluindo os Chefes.

Da área aduaneira, foram visitadas 19 unidades orgânicas, tendo constituído principais constatações as seguintes: falta da actualização do perfil de gestão e dos manuais de procedimentos; utilização de livros de escrituração adaptados; deficiências na escrituração dos livros obrigatórios; fragmentação de remessas de mercadorias para torná-las elegíveis aos regimes abreviado e simplificado de despacho; subfacturação; desembaraço de mercadorias com obrigatoriedade de IPE/IPD sem a apresentação do DUC; “Cobrança” e receitação de DU’s sem a recolha dos respectivos valores; deficiente controlo de importações temporárias e saídas antecipadas: cauções e prazos; falta de domínio dos novos procedimentos de tesouraria; e deficiências no sistema de arquivo de livros e documentos.

Quanto a área dos impostos internos, foram visitadas 13 unidades orgânicas, tendo constituído principais constatações a falta de realização dos balanços mensais, de gerência/surpresa pelos respectivos directores ou seus adjuntos; atrasos na escrituração dos livros obrigatórios; inexistência de alguns livros obrigatórios; atrasos no envio dos processos mensais de contabilidade; falta de elaboração de Processos de Exactor; valores elevados em passagens de fundos aguardando crédito, por falta de emissão ou recepção tardia das guias de recolhimento; alcances não regularizados; existência de muitos cheques devolvidos, por diversas irregularidades, sem evidências de recuperação dos respectivos valores, por falta de aplicação dos procedimentos legais - “anulação do imposto” e virtualização imediata da dívida para cobrança coerciva; existência de valores acumulados nas contas bancárias das DAF’s, depositados por terceiros e não receiptados por insuficiência de dados (identificação do sujeito passivo e natureza do imposto pago); deficiências no sistema de arquivo de documentos; falta do cumprimento da Circular nº 12/GAB-DGI/2010, de 28 de Dezembro na emissão de conhecimentos de débitos para a recebedoria de diversos impostos por algumas DAFs; fraco desempenho nas auditorias e fiscalizações tributárias nas DAF’s visitadas; fraco desempenho nas citações dos executados em alguns Juízos de Execução Fiscais, havendo casos que remontam a mais de quatro anos; falta de controlo nos créditos sistemáticos em IVA e nos impostos de rendimentos; falta de penalização por entrega fora do prazo dos impostos, declarações de rendimentos e faltosos; deficiência na organização processual dos processos de contencioso fiscal e falta de menção dos dispositivos violados em alguns autos de transgressão e a assinatura dos autos de noticiais pelas testemunhas, o que tem originado a anulação dos mesmos pelos Tribunais Fiscais e deficiências no sistema de arquivo de documentos.

14.2.1 Aplicação de Novos Procedimentos de Recolha, Contabilização, Controlo e Transferência de Receita

Neste domínio, foram ministrados cursos nos diversos sectores da instituição, com maior incidência para os tesoureiros, gestores e outros quadros indicados pela gestão local. Do programa anual, de abrangência do projecto em todas as regiões do país, apenas a região sul beneficiou do programa. O subcumprimento do programa está associado a indisponibilidade do inspector responsável pela implementação do projecto, devido ao seu estado de saúde.

14.2.2 Controlo de Auditorias Pós-Desembaraço

Foram recebidos 56 relatórios de auditorias pós-desembaraço aduaneiro, tendo sido analisados 50 relatórios constatando-se: (i) o recurso recorrente ao método 4 das Regras sobre a Determinação do Valor Aduaneiro sem indicação das razões; (ii) a realização de auditorias incompletas por falta de trabalho coordenado entre a DAII-DGA e a DAFT-DGI; (iii) a falta dos resultados das auditorias solicitadas à DAFT; (iv) a falta de informação das auditorias realizadas pelas repartições das Regiões Centro e Norte; (v) falta de participação das infracções pela DAPD e consequente instauração de processos fiscais; e (vi) “desconhecimento” pelos verificadores dos TIMAR’s da existência dos THC’s a incluir no valor aduaneiro.

14.2.3 Controlo de Auditorias e Fiscalizações Tributárias

Durante o período em análise, foram recebidos dez (10) relatórios de auditorias e fiscalizações tributárias, tendo sido analisados 5 relatórios, cujas constatações foram: falta de liquidação, pelas equipas de fiscalização, do IVA no montante de 3,01 milhões de MT; indicação de dispositivos legais de Códigos que não estavam em vigor nos exercícios objecto de análise, no que tange ao IVA, IRPC e IRPS; sobrevalorização de proveitos adicionais para efeitos de correcção do rendimento tributável; e, falta de interdição do uso do sistema de facturação com recurso a meios informáticos impróprios.

14.2.4 Controlo de Reembolsos e Contencioso

Foram analisados os mapas de controlo sistemático (DCAT’s) das seguintes unidades orgânicas: DAF da Matola, referentes aos meses de Dezembro/11 e Maio/12; UGC – Beira, referentes ao período de Março a Outubro/11 e meses de Maio, Julho, Setembro e Outubro de 2012; DAF 2º Bairro da Beira, referentes aos períodos de Julho a Setembro/11 e Janeiro a Julho/12; DAF do 2º Bairro de Maputo, referentes ao mês de Setembro/11 e primeiro semestre de 2012; DAF de Inhambane, referentes ao período de Abril a Outubro/11 e meses de Março e Maio/12; DAF de Xai-Xai, referentes ao período de Junho a Outubro/11 e Janeiro a Novembro de 2012; DAF de Pemba, referentes ao período de Março a Dezembro/11 e meses de Janeiro, Maio e Junho a Outubro de 2012; e DAF de Mocímboa da Praia, referentes ao período de Janeiro a Setembro/11 e mês de Abril/12.

Da análise dos mapas DCAT’s constatou-se: elevado número de processos pendentes (não notificados); (ii) fraco desempenho no que tange à cobrança das dívidas tributárias; (iii) falta de indicação de NUIT’s nos DCAT’s; (iv) falta de indicação da data do envio dos processos à DCT ou ao TA; (v) irregularidades no preenchimento dos mapas DCAT’s; (vi) Falta de indicação do valor do imposto nos mapas DCAT’s 05, 06 e 07; (vii) morosidade no julgamento dos processos de contencioso remetidos aos Tribunais Fiscais e Administrativo; e (viii) demora na tramitação dos processos de reembolsos.

14.2.5 Inteligência Tributária

No âmbito da Inteligência Tributária foi colectada a informação a partir dos sistemas em uso na AT através de pesquisas para fornecimento de informação para o sector de Controlo, Inspeção e Auditoria e o sector de Auditoria, Investigação e Inteligência, no âmbito do controlo das auditorias pós-desembaraço, bem como outros sectores da AT e efectuadas cópias de segurança (Backups) do

TIMS nos terminais aduaneiros da região sul, concretamente Maputo e Província, extraídos e analisados os dados referentes ao TIMS sobre DUs pendentes, recuados e alterados.

14.2.6 Prevenção e Combate à Corrupção e Outras Irregularidades do Pessoal

Durante o ano, foram ministradas matérias com vista a prevenção e promoção da ética e integridade, em vários locais, nomeadamente: nas instalações da empresa MC-NET em Maputo, envolvendo os formandos no âmbito da Janela Única Electrónica (JUE); em Maputo, no acto da realização do seminário sobre a corrupção na indústria extractiva; na Associação de Estudantes Finalistas das Universidades (AEFUM), com participação de 200 estudantes na realização da palestra sobre popularização do imposto; e no Centro de Formação de Professores da Munhuana e no IFPFT, aos novos ingressos às categorias de Técnico Tributário de 2ª classe, Auxiliares Tributárias de 3ª classe, e Assistentes Aduaneiros e Técnicos para o projecto e-Tributação, abrangendo cerca de 570 novos funcionários, sendo, 190 Técnicos Tributários de 2ª classe, 150 Auxiliares Tributários de 3ª (motoristas e serventes), e 200 assistentes aduaneiros técnicos do Projecto e-Tributação.

Nas regiões Centro (Tete, Quelimane, Manica, Chimoio e Beira) e Norte (Lichinga, Nampula, Nacala, e Pemba), foram realizadas várias sessões de sensibilização dos funcionários da AT envolvendo os procuradores provinciais e 182 funcionários, dos quais: 39 Beira, 27 Manica, 33 Quelimane, 61 Tete, e 22 Chimoio, na região norte, 121 funcionários dos quais 31 em Lichinga, 39 em Nampula, 33 em Nacala, e 18 em Pemba.

14.2.7 Workshop sobre o Procedimento Disciplinar

Foi concluído e aprovado o Projecto dos workshops e palestras sobre o procedimento disciplinar a ser realizado em todas as delegações provinciais e elaborado o respectivo orçamento, com vista à realização efectiva do projecto, tendo, para o efeito, sido lançado um concurso para selecção de um orador para ministrar os workshops sobre o procedimento disciplinar, a serem realizadas em todas as delegações provinciais.

14.2.8 Repressão das Irregularidades do Pessoal

Durante o período foram registados 13 processos de inquérito, adicionados aos 30 transitados de 2011, tendo sido concluídos 14, estando em curso 18 processos, 4 por iniciar e propostos para o arquivamento 7 processos. Transitam para 2013, 22 processos.

Relativamente ao controlo de processos disciplinares, foram abertos 20 dos quais 8 da região sul, 3 da região norte e 4 da região centro. Foram igualmente enviados à DRH 7 processos disciplinares para efeitos de comunicação de despacho.

14.2.9 Acções Desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas Regionais de Controlo Interno

A nível das regiões, durante o ano de 2012, foram realizadas várias actividades, com destaque para:

- Região Norte: (i) Verificação dos registos e escrituração dos livros de receitas na Alfândega de Nacala; (ii) Conclusão do processo disciplinar levantado contra o funcionário da Alfândega de Pemba relacionado com a tentativa de exportação fraudulenta de semente de Algodão; (iii) Inquéritos; (iv) Acompanhamento do processo do fecho do mês e harmonização de Mapas de

contabilidade nas DAF's da região; e v) Acompanhamento do trabalho de balanço de transição dos Recebedores, formação on Job na DAF de Nampula, e organização e monitoramento das matrizes deixadas pela inspecção do GCI nas DAF's de Nampula e Nacala.

- Região Centro, realização de um curso sobre Controlo e Procedimentos Contabilísticos, organizado pela AT para os funcionários do Conselho Municipal da Beira, no âmbito do memorando de entendimento assinado pela AT e a Associação Nacional dos Municípios, com o objectivo de promover a cidadania fiscal, através de iniciativas de colaboração destinadas a contribuir para uma maior adesão ao cumprimento das obrigações fiscais.
- Região Sul, realização de auditorias e inspecções no TIAUTO II, Posto Fronteiriço de Goba, Armazéns B6 e B7, DAF de Inhambane, DAF de Quissico e Delegação Aduaneira de Xai-Xai. Das quatro monitorias que haviam sido programadas foram todas realizadas dentro do período previsto e tinham como objectivo principal a verificação do grau de cumprimento das recomendações deixadas aquando da última auditoria e os respectivos relatórios finais foram finalizados e enviados ao Gabinete do Presidente da AT. Em Setembro, houve uma actividade fora do programa relacionada com o balanço de transição de tesoureiros nos Serviços Provinciais da Alfândega de Gaza, nos termos da nota nº 442/DRS/DSC/AT/2012, de 06 de Setembro de 2012.

Com vista à identificação das linhas de cooperação no âmbito de combate a corrupção, com enfoque para o aproveitamento dos mecanismos de difusão de informação em uso na AT, foi realizado um encontro técnico entre a AT e a PGR.

14.2.10 Workshop sobre o Procedimento Disciplinar

Foi concluído e aprovado o Projecto das workshops e palestras sobre o procedimento disciplinar a ser realizado em todas as delegações provinciais e elaborado o respectivo orçamento, com vista à realização efectiva do projecto.

Foi lançado um concurso para selecção de um orador para ministrar os workshops sobre o procedimento disciplinar, a serem realizadas em todas as delegações provinciais.

14.2.11 Projecto das *Hotlines*

Foi lançado o concurso para o fornecimento de livros e caixas de reclamação onde, os fornecedores, apresentaram as suas propostas em termos de preços para a sua implementação. Entretanto, o concurso foi anulado, visto que os valores apresentados pelos concorrentes eram exorbitantes e ultrapassavam o valor do orçamento disponibilizado. Foi lançado um 2º concurso, adjudicado à empresa CEGRAFE para a produção de 200 livros de reclamação, cuja amostra foi aprovada, tendo sido dada ordem para a produção dos mesmos.

XV. ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIAIS

15.1 Conselho Superior Tributário

Dentro das competências atribuídas e no cumprimento do calendário previamente estabelecido, este órgão, no período em análise, realizou um total de 45 sessões, sendo 02 ordinárias e 43 extraordinárias, tendo apreciado e aprovado, de entre outros, os seguintes documentos:

(i) Relatório de auditoria externa as contas do Fundo Comum referente a 2011 incluindo a Carta de recomendações e o relatório de Execução financeira; Relatório de participação da AT na XIV Sessão do diálogo político entre o Governo de Moçambique e os Embaixadores e Representantes da União Europeia (EU) e dos seus Estados Membros; Relatório de participação da AT na Reunião final de Revisão Anual 2012 entre o Governo e os Parceiros de Apoio Programático; Relatório de participação da AT no *Workshop* sobre directrizes para harmonização dos impostos sobre o consumo “*Excise*” da SADC; Relatório de participação da AT em Seminário sobre Regimes fiscais da Industria Extractiva e Seminário internacional sobre Tributação de recursos naturais; Relatório da participação da AT na 1ª Conferência de Investimentos da Zona Económica Especial e no segundo fórum de reflexão sobre a implementação da ZEE de Nacala; Relatório de participação em seminário sobre aplicação avançada de Acordos Fiscais; Relatório de divulgação da Estrutura Normativa para o Controlo e Facilitação do Comércio; Relatório da visita da Procuradora Geral Adjunta à UGC de Nampula; Relatório do seminário sobre prevenção e combate ao branqueamento de capitais e Financiamento ao Terrorismo;

(ii) Memorando de Entendimento rubricado entre Moçambique e África do Sul sobre Acordo Bilateral dos Serviços Aéreos;

(iii) Proposta de lei que altera a Lei nº 15/2002 – Lei de base;

Proposta de Memorando de Entendimento entre a AT e o Ministério da Juventude e Desportos para efeitos de ocupação de um espaço no recinto do Estádio Nacional do Zimpeto; e

Proposta de Protocolo que altera a Convenção e o acordo entre a República de Moçambique, República do Botswana e Região Autónoma de Macau, para evitar a Dupla Tributação e prevenir a evasão fiscal em matérias de Imposto sobre Rendimentos; Proposta de Contracto de compra do imóvel situado na Ilha de Moçambique; Proposta de Diploma Ministerial que aprova o Regulamento do Trânsito Aduaneiro; Proposta de termos de referência da consultoria para avaliação do impacto da inspecção pré-embarque no comércio;

(iv) Minuta da Missão Técnica Bilateral Moçambique – Brasil sobre a Estruturação de Garantias de Financiamento;

(v) Adesão de Moçambique à Convenção Revista de Quioto; e

(vi) Carta de intenções resultante da quarta revisão do Policy Support Instrument.

15.2 Conselho Directivo

Durante o período em análise, este órgão realizou um total de 12 sessões ordinárias e 04 sessões extraordinárias, em que foram apreciadas várias matérias, que foram posteriormente submetidas ao CST, para aprovação, destacando-se, entre outras: A posição das receitas dos Impostos Internos (DGI) e Alfândegas (DGA); o financiamento aos projectos da Autoridade Tributária; e o ponto de situação dos Recursos Humanos da AT.

Ainda foram analisados os seguintes:

a) Relatórios de participação da AT no Simpósio Internacional sobre a Facilitação do Comércio; e na Conferência Internacional sobre actores emergentes em África sob o Lema: *Impacto e oportunidades para a EU / África e as Relações Globais*.

b) Informes sobre o projecto de fronteira de Paragem Única; os estagiários contabilistas no concurso de ingresso para a AT 2012; e a adesão de Moçambique ao ATAF.

Ainda foram realizadas assinaturas de Memorandos de Entendimento entre a AT e o MISAU, a CVM e o BCI.

15.3 Conselho da Fiscalidade

Para analisar e acompanhar a evolução do sistema fiscal e das políticas fiscal e aduaneira com vista a que se mantenham como instrumentos decisivos de justiça social, realizou-se, no dia 10 de Agosto de 2012, na cidade de Maputo, Hotel VIP, a IX Sessão do Conselho da Fiscalidade da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) sob o lema “Por uma Administração Tributária em prol de excelência na qualidade do Atendimento ao Contribuinte”.

Foi, neste período concebido um suplemento informativo, designado “Canal de Fiscalidade”, com o objectivo de auscultar a sociedade civil e colher contribuições para a melhoria da fiscalidade e ainda elaborado o balanço das actividades das áreas especializadas do Conselho da Fiscalidade e também divulgado o *Blog* do SECF.

15.4 Outros Eventos

15.4.1 Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira

Sob o Lema “Com Modernidade, Profissionalismo, Produtividade e Competência, Todos Juntos Fazemos Moçambique”, realizou-se o VI Seminário Nacional sobre a Execução da Política Fiscal e Aduaneira, na cidade de Maputo, no campus universitário da Universidade Eduardo Mondlane, no dia 16 de Março de 2012, em que se fez o balanço das actividades realizadas em 2011 e perspectivadas as acções para o ano de 2012, e ainda, feito o lançamento da Edição Zero do Boletim de Estatísticas Tributárias, apresentando dados estatísticos em séries anuais de 2006 a 2011.

15.4.2 Outros

Foram apresentadas informações nas reuniões sobre os grupos profissionais da AT, ministradas diversas palestras por várias personalidades de reputação nas áreas económica, social e política, tendo sido abordados, dentre outros, os seguintes temas: (i) “7 de Abril - Dia da Mulher Moçambicana”, que teve como oradora a Exma.Sra.Clara Pugas; (ii) “Energias alternativas renováveis: Que impacto para as Comunidades para a solidez da carteira fiscal”, que teve como oradora a Exma. Sra. Miquelina Menezes; (iii) “A importância do sector agrário na Economia Nacional e Orçamento do Estado – Reflexões e paradigmas”, tendo como orador o Exmo. Sr. João Mosca; (iv) “Algumas lições e desafios do projecto de reforma do sector Público para as pessoas e

as organizações, tendo como orador o Exmo. Sr. Almiro Lobo; (v) “25 de Setembro – Dia das Forças Armadas de Moçambique” tendo como orador o Exmo. Sr. António Hama Thai.

XVI. PERSPECTIVAS DE ACÇÕES PARA 2013

16.1 No âmbito da Cobrança de Receitas

- I. A arrecadação de receitas do Estado no valor de 113.961,38 milhões de MT, até 31 de Dezembro de 2013;
- II. A intensificação da acção inspectiva, com forte componente de educação fiscal, com vista a combater a fraude e evasão fiscais;
- III. A introdução e operacionalização das máquinas fiscais para o reforço da capacidade de arrecadação das receitas provenientes dos impostos internos e apoio ao sector da fiscalização no controlo do cumprimento das obrigações fiscais;
- IV. A divulgação da legislação fiscal e aduaneira;
- V. O desenvolvimento de acções para maior abrangência territorial do registo de NUITs e respectiva implementação.

16.2 No âmbito da Modernização e Fortalecimento da Administração Tributária

- I. A Elaboração da proposta de Regulamento de Concurso de Ingresso e Promoção nas Carreiras da AT;
- II. A consolidação do processo de revisão do sistema de mérito e a garantia da sua implementação efectiva;
- III. A continuidade do desenvolvimento de acções de modo a garantir a racionalização da despesa, sugerindo a redução das despesas que se mostrarem elevadas e irrelevantes.
- IV. A realização de formações, a 3.391 funcionários, nas Áreas Técnicas, dos quais 987 para capacitação profissional contínua e 2.404 no âmbito do enquadramento nas carreiras profissionais da AT, como forma de implementação do plano de formação para 2013;
- V. A capacitação dos quadros da AT em matérias de desenvolvimento gerencial e aspectos técnicos de administração tributária;
- VI. A continuação da implementação do projecto de sensibilização dos funcionários da AT, em matéria de Ética e Integridade; e
- VII. A operacionalização de 12 novos postos de cobrança fiscais e aduaneiras (móveis e fixos), sendo 04 na Região Norte, 06 na Região Centro e 02 na Região Sul.

16.3 No âmbito de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação

- I. A implementação do Portal do Contribuinte;
- II. A implementação do IVA/ISPC e Processos Comuns;
- III. A implementação da do Projecto Janela Única Electrónica;
- IV. A manutenção regular das plataformas actuais para permitir o funcionamento das áreas operacionais e administrativas da AT.

XVII. ANEXOS

Anexo I – Desempenho Anual da AT, por Área Operativa – 2012

Ord.	Descrição	IMPOSTOS INTERNOS			ALFÂNDEGAS			TOTAL AT			
		Programa 2012	Cobrança 2012	Realização	Programa 2012	Cobrança 2012	Realização	Programa 2012	Cobrança 2012	Realização	% PIB
Cidade de Maputo		48.158,68	54.076,25	112,29%	10.961,20	10.009,79	91,32%	59.119,88	64.086,04	108,40%	15,47%
1	UGC Maputo	30.655,19	31.807,19	103,76%	0,00	0,00		30.655,19	31.807,19	103,76%	7,68%
2	Maputo - 1	15.323,26	20.141,98	131,45%	6.979,25	6.566,08	94,08%	22.302,51	26.708,07	119,75%	6,45%
3	Maputo - 2	2.111,04	2.072,42	98,17%	3.981,95	3.443,71	86,48%	6.092,99	5.516,13	90,53%	1,33%
4	Juízo Maputo	69,19	54,66	79,01%	0,00	0,00		69,19	54,66	79,01%	0,01%
Província de Maputo		3.211,05	3.238,59	100,86%	13.762,31	11.619,65	84,43%	16.973,36	14.858,24	87,54%	3,59%
5	Matola	3.092,08	3.119,56	100,89%	13.762,31	11.619,65	84,43%	16.854,39	14.739,21	87,45%	3,56%
6	Manhiça	118,97	119,03	100,06%	0,00	0,00		118,97	119,03	100,06%	0,03%
Província de Gaza		424,54	430,11	101,31%	32,67	37,79	115,68%	457,20	467,90	102,34%	0,11%
7	Xai - Xai	335,45	338,87	101,02%	32,67	37,79	115,68%	368,12	376,66	102,32%	0,09%
8	Chibuto	22,11	22,11	100,00%	0,00	0,00		22,11	22,11	100,00%	0,01%
9	Chokwe	66,98	69,13	103,22%	0,00	0,00		66,98	69,13	103,22%	0,02%
Província de Inhambane		479,22	487,97	101,83%	52,33	47,77	91,29%	531,55	535,74	100,79%	0,13%
10	Inhambane	335,39	348,91	104,03%	39,70	37,82	95,29%	375,08	386,74	103,11%	0,09%
11	Vilanculos	126,32	122,32	96,84%	12,63	9,95	78,72%	138,95	132,27	95,19%	0,03%
12	Quissico	17,52	16,73	95,52%	0,00	0,00		17,52	16,73	95,52%	0,00%
REGIÃO SUL		52.273,48	58.232,92	111,40%	24.808,51	21.715,00	87,53%	77.081,99	79.947,93	103,72%	19,29%
Província de Sofala		2.370,22	2.647,07	111,68%	5.408,35	4.690,61	86,73%	7.778,57	7.337,68	94,33%	1,77%
13	UGC Beira	1.181,25	1.381,95	116,99%	0,00	0,00		1.181,25	1.381,95	116,99%	0,33%
14	Beira	996,16	1.070,76	107,49%	5.408,35	4.690,61	86,73%	6.404,51	5.761,37	89,96%	1,39%
15	Manga	178,49	180,91	101,35%	0,00	0,00		178,49	180,91	101,35%	0,04%
16	Juízo Beira	14,32	13,45	93,95%	0,00	0,00		14,32	13,45	93,95%	0,00%
Província de Manica		515,79	564,44	109,43%	470,14	430,71	91,61%	985,94	995,14	100,93%	0,24%
17	DAF Chimoió	515,79	564,44	109,43%	470,14	430,71	91,61%	985,94	995,14	100,93%	0,24%
Província de Tete		2.135,59	2.505,39	117,32%	609,16	636,63	104,51%	2.744,76	3.142,02	114,47%	0,76%
18	DAF Tete	2.135,59	2.505,39	117,32%	609,16	636,63	104,51%	2.744,76	3.142,02	114,47%	0,76%
Província da Zambézia		601,54	596,45	99,15%	194,00	218,84	112,81%	795,54	815,29	102,48%	0,20%
19	Quelimane	502,83	494,27	98,30%	194,00	218,84	112,81%	696,83	713,11	102,34%	0,17%
20	Mucuba	58,95	61,80	104,84%	0,00	0,00		58,95	61,80	104,84%	0,01%
21	Gurue	39,76	40,38	101,56%	0,00	0,00		39,76	40,38	101,56%	0,01%
REGIÃO CENTRO		5.623,15	6.313,36	112,27%	6.681,65	5.976,79	89,45%	12.304,80	12.290,14	99,88%	2,97%
Província de Nampula		1.637,17	1.936,14	118,26%	3.690,28	3.326,82	90,15%	5.327,45	5.262,97	98,79%	1,27%
22	UGC Nampula	474,41	511,44	107,81%	0,00	0,00		474,41	511,44	107,81%	0,12%
23	Nampula	517,88	551,82	106,55%	848,48	606,36	71,46%	1.366,36	1.158,18	84,76%	0,28%
24	Nacala	618,80	842,92	136,22%	2.841,80	2.720,46	95,73%	3.460,61	3.563,39	102,97%	0,86%
25	Angoche	26,08	29,96	114,89%	0,00	0,00		26,08	29,96	114,89%	0,01%
Província de Cabo Delgado		411,94	450,93	109,46%	127,04	148,08	116,56%	538,98	599,00	111,14%	0,14%
26	Pemba	377,36	408,53	108,26%	122,05	141,79	116,18%	499,41	550,33	110,19%	0,13%
27	Montepuez	23,01	28,74	124,90%	0,00	0,00		23,01	28,74	124,90%	0,01%
28	Moc. Praia	11,57	13,65	118,01%	4,99	6,29	125,91%	16,56	19,94	120,39%	0,00%
Província de Niassa		243,17	475,24	195,44%	41,56	39,77	95,68%	284,73	515,01	180,88%	0,12%
29	Lichinga	220,82	452,13	204,75%	28,91	30,18	104,40%	249,73	482,31	193,13%	0,12%
30	Cuamba	22,35	23,12	103,43%	12,66	9,59	75,75%	35,00	32,70	93,42%	0,01%
REGIÃO NORTE		2.292,28	2.862,31	124,87%	3.858,89	3.514,67	91,08%	6.151,17	6.376,98	103,67%	1,54%
TOTAL		60.188,91	67.408,59	112,00%	35.349,04	31.206,46	88,28%	95.537,96	98.615,05	103,22%	23,80%

Anexo II – Total de NUIT's Atribuídos em 2012 e Acumulado

Ord.	DAF's	Registos 2011			Programa 2012			Registos 2012			Grau de Realização			Acumulado - 1999 a 2012		
		Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total
1	Lichinga	9.229	61	9.290	9.320	186	9.506	1.394	5	1.399	179%	32%	176%	53.823	560	54.383
2	Cuamba	3.790	13	3.803	3.800	76	3.876	48	0	48	15%	0%	15%	17.005	121	17.126
3	Pemba	8.402	152	8.554	12.100	242	12.342	2.980	29	3.009	2463%	1198%	2446%	65.639	1.311	66.950
4	Montepuez	1.567	17	1.584	2.231	45	2.276	587	0	587	316%	0%	309%	14.935	142	15.077
5	Mocimboa da Praia	1.447	15	1.462	4.330	87	4.417	2.224	2	2.226	616%	28%	605%	41.652	117	41.769
6	Nampula	24.584	293	24.877	28.300	566	28.866	2.511	19	2.530	106%	40%	105%	129.351	1.964	131.315
7	Angoche	1.633	13	1.646	2.154	43	2.197	128	0	128	71%	0%	70%	10.760	139	10.899
8	Nacala	14.122	103	14.225	17.500	350	17.850	1.570	11	1.581	105%	37%	104%	58.995	820	59.815
9	UGC de Nampula	0	0	0										56	121	177
Total Regional Norte		64.774	667	65.441	70.415	1.408	71.823	11.442	66	11.508	198%	57%	195%	392.216	5.295	397.511
10	Quelimane	19.453	272	19.725	22.200	444	22.644	1.951	20	1.971	105%	54%	104%	105.538	2.231	107.769
11	Gurué	2.643	46	2.689	4.254	85	4.339	122	2	124	34%	28%	34%	17.188	259	17.447
12	Mocuba	4.859	36	4.895	5.479	110	5.589	457	2	459	100%	22%	98%	29.942	338	30.280
13	Tete	19.416	464	19.880	20.327	407	20.734	2.737	34	2.771	162%	100%	160%	130.480	2.790	133.270
14	Chimoio	17.299	299	17.598	20.250	405	20.655	2.014	16	2.030	119%	47%	118%	110.678	1.901	112.579
15	1º Bairro da Beira	17.423	133	17.556	18.400	368	18.768	1.661	18	1.679	108%	59%	107%	116.038	2.111	118.149
16	Manga	16.639	222	16.861	19.320	386	19.706	2.704	20	2.724	168%	62%	166%	100.993	1.042	102.035
17	UGC da Beira			0										34	160	194
Total Regional Centro		97.732	1.472	99.204	88.030	1.761	89.791	11.646	112	11.758	127%	61%	125%	610.891	10.832	621.723
18	Inhambane	5.827	176	6.003	7.246	145	7.391	774	6	780	128%	50%	127%	41.230	1.250	42.480
19	Quissico	1.293	21	1.314	1.811	36	1.847	317	0	317	210%	0%	206%	10.779	175	10.954
20	Vilanculos	2.189	81	2.270	3.577	72	3.649	551	6	557	185%	101%	183%	19.968	772	20.740
21	Maxixe	3.722	47	3.769	3.950	79	4.029	791	1	792	139%	9%	136%	24.125	381	24.506
22	Xai xai	8.638	171	8.809	9.471	189	9.660	1.607	7	1.614	204%	44%	200%	56.356	1.088	57.444
23	Chibuto	1.172	13	1.185	1.420	28	1.448	219	9	228	185%	380%	190%	7.995	98	8.093
24	Chokwé	3.807	53	3.860	4.350	87	4.437	487	11	498	134%	152%	135%	28.684	449	29.133
25	Matola	45.838	600	46.438	32.167	643	32.810	4.013	71	4.084	162%	143%	162%	184.405	3.670	188.075
26	Magude	1.531	7	1.538	1.276	26	1.302	299	0	299	281%	0%	277%	8.299	55	8.354
27	Manhiça	5.399	25	5.424	6.950	139	7.089	294	4	298	51%	35%	50%	28.121	272	28.393
28	Machava				10.930	219	11.149	2.243	17	2.260	246%	93%	243%	76.834	741	77.575
29	1º Bairro de Maputo	8.338	1.618	9.956	1.214	24	1.238	142	6	148	140%	297%	144%	89.238	12.986	102.224
30	2º Bairro de Maputo	68.937	998	69.935	13.693	274	13.967	793	180	973	63%	486%	76%	293.844	5.868	299.712
31	3º Bairro de Maputo	949	319	1.268	40.520	810	41.330	4.718	82	4.800	121%	105%	121%	14.711	2.907	17.618
32	Ponta do Ouro	1.151	37	1.188	1.250	25	1.275	175	79	254	168%	3792%	240%	6.081	222	6.303
33	Posto de Cobra. do Jardim				14.500	290	14.790	1.834	9	1.843	152%	37%	150%	94.267	866	95.133
34	Posto de Cobr. de Xipamanine				8.652	173	8.825	1.596	7	1.603	178%	39%	175%	17.984	288	18.272
35	UGC de Maputo													21	586	607
Total Regional Sul		158.791	4.166	162.957	162.977	3.260	166.237	20.853	495	19.505	144,55%	164,71%	132,46%	1.002.942	32.674	1.035.616
Total Geral		321.297	6.305	327.602	352.942	7.059	360.001	43.941	673	44.614	149,46%	112,05%	148,70%	2.006.049	48.801	2.054.850

Anexo III - Registo de Contribuintes do ISPC – 2012 e Acumulado

Ord.	Descrição	Registos 2011	Programa 2012	Registos 2012	Grau de Realização	Acumulado 2009/2012
1	DAF de Nampula	4.148	4.340	1.978	45,58%	9.553
2	DAF de Nacala	2.179	3.885	3.016	77,63%	5.799
3	DAF de Angoche	614	1.565	677	43,26%	1.960
4	DAF de Pemba	1.071	2.915	1.151	39,49%	3.137
5	DAF de Montepuez	489	1.805	955	52,91%	2.654
6	DAF de Moç. Praia	380	1.325	614	46,34%	1.828
7	DAF de Lichinga	322	2.880	793	27,53%	1.390
8	DAF de Cuamba	80	1.285	640	49,81%	1.406
Total Região Norte		9.283	20.000	9.824	49,12%	27.727
9	DAF do 1º Bairro da Beira	2.933	3.270	2.477	75,75%	8.438
10	DAF do 2º Bairro da Beira	2.468	3.270	1.537	47,00%	6.282
11	DAF de Chimoio	2.758	3.270	1.852	56,64%	6.860
12	DAF de Tete	2.838	3.270	3.147	96,24%	6.816
13	DAF de Quelimane	4.995	3.270	1.432	43,79%	11.099
14	DAF de Gurué	254	2.110	284	13,46%	1.324
15	DAF de Mocuba	326	1.540	207	13,44%	1.281
Total Região Centro		16.572	20.000	10.936	54,68%	42.100
16	DAF do 1º Bairro de Maputo	284	1.100	464	42,18%	1.909
17	DAF do 2º Bairro de Maputo	15.673	3.000	2.878	95,93%	29.833
18	DAF da Matola	1.693	3.000	3.517	117,23%	7.991
19	DAF da Manhica	751	1.800	237	13,17%	1.504
20	DAF de Xai-Xai	548	3.000	890	29,67%	1.772
21	DAF de Chibuto	86	1.000	134	13,40%	418
22	DAF de Chókwè	262	1.600	459	28,69%	1.044
23	DAF de Inhambane	671	3.000	1.609	53,63%	3.761
24	DAF de Vilankulos	156	1.500	313	20,87%	901
25	DAF de Quissico	362	1.000	189	18,90%	1.001
Total Região Sul		20.486	20.000	10.690	53,45%	50.134
Total Geral		46.341	60.000	31.450	52,42%	119.961

Anexo IV – Critério de Selecção de Grandes Contribuintes

Critérios	Região Sul	Região Centro	Região Norte	Observações
1 Tipo de actividade económica	Bolsa de Valores, Instituições Financeiras (Bancos, Leasing, Seguradoras, Resseguros e Casas de Câmbios). Empresas de Recursos Naturais (Minas, Petróleo/Gás e suas participadas), Gasolineiras. Terminais sob gestão privada (Carvão, Açúcar e Outras)	Instituições Financeiras (Bancos, Seguradoras, Resseguros e Casas de Câmbio). Empresas de Recursos Naturais (Minas, Petróleo e suas participadas). Empresas de pescas semi-industrial e industrial, sub-empregadas de grandes projectos, Moageiras. Terminais sob gestão privada	Instituições Financeiras (Bancos, Seguradoras, Resseguros e Casas de Câmbio). Empresas de Recursos Naturais (Minas, Petróleos e suas participadas), Indústria de Cajú, Moageiras, Indústria de óleos e sabões, Terminais sob gestão privada	
2. Montante de IVA pago	Média igual ou superior a 1.000.000,00MT, nos últimos três anos	Média igual ou superior a 460.000,00 MT, últimos três anos	Média igual ou superior a 200.000,00 MT, nos últimos três anos	Cruzar com o critério 4
3. Volume de exportações	Média igual ou superior a 90.000.000,00 MT, nos últimos três anos	Média igual ou superior a 30.000.000,00 MT, nos últimos três anos	Média igual ou superior a 30.000.000,00 MT, nos últimos três anos	
4. Volume de vendas/ Volume de negócios	Média igual ou superior a 70.000.000,00 MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 20.000.000,00 MT nos últimos três anos	Média igual ou superior a 40.000.000,00 MT nos últimos três anos	Cruzar com o critério 2
5. Sujeição a impostos de natureza especial				Sujeição a taxa liberatória incidente sobre o volume de vendas, gasolineiras, imposto sobre a produção de minas e imposto sobre a produção de petróleos, taxas de concessão.

Anexo V - Resumo de Acções Desenvolvidas no Âmbito da Comunicação e Imagem da AT

Ord.	Assunto	Descrição
1.	Publicações	Foram publicados 192 anúncios nos diversos órgãos de comunicação social relativos a concursos públicos, leilões, calendário fiscal, adjudicação, editais, comunicados, anúncios, necrologias, avisos, entre outros.
2.	Coberturas	Foram feitas 84 coberturas, através da imprensa, de diversos eventos organizados pela Autoridade Tributária ou por outras instituições e foram publicados diversos comunicados, anúncios e outros excertos na imprensa, a todos os níveis.
3.	Comunicações Internas	No que refere à comunicação interna, destaca-se a cobertura de 71 eventos da Instituição, tais como palestras, seminários, apreensões, visitas às áreas operativas pelo PAT e outros dirigentes da Instituição.
4.	Atendimento ao Contribuinte	Foram atendidos 207.160 contribuintes nos Balcões de Assistência ao Contribuinte (BAC's), para esclarecimentos sobre diversa matéria relacionada com o IRPS, IRPC, IVA, atribuição de NUIT e respectivos cartões, entre outros.
5.	Memorandos de Entendimento (MdE's)	Foram assinados 28 de MdE's entre AT e diversas instituições, nomeadamente: I. Para a massificação da cadastração e popularização do Imposto, 18 MdEs, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • 1 Instituição de Ensino – Instituto Técnico Profissional e Aduaneiro de Moçambique (ITPAM); • 1 Instituição bancária (BCI); • 4 Organizações Sociais e Culturais: (i) Escolinha do Tico; (ii) Centro de Aconselhamento e Patrocínio Jurídico (CAPAJ); (iii) Defesa e Desenvolvimento da Sociedade; e (iv) Associação Voluntário sem Fronteira; • 1 Município – Conselho Municipal de Maputo; • 2 Órgãos de Comunicação Social: (i) MOZCELEB; e (ii) Televisão Independente de Moçambique (TIM). • 9 Confissões Religiosas: (i) Igreja Zione Cristian Church de Moçambique; (ii) Igreja Pentecostal Int. Holiness em Moçambique; (iii) Igreja Luís Zione Apostólica de Moçambique; (iv) Igreja União Moçambicana dos Adventistas do 7º Dia de Moçambique; (v) Igreja 12 Apostólica de África em Moçambique; (vi) Igreja Nova Apostólica em Moçambique; (vii) Igreja Ministério Envagélico em Acção; (viii) Comunidade Judaica; (ix) Comunidade Mohomentana II. Para partilha de informação, 1 MdE com o INSS; III. Para a adesão ao Sistema JUE, 05 MdE's (i) FNB; (ii) MOZA BANCO; (iii) Millenium BIM; (iv) Standard Bank; (v) BANCO ÚNICO; IV. Para Cooperação Técnica – 03 MdE's (i) MISAU, (ii) Cruz Vermelha de Moçambique; (iii) Millenium BIM; V. 1 MdE com os Parceiros de Cooperação do Fundo Comum; para implementação da reforma da AT.
6.	Campanhas de Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto	Foram desenvolvidas várias actividades nas três regiões com destaque para: <ol style="list-style-type: none"> I. Formação de 15.465 disseminadores de um horizonte de 15.000 previstos, em 35 Distritos e 82 Postos Administrativos; II. 175 acções de popularização do imposto com recurso à cultura, desporto e recreação; III. 10 palestras sobre Educação Fiscal, Aduaneira e Popularização do Imposto, proferidas por várias individualidades; e IV. Realização da caravana de educação fiscal, que percorreu todo o país, com a excepção da Província de Niassa.

Anexo VI – Acções do IFPFT-Sede e Respectivas Delegações Regionais

Ord.	Assunto	Descrição
1.	Imprensa e Imagem	<p>IFPFT- Sede – produzidas e publicadas 10 edições do Boletim Informativo IFPFT Noticias.</p> <p>IFPFT-Centro – Produzidas e publicadas 9 (nove) edições do boletim informativo MUSSOCO e 1 (uma) edição especial no mês de Dezembro.</p> <p>IFPFT-Norte – Publicada 01 edição especial do <i>NORTINFORMATIVO</i>.</p>
2.	Formações	<p>No IFPFT Sede – foram realizadas 46 acções de formação nas áreas técnicas aduaneira, fiscal, administração e gestão, com destaque para os seguintes cursos: (i) Especialização em Direito Fiscal Moçambicano, organizado pela Associação Moçambicana de Jovens Contabilistas – AMOJOC; (ii) Auditoria Tributária às Empresas do Sector Financeiro; (iii) Capacitação de Juízes dos Tribunais Fiscais sobre Impostos Internos; (iv) Modelos Financeiros – Regime Fiscal de Minas e Petróleo; (v) Formação em Medição de Tanques de Combustíveis, (vi) Formação sobre <i>Pipelines</i> e Cargas Petrolíferas; (vii) Formação de Formadores em Valor Aduaneiro – GATT.</p> <p>IFPFT Centro – Realizadas 33 acções de formação sendo: 12 na área técnica aduaneira; 4 na área técnica fiscal; 7 na área de administração e gestão; e 10 formações locais (Memorandos de Intenções, línguas e Informática), beneficiando 642 formandos, dos quais 579 funcionários da AT, 23 funcionários do Município, 18 funcionários da Comunicação Social, 22 jovens da ARO Juvenil.</p> <p>IFPFT Norte – foram realizadas 19 acções de formação, das quais 08 da área técnica aduaneira, 06 da área técnica tributária, 01 de língua Inglesa e 04 da área técnica administrativa, abrangendo funcionários afectos nas Províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.</p> <p>Na área das Autarquias, realizou-se na Região Sul 01 acção de formação, na Região Centro 01 e na Região Norte 3, tendo beneficiado um total de 122 participantes, dos quais: (i) 64 da Região Norte; (ii) 28 da Região Centro; e (iii) 30 da Região Sul, para dotá-los de capacidades técnicas para a cobrança dos impostos autárquicos, de acordo com o previsto no artigo 84, da Lei nº 1/2008, de 16 de Janeiro (Lei das Autarquias Locais) e o MdE assinado entre a AT e a ANAMM.</p>
3	Parceria com a UNIDO e UE	Adquiridos 36 computadores e 12 <i>Laptops</i> no âmbito da parceria com a Unido e União Europeia.

ANEXO VII: Parque Informático Operacional na AT em 2012

LOCAL	Existência em 31.12.2012																
	Moni	PC	Serv	Tecl	Mou	UPS	Imp	Swi	Hub	Rout	Certif	Notb	L.Che	Scan	HD Ex	Fax	Fot
Região Norte	301	126	4	123	112	98	64	16	0	5	1	1	0	1	3	12	14
Região Centro	263	262	22	262	262	158	92	18	6	14	11	3	3	4	1	14	5
Região Sul	680	667	43	676	663	557	226	30	5	19	44	6	10	1	2	2	3
Serviços Centrais	1.110	1.054	32	1.097	1.039	758	307	71	5	21	2	82	0	9	2	7	3
Total	2.354	2.109	101	2.158	2.076	1.571	689	135	16	59	58	92	13	15	8	35	25

LEGENDA: **MONI** = Monitor; **PC** = Personal Computador; **SERV** = Servidor; **TECL** = Teclado; **MOU** = Mouse; **UPS** = *Uninterruptible Power Supply*; **IMP** = Impressora; **SWI** = Switch; **HUB** = Concentrador; **ROUT** = Roteador; **CERTF** = Certificadora; **NOTBO** = *Notebook*; **L. CHE** = Leitor Cheques; **SCAN** = *Scanner*; **HD Ex** = Disco Duro Externo, **FAX** = Fax, **FOT** = Fotocopiadora, **D.SH** = Data Show

Anexo VIII – Parque de Viaturas da AT*Variação Patrimonial em Meios de Transportes*

Descrição dos Bens	2011		2012		
	Existência	Entradas	Saídas		Existência
			Abate	Outro	
Viaturas	396	58		6	448
Motorizadas	66	5	4		67
Total	462	63	4	6	515

Distribuição das Viaturas por Classe, por Direcções

Classe	Direcções				
	Sede	DRS	DRC	DRN	Total
Motorizadas	0	21	26	20	67
Turismos	57	8	14	1	80
Station Wagon	9	1	4	3	17
Cabine simple	22	39	39	24	124
Cabine dupla	86	42	44	36	203
M.Bus 15L	1	0	2	1	4
M.Bus 30L	1	0	1	1	3
Autocarro	1	0	0	0	1
Camionetas	1	1	2	0	4
Camiao	1	3	2	1	7
Total por Região	179	115	137	84	515

Anexo IX – Relação de Imóveis da AT por Região e por Província

Região	Província	Forma de Aquisição	Ano		Total Geral	
			2011	2012		
N o r t e	Província de Cabo Delgado	Construção	8	0	8	
		Outras formas jurídicas	25	0	25	
		Transferência	0	2	2	
	Total - Província de Cabo Delgado			33	2	35
	Província de Nampula	Construção	45	0	45	
		Outras formas jurídicas	11	1	11	
		Transferência	2	2	4	
	Total - Província de Nampula			58	3	61
	Província de Niassa	Construção	12	0	12	
		Outras formas jurídicas	13	0	13	
		Transferência	1	0	1	
	Total - Província de Niassa			26	0	26
Total Região Norte			117	5	122	
C e n t r o	Província de Sofala	Construção	0	0	0	
		Outras formas jurídicas	0	1	1	
		Transferência	3	1	4	
	Total - Província de Sofala			3	2	5
	Província de Tete	Construção	3	0	3	
		Outras formas jurídicas	20	0	20	
		Transferência	1	3	4	
	Total - Província de Tete			24	3	27
	Província de Zambézia	Construção	9	0	9	
		Outras formas de aquisição	35	0	35	
		Transferência	4	2	6	
	Província de Zambézia Total			48	2	50
	Província de Manica	Construção	11	0	11	
		Outras formas jurídicas	10	0	10	
		Transferência	6	0	6	
Total - Província de Manica			27	0	27	
Total Região Centro			102	7	109	
S u l	Cidade de Maputo	Compra	0	1	1	
		Outras formas jurídicas	8	0	8	
		Transferência	7	0	7	
	Total - Cidade de Maputo			15	1	16
	Província de Maputo	Compra	7	0	7	
		Construção	37	4	41	
		Outras formas jurídicas	3	3	6	
		Transferência	9	2	11	
	Total - Província de Maputo			56	9	65
	Província de Gaza	Compra	0	1	1	
		Construção	5	1	6	
		Transferência	4	0	4	
	Total - Província de Gaza			9	2	11
	Província de Inhambane	Compra	2	0	2	
		Construção	2	0	2	
Outras formas jurídicas		5	0	5		
Transferência		6	0	6		
Total - Província de Inhambane			15	0	15	
Total Região Sul			95	12	107	
Total Geral			314	24	338	

Anexo X – Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
		Assegurar a cobrança da receita proveniente dos impostos internos e do comércio externo, em conformidade com as metas fixadas		1.200.000,00	1.145.589,05	43.530,95	
1.1.1.	ACT 2.	Sensibilização, mobilização e divulgação do ISPC à nível dos Distritos e Municípios	DGI	1.200.000,00	1.156.469,05	43.530,95	<p>A equipa do ISPC juntamente com os técnicos das DAF's realizou trabalhos de sensibilização, em todo o país, que culminaram com o registo de 506.254 NUTTs, tendo superado a meta prevista com a realização em 140.63%.</p> <p>Em ISPC foram registados 31.450 novos contribuintes, não se tendo alcançado a meta de 60.000, por se ter adoptado, nestes primeiros anos deste imposto, uma estratégia de persuasão, visando a adesão voluntária e de sensibilização dos potenciais contribuintes, neste imposto, para a sua inscrição.</p>
		Realizar estudos tendentes a sustentação da reforma fiscal aduaneira e actualização da legislação		337.290,00	337.290,00	0,00	
1.2.1	ACT 4.	Divulgação relativa a proposta de regulamento que introduz a obrigatoriedade de uso de máquinas fiscais e a sua auscultação aos agentes económicos e público em geral.	GPECI	337.290,00	337.290,00	0,00	<p>Realizados seminários de auscultação dos agentes económicos e público em geral em coordenação com a CTA para apresentação da proposta de Decreto que introduz a obrigatoriedade de uso de máquinas fiscais, nas Cidades de Maputo e Matola, nos dias 08 e 16 de Agosto de 2012, com 61 participantes, dos quais 41 agentes económicos e 20 representantes da AT. Na província de Maputo, com 121 participantes, sendo 60 representantes da AT e 61 agentes económicos, incluindo 2 instituições de ensino superior (UEM e ISTEg), bem como a CTA a nível central e a nível provincial, através do CEP (Conselho Empresarial da província de Maputo). Em todas as capitais provinciais e alguns distritos, o evento contou com a participação de agentes económicos bem como de funcionários da AT, que registou um total de 983 participantes.</p> <p>O processo de Auscultação teve réplicas nas restantes províncias, tendo sido encabeçado em cada uma pelo respectivo Delegado da AT, obedecendo um padrão único, previamente preparado para o efeito, composto por: apresentação, guião de perguntas e respostas, convites etc.) Este processo resultou na elaboração da proposta de regulamento do uso de máquinas fiscais que já foi submetida ao Conselho de Ministros para aprovação.</p>

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
		Realizar Inspeções, fiscalizações e auditorias		15.061.150,00	14.717.317,91	343.832,09	
	ACT 1.	Fiscalização e Controlo de Mercadorias em Circulação - Operação Zongoene	DGI	4.553.562,51	4.511.460,16	42.102,35	Com a participação de 909 funcionários, foram fiscalizadas a nível de todo o país, 19.245 viaturas, tendo sido autuadas, por irregularidades diversas, 581 automobilistas. Como resultado desta operação, foram arrecadados 6.649,59 milhões de MT (que inclui IVA, Direitos e Multas), cujo balanço do trabalho se mostra positivo e satisfatório, em termos globais, uma vez que a receita arrecadada supera os gastos envolvidos na implementação do projecto.
1.2.2.	ACT 2.	Realização de auditorias pós desembaraço na região centro - Reviravolta Sul	DGA	3.550.730,92	3.457.078,35	93.652,57	Realizadas operações que culminaram com apreensões de mercadorias diversas (produtos de mercearia, viaturas, electrodomésticos, cigarros e bebidas alcoólicas), estando a decorrer o processo para a respectiva regularização.
		Realização de auditorias pós desembaraço na região centro - Reviravolta Centro					Projecto concluído, tendo sido desembolsados 590.336,69 MT para a sua operacionalização. A sua implementação permitiu a recuperação da receita em 6.336.931,42 MT e a cobrança de 716.7874,97 em multas .
		Realização de auditorias pós desembaraço na região centro - Reviravolta Norte					Para a operacionalização do projecto, foram gastos 463.784,00MT no pagamento das ajudas de custos e 71.100,00 MT em passagens aéreas. Concluído, tendo culminado com o apuramento de uma dívida no valor 11.058.207,11MT que foi paga em prestações.
		Auditoria Pós-desembaraço às empresas nas cidades de Nampula, Nacala e Pemba					Realizadas 9 auditorias em igual número de empresas, tendo sido desembolsados 80.240,00MT, para a deslocação dos funcionários. Deste trabalho foi apurada uma dívida em 6 empresas no valor total de 3.802.100,75MT. De salientar que o valor da dívida foi pago em prestações.
		Auditoria pós-desembaraço às Lojas Francas					Trabalho efectuado em 06 lojas nomeadamente: Boutiques de Maputo, Flamengo, Monomotapa, Turcos e Algodão, Mozambique Arte e K J.
		Auditoria pós-desembaraço sob o regime de W7/bebidas e Cigarros					Foi feito o levantamento dos Armazéns de risco e a auditoria será levada a cabo em 2013. Após o levantamento foi traçado o plano detalhado das acções a serem realizadas.
		Auditoria pós-desembaraço sob o regime W7 de Combustíveis					Este projecto foi realizado nas três regiões tendo se recuperado cerca de 350.111,00 Mts e ficou por se recuperar cerca de 280.786.395,44 MT.
		Auditoria pós-desembaraço as fábricas de bebidas alcólicas da região Centro					Este projecto foi realizado e resultou na cobrança de uma receita de 6.000.000,00 MT
		Auditorias pós-desembaraço extraordinárias 2012					Projecto executado e finalizado, tendo sido cobrada uma receita no valor de 44.000.000,00 MT.
		Auditoria pós-desembaraço sob o regime de importação temporária					Realizado e apurou-se que: Alfândega de Maputo - tinha em risco uma receita de 30.709.435,17MT; Alfândega da Beira - tinha em risco uma receita no valor de 156.454.126,18MT; Alfândega de Tete - tinha em risco uma receita no valor de 156.115.745,18MT; Alfândega de Nacala - tinha em risco uma receita de 6.334.712,27MT.

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
1.2.2.	ACT 4.	Realização de operação de combate a evasão e fraude aduaneira, incluindo operações conjuntas com parceiros nacionais e internacionais - Fiscalização Local	DGA	6.956.856,57	6.748.779,40	208.077,17	Até ao final do período em referência o projecto estava na fase de cobrança coerciva das multas apuradas, tendo sido devidamente notificados os representantes dos importadores para o efeito.
		Inspeção nos postos fronteiriços da Zona Centro e Norte					Alcançado o resultado de identificação dos locais de risco de infracções aduaneiras e, face a estas constatações, foram tecidas várias recomendações a gestão das estâncias da Região Centro e Norte, e submetidos vários relatórios com vista a mitigação dos riscos através do acompanhamento e monitoria.
		Combate a evasão e fraude aduaneira - Operação Legalidade IV					Projecto não executado, passando a sua execução para 2013.
		Operações de combate a evasão e fraude aduaneira na Região Norte					Projecto não executado, por falta de desembolso.
		Projecto Operação Final de Ano 2012					Foi garantido o atendimento personalizado e flexível dos viajantes (utentes das fronteiras), durante a quadra festiva, imprimindo maior celeridade na tramitação dos processos aduaneiros, na fiscalização da entrada de produtos nocivos ao ambiente, no transporte ilícito de valores e outros produtos proibidos ou protegidos por lei. Esta acção será continuada até ao final do mês de Janeiro de 2013.
1.3.1	Promover a assinatura, implementação e monitoria de acordos comerciais, internacionais e regionais, bem como de acordos para evitar a dupla tributação internacional e evasão fiscal tendo em vista a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.			49.662,00	49.662,00	-	
	ACT 1	Implementação e monitoria de acordos comerciais regionais e internacionais em Pemba	GPECI	49.662,00	49.662,00	-	Realizada visita de trabalho à província de Cabo Delgado, no âmbito da visita da embaixadora da OMA, realizada de 17 a 21 de Julho de 2012.
1.3.2.	Fortalecer a realização de acções tendentes a definição do melhor quadro legal, institucional e de procedimentos, no processo de integração regional a nível da SADC, OMA e da União Africana.			3.302.567,08	2.547.933,35	754.633,73	
	ACT 1.	ACT 1. Integrar equipas técnicas de trabalho, nacionais e internacionais, no âmbito dos processos de integração regional da SADC, da União Africana, CPLP e da OMA, e apresentar relatórios de progresso.	GPECI	2.680.609,08	1.602.819,51	1.077.789,57	Participação e produção dos respectivos relatórios de progresso, nos seguintes encontros: i) Reunião dos Directores Gerais das Alfândegas para a região austral e oriental de África (OMA/ESA); ii) Reunião regional do grupo técnico da OMA/ESA; iii) Reunião de Estratégica e do Grupo de Aconselhamento Técnico da OMA/ESA; iv) 1ª Reunião de Peritos Aduaneiros dos Estados membros e secretariados da COMESA-EAC-SADC, sobre o desenvolvimento das capacidades nas Administrações Aduaneiras; v) Reunião das TI's;
	ACT 2.	Divulgação do processo de integração regional na SADC e auscultação sobre as dificuldades de implementação prática do protocolo comercial, nas províncias.		250.000,00	234.118,34	15.881,66	Ministrada uma palestra sob o tema "Vantagens e Benefícios do Uso de Regime Preferencial da SADC", nas províncias de Nampula e Sofala, a 45 participantes, entre empresários, funcionários públicos e estudantes. A despesa inerente a este evento foi de 73,96 mil MT referentes a ajudas de custo e passagens aéreas.
	ACT 3.	Dar continuidade na participação nos grupos técnicos de trabalho para a criação da União Aduaneira da SADC, CPLP e para o estabelecimento da Zona de Comércio Livre tripartido		271.958,00	653.256,30	-381.298,30	Realizadas diversas participações destacando-se as seguintes: Reunião de Subcomite de cooperação aduaneira e Reunião de Integração Económica Regional ambas realizadas em Gaborone. 4ª Conferência dos Directores Gerais de impostos da CPLP realizado na Cidade da Praia - Cabo Verde. Seminário regional sobre combate a contrafacção e pirataria em Quénia. Reunião conjunta do grupo técnico sobre o acesso ao mercado da SADC e União Europeia na África do Sul. 4º encontro técnico do forum negocial tripartido COMESA_EAC_SADC na Tanzania. Conferência sobre facilitação do comércio na Africa Austral - RSA e Reunião Multilateral entre Africa do Sul, Zimbabwe e Malawi.
	ACT 4.	Divulgação dos Quadros das Normas SAFE da OMA		100.000,00	57.739,20	42.260,80	Realizada a divulgação sobre as normas SAFE nas províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala, tendo sido abrangidos 73 funcionários sendo uma parte das Alfândegas e outra da Intertek. Espera-se dar continuidade ao projecto através da avaliação e monitoria do impacto da divulgação em 2013.

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
1.3.3	Dar continuidade a mobilização dos parceiros de cooperação internacional para o apoio financeiro e técnico à reforma tributária e à consolidação do funcionamento da Autoridade Tributária, garantindo a transparência na utilização de recursos e no sistema de prestação de contas			450.000,00	335.263,50	114.736,50	
	ACT 2.	Garantir a realização de auditoria e execução do fundo comum relativa ao ano de 2011 - prestação de serviços de auditoria em 2011	GPECI	450.000,00	335.263,50	114.736,50	Acção realizada pela empresa BDO e produzido o respectivo relatório.
1.4.1.	Promover a educação fiscal de modo a facilitar e motivar o cumprimento voluntário das obrigações			27.906.710,00	24.365.405,91	2.439.216,59	
	ACT 1.	Projecto de educação fiscal , aduaneira e popularização do imposto através da Televisao - TVM	GCIm	8.770.000,00	8.734.403,00	35.597,00	Foram veiculados através deste meio, Spots sobre Declaração de Rendimentos (Modelo 10), Spots e Vídeos sobre regularização da Divida Tributária, sobre NUIT e sobre o ISPC.
	ACT 3.	Educação fiscal , aduaneira e popularização do imposto com recurso a Banda desenhada		6.000.000,00	4.897.912,50	1.102.087,50	Assinado o contrato com o artista Sérgio Zimba e produzidos os conteúdos que irão compor a banda desenhada. Submetido ao GCIm para apreciação, o primeiro capítulo com informação básica sobre impostos.
		Produção e publicação de manuais de educação fiscal e Aduaneira					Produzidos 5.400 Manuais de Educação Fiscal e Aduaneira e fornecidos aos disseminadores para utilização no decorrer das suas acções de disseminação. Produzidos 1.000 exemplares de plano estratégico e 2.000 exemplares de código de conduta.
	ACT 4.	Divulgação da Cidadania fiscal ao nível dos Distritos e Municípios com recurso a arte e cultura		3.657.700,57	3.655.803,33	1.897,24	Como forma de popularizar o imposto e disseminar a importância do seu pagamento, foram realizados 157 eventos de carácter cultural e recreativo, 10 palestras e campanhas de educação fiscal e aduaneira, dirigidas a estudantes de instituições do ensino superior, Escolinha do Tico e população do Distrito Municipal Ka Mavota, realçando a realização da primeira Caravana de Educação Fiscal, que percorreu todas as províncias do país, com excepção da província de Niassa. Ainda no âmbito da actividade, a Delegação Provincial de Maputo Cidade, realizou um roadshow ao nível da cidade, no qual foram cadastrados 201 NUIs.
	ACT 6.	Projecto formação de disseminadores de matérias de educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto.		4.000.009,43	2.437.265,98	1.562.743,45	Formados 15.465 disseminadores de um horizonte de 15.000 previstos, o que corresponde a uma realização em 104 %, tendo sido escalados 35 Distritos e 82 Postos Administrativos.
	ACT 7.	Produção e publicação de Boletins Informativos, Revistas Tributárias e Suplementos Tributários - Anual		479.000,00	0,00	479.000,00	Produzidos 22.000 exemplares de Suplemento Tributário, produzido 1500 exemplares de Boletins Informativos.
	ACT 8.	Produção e publicação do BET		GPECI	5.000.000,00	4.640.021,10	359.978,90
1.5.1.	Implementar o aplicativo que permita a gestão dos Grandes Contribuintes e Mega projectos			2.200.000,00	457.900,00	1.742.100,00	
	ACT 1.	Projecto de Base de dados dos Megaprojectos e Grandes Contribuintes	DGI	2.200.000,00	457.900,00	1.742.100,00	Concebido e desenvolvido um aplicativo informático de gestão de Grandes Contribuintes. Até 31 de Dezembro de 2012, a base de dados encontrava-se instalada, interligada e povoada centralmente na DCAT e localmente na UGC de Maputo. O remanescente do equipamento adquirido no último trimestre de 2012 foi já enviado (através da guia de saída nº 1/DCAT/2012), para as UGC's da Beira e Nampula. Aguarda-se pelas fases posteriores do projecto, a partir do ano de 2013.

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
		Capacitação em áreas específicas e especializadas		75.597.350,00	75.508.245,76	89.104,24	
2.1.3.	ACT 1.	Acções de formação nas áreas técnicas aduaneira e tributária, gestão e administração, incluindo dos novos ingressos	DGSC	65.976.657,12	66.046.727,10	-70.069,98	Relativamente a implementação do plano de formação, das cinquenta e oito (58) acções de formação programadas para o ano de 2012, foram realizadas quarenta e seis (46), o que representa 79,31% do cumprimento da meta planificada. Este processo, abrangeu 2.815 funcionários, sendo 2.162 da região Sul, 451 da região Centro e 202 da região Norte.
		Capacity Buiding de Técnicos da DTIC (2011-2012)					Formados 4 funcionários, em Network forensics, 12 em Oracle DBA 10g for Windows, 12 em Workshop Oracle 11g for Linux, 07 em Engenharia de Administração Segura de Redes e Sistemas Informáticos prevendo e ainda a formação MCITP com 14 participantes.
		Formação de Técnicos do Contecioso Aduaneiro das Regiões Sul, Centro e Norte					Foram formados 49 funcionários em matérias de contecioso aduaneiro, sendo 14 da região Norte, 19 da região Centro e 16 da região Sul.
		Projecto de formação de Auditores Aduaneiros					Foram formados no âmbito do projecto 22 auditores, sendo 02 da região Norte, 03 da região Centro e 17 da região Sul. A formação iniciou com a parte teórica que teve a duração de 15 dias e de seguida iniciou a parte prática que será concluída em Março de 2013. Portanto até 31 de Dezembro de 2012 tinha sido concluída a parte teórica e
	ACT 3	Apreçamento das Bibliotecas da AT em livros	GPECI	3.430.000,00	3.427.973,78	2.026,22	De um total de 2.286 livros pagos às Livrarias, foram recebidos 1.751 livros aguardando-se a recepção dos remanescentes 535, no primeiro Trimestre de 2013. Da aquisição efectuada, foi possível apetrechar a Biblioteca Provincial da AT da Zambézia com 371 livros, beneficiando os funcionários da AT e da Direcção Provincial das Finanças, elevando deste modo o número de livros nas Bibliotecas da AT para 4.180 livros
	ACT 5	Formar os utilizadores da Base de Dados de Grandes Contribuintes em todas regiões do País.	DGI	185.725,00	115.605,00	70.120,00	Não realizado, a sua implementação depende da finalização do projecto de instalação da Base de Dados.
	ACT 6.	Capacitação em auditoria especializada em megaprojectos	DGI	2.633.446,88	2.633.446,88	0,00	Foram feitas visitas de estudo no País e seguirá a formação em alguns Países Africanos seleccionados, com base na sua reconhecida experiência nesta área. Esta capacitação abrange técnicos da DAFT, DAI, DCAT, DAF's, UGC's e MIREM (incluindo INP). Deu-se arranque da segunda fase tendo sido realizada a formação na África do Sul para o grupo de minerais sólidos, faltando a formação que terá lugar em Ghana para área de hidrocarbonetos, cujo processo está sendo tramitado pela
ACT 7.	Projecto de Capacitação em Auditoria ao Sector das Pescas/ Seguros	DGI	3.371.521,00	3.284.493,00	87.028,00	Com o apoio da Administração Fiscal Norueguesa, foram formados 3 técnicos (da DAFT, UGC e DAF-Beira) em matéria de auditoria especializada ao sector das pescas. Para a formação na área de seguros aguarda-se o resultado do concurso de contractação de formadores.	
	Projecto de Capacitação em NIRFs e matérias de tributação a não residentes					Foram realizadas duas sessões práticas de formação em matéria de Normas Internacionais de Relato Financeiro, dirigidas aos técnicos da área dos Impostos Internos a nível central, UGC's e DAF's no geral, abrangendo 95 funcionários, entre Março e Abril de 2012.	
		Gestão da mudança e avaliação do grau de cumprimento das tarefas		275.000,00	170.353,68	104.646,32	
2.2.1.	ACT 1.	Divulgação do PAOA 2012 e apoiar na elaboração dos Planos Operacionais, e visitas de monitoria às regiões	GPECI	275.000,00	170.353,68	104.646,32	Acção realizada nas regiões Centro e Norte e parcialmente na região Sul. Não foi realizada nas províncias de Maputo e Inhambane por sobreposição de agenda. Foi ainda realizado um Workshop sobre a performance dos gestores da AT, no incremento da receita.

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
2.4.1.	Promoção da ética e integridade			1.612.440,20	745.432,20	867.008,00	
	ACT 1.	Projecto de sensibilização dos funcionários com vista à sua adesão voluntária aos princípios ético-deontológicos da AT.	GCI	667.398,20	667.398,20	0,00	Realizadas várias sessões de sensibilização dos funcionários da AT nas regiões Centro (Tete, Quelimane, Manica, Chimoio e Beira) e Norte (Lichinga, Nampula, Nacala, e Pemba). As referidas sessões tinham como temas a Ética, Integridade e Corrupção. De referir que estas sessões foram realizadas em parceria com o GCCC e envolveu procuradores provinciais na ministração das matérias sobre a corrupção. Importa referir que na região centro participaram um total de 182 funcionários, dos quais 39 Beira, 27 Manica, 33 Quelimane, 61 Tete, e 22 Chimoio. No que tange à região Norte participaram 121 funcionários dos quais 31 em Lichinga, 39 em Nampula, 33 em Nacala, e 18 em Pemba.
	ACT 2.	Implementar e monitorar o projecto das Hotlines para denúncias de irregularidades e actos de corrupção.		445.000,00	64.260,00	380.740,00	Fez-se o lançamento de um concurso para o fornecimento de livros e caixas de reclamação , diante das propostas apresentadas pelos fornecedores e apreciadas pela DIPAC, chegou-se à conclusão de que se deveria invalidar o concurso, visto que os valores apresentados eram exorbitantes e ultrapassavam o valor do orçamento disponibilizado. Até ao final do período em referência, o processo estava na alçada da Direcção de Logística para a análise técnica com vista a sua invalidação. Entretanto, já foi lançado o 2º concurso e tendo sido realizada a abertura dos cadernos de encargos e aguarda-se a adjudicação ao vencedor do concurso (CEGRAF).
	ACT 3.	Palestras sobre o Pcedimento Disciplinar		500.042,00	13.774,00	486.268,00	Lançado o concurso público, aguardando-se a tramitação do processo de adjudicação.
	ACT 4.	Instruir processos de averiguação e inquérito e sindicância com vista ao apuramento de infracções disciplinares e outros ilícitos e proceder ao controlo da instrução dos processos disciplinares.		0,00	0,00	0,00	Foram instaurados em 2012, 13 processos de inquérito adicionados aos 30 transitados de 2011, tendo sido concluídos 14 e estando em curso 18, 4 processos por iniciar e 7 propostos para o arquivamento. Relativamente ao controlo de processos disciplinares, foram abertos 20 em todo o país.

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
		Prestação de contas e cumprimento da legislação e dos procedimentos		2.981.700,00	2.147.285,60	834.414,40	
2.4.2.	ACT 1.	Projecto de Operacionalização do Modelo de Gestão de Risco da AT	GCI	571.092,00	571.092,00	0,00	Participação de 2 funcionários da AT na República da África do Sul, no Seminário de capacitação sobre técnicas de identificação, prevenção e detenção de riscos e procedimentos AT.
	ACT 2.	Projecto de realização das Acções de Inspeção e Auditoria a nível das Recebedorias e Tesourarias das estâncias aduaneiras das regiões Norte, Centro e Sul	GCI	1.226.167,00	1.226.167,00	0,00	Foi iniciado, mas foi interrompido para reforço dos recursos humanos afectos neste sector, em todas as áreas operativas no âmbito da quadra festiva, com vista a recuperação da receita.
	ACT 3.	Projecto para aplicação de novos procedimentos de cobrança e transferência de fundos nas tesourarias das Alfândegas	GCI	800.000,00	0,00	800.000,00	Para efeitos de reforço em todas as áreas operativas no âmbito da quadra festiva, com vista a recuperação da receita, esta acção foi cancelada para ser realizada em 2013.
	ACT 4.	Projecto de realização de seminários regionais para disseminação dos resultados das inspeções e auditorias	GCI	316.866,60	316.866,60	0,00	Realizado um Seminário Regional Centro teve lugar, na cidade da Beira, no dia 29 de Junho, no qual (i) foram apresentadas e discutidas as principais constatações e recomendações das inspeções e auditorias; (ii) os constrangimentos no monitoramento dos processos disciplinares; e (iii) o estágio de implementação da Janela Única Electrónica na Beira e Tete.
	ACT 5.	Projecto de monitoria da organização dos arquivos nos 3 portos regionais (TIMAR)	GCI	33.160,00	33.160,00	0,00	Aprovado o projecto, avançou-se para as seguintes acções: (i) aquisição de pastas de arquivo para processos de navios; (ii) distribuição destas pelos Terminais Internacionais Marítimos das três regiões, tendo já sido entregues às da região Centro; (iii) visitas de trabalho aos arquivos de TIMAR-Maputo e TIMAR-Beira e divulgação do projecto; e (iv) acompanhamento da organização do arquivo do TIMAR-Beira. Este último trabalho envolveu a DIDOTI, com recomendação à Divisão de Controlo Interno da Região Centro para o acompanhamento e informação
	ACT 6	Projecto de Controlo, Fiscalização e Inspeção do Funcionamento dos Balcões de Atendimento ao Contribuinte - BACs, das representações da AT nos Balcões de Atendimento Único - BAÚ's do GCI	GCI	34.414,40	0,00	34.414,40	Para efeitos de reforço em todas as áreas operativas no âmbito da quadra festiva, com vista a recuperação da receita, esta acção foi cancelada para ser realizada em 2013.

Anexo X –Cont. Grau de Execução dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum em 2012

Linha de Acção	Actividade	Título do Projecto	Sector	Recursos Financeiros em MT			Grau de Realização
				Valor Actualizado no PAOA - 2012	Executado	Saldo	
		Desenhar e conceber sistema informático moderno (e-Tributação), para a gestão Tributária		67.872.110,00	38.596.426,61	29.285.683,39	
		ACT 2. Conceber o novo sistema com base no ETPM					
3.1.1.	Implementação do NUIT		Projecto e-Tributação	38.793.190,00	38.596.426,61	29.285.683,39	Foram elaborados os procedimentos do NUIT que foram utilizados no âmbito da implementação do pré-piloto do Módulo de Registo do NUIT nas Unidades de Grandes Contribuintes (UGC) de Maputo e no 1º Bairro de Maputo onde também teve início o processo dos testes de aceitação da versão 1.2 do NUIT concebido no âmbito do e-Tributação
	Módulo IRPS/IRPC	Concluída a revisão da descrição da situação actual e feito o levantamento de novos requisitos dos Impostos sobre o Rendimento (IRPS e IRPC), tendo em conta as funcionalidades do ETPM e iniciado o levantamento de novos que poderão resultar em alterações das actuais funcionalidades já concebidas no ETPM para as funcionalidades desejadas pelo e-Tributação para a parametrização do Modelo de negócio em sistema electrónico.					
	Implementação do IVA/ISPC e Processos Comuns	Foi feito o levantamento dos requisitos com impacto na alteração da legislação e submetida ao sector competente para os devidos efeitos e iniciada a elaboração do desenho do Modelo de Negócios do IVA e ISPC, prevendo-se que o mesmo seja concluído até Fevereiro de 2013.					
	Execução das actividades de comunicação Interna e Externa	Deu-se ainda início à elaboração do draft do modelo de negócio de pagamento via banco, prevendo-se a sua conclusão até Fevereiro de 2013 e concluído o modelo de negócio de processos comuns (pagamentos), que vai permitir a execução e pagamentos dos impostos via banco e via internet, implementação de contenciosos nas DAF's, execuções fiscais e outros.					
	Outras actividades	Realizada a divulgação interna do Projecto, cuja 1ª fase decorreu de 04 de Julho a 16 de Agosto, nas unidades de cobrança (DAF's) e unidades orgânicas das Delegações da AT da Província e Cidade de Maputo e a 2ª teve lugar de 1 a 25 de Outubro, em todas as DAF's e postos de cobrança das Regiões Sul, Centro e Norte do país					
	Pagamento dos novos quadros para o apoio ao projecto e-Tributação	Implementado o Link de 2 Mbps entre AT e CEDSIF, para o acesso; Desenvolvida a interface de interligação entre NUIT e o e-Tributação; Feita a configuração e desenvolvimento da autenticação (Security Framework); Concluída a configuração e disponibilização para acesso nos ambientes de teste, formação e na produção do pré-piloto; concluída a preparação do ambiente de teste de aceitação(UAT).					
		Feito o pagamento dos salários dos meses de Agosto a Dezembro de 2012, dos funcionários contratados e afectos ao projecto e-Tributação.					
	Excesso de desembolso não executado			29.078.920,00			
	Total do FC disponível em 2012			198.845.979,28	161.124.105,57	37.721.873,71	